

praxis

- **Brasil: reestruturação produtiva; qualificação e relações de trabalho;** *João Antônio de Paula*
 - **Habermas versus Marx: o marxismo na berlinda?** *Paulo Sergio Tumolo*
- **E. J. Hobsbawn: um olhar moderado sobre o "Século dos Extremos";** *Colbery Lessa*
 - **Direito e transição socialista;** *Márcio Bilharinho Nunes*
 - **Transição ao socialismo: o caso da URSS;** *Idaleto Malvezzi Aued*
 - **O comportamento humano e o ambiente;** *Guillermo Foladori*
 - **Poesia: Saudação a Palmares** (*Castro Alves 150 anos*)
- **Resenhas:** livros de *Antonio David Catanni, Fredric Jamenson, Jon Anderson, Jorge Castañeda, Marshall Berman e Xavier Marques.*

Coletivo de Sócios

Adelaide Gonçalves, Adilton de Paula, Adonize Meireles, Adriano Oliveira, Adriano Porto, Airton Diniz, Altino Neto, Ana Vieira, Ana Cristina Givigi, Antônio Cândido de Souza, Antônio de Jesus Rocha, Antônio Luís Bernardes, Arnaldo de Araújo, Artur Scavone, Bernadete Aued, Carlos Henrique Pereira, Carlos Vilela, Celso Aquino, Celso Mauro Lyra, Ciro Yoshiyasse, Cláudio Duarte, Cláudio Scliar, Clóvis Barbosa, Edmundo Gomes Filho, Edmundo Dias, Elísio Guedes, Emmanuel Appel, Francisco José Pinheiro, Francisco Teixeira, Gabriel Côrtes, Geraldo Barbosa, Golbery Lessa, Guido Rocha, Guilherme Foladori, Gustavo Torres, Haroldo Silva, Isabel Loureiro, Ivanir Corgozinho, Ivan Silva, Ivo Tonet, Janio Bragança, Joana D'Arc Gouvêa, João Antônio de Paula, João Bosco Machado, João Monteiro, John Kennedy Ferreira, José Carlos Madureira, José Francisco Xarão, José Osmar Fonteles, José Paulo Neto, José Prata, Júlia Feitosa, Leonardo Palma, Letícia Guimarães, Lincoln Moraes, Lincoln Secco, Lúcia Barroso, Lúcio Flávio de Almeida, Luís Carlos da Silva, Luís Daniel Veiga, Luís Fernando Ferreira, Luís Eduardo Ruas, Luiz Edmundo Aguiar, Luiz Fernando Santos, Luiz Ronaldo Carvalho, Manoel Jesus da Conceição, Marco Aurélio Peres, Maria Moura, Maria Orlanda Pinassi, Mário Maestri, Marivaldo Dias, Maurício de Castro, Mauro Cesar dos Santos, Moacir Lima, Néilton Azevedo, Nilton de Queiroz, Nilton Ribeiro, Nivaldo de Lima, Paulo Barsotti, Paulo Bonifácio, Paulo D'Ávila, Paulo Denisar Fraga, Paulo Marchesan, Pedro Ivo Batista, Ricardo Antunes, Roberto Lajolo, Rogério Correia, Romero Júnior Silva, Rômulo de Andrade, Ronald Rocha, Samuel Pantoja, Sara Granemann, Sávio Bones, Sheila de Oliveira, Sergio Lessa, Tércio Viola, Valcyr Cruz, Valmir Alves, Vera Lúcia Castellain, Wellington Lima, Werner Altmann, Zélia Couri.

Editoria

Guido Rocha, Ivo Tonet, Lincoln Secco, Luís Fernando Ferreira, Néilton Azevedo, Paulo D'Ávila, Ronald Rocha, Sergio Lessa.

Conselho Consultivo

Atilio Boron (BA, Arg.), Celso Frederico (SP), Florestan Fernandes (*in memoriam*), Guido Oldrini (Bologna, It.), István Mészáros (Rochester, Ing.), Jacob Gorender (SP), Nicolas Tertulian (Paris, Fr.).

Praxis

- **Brasil: reestruturação produtiva; qualificação e relações de trabalho;** *João Antônio de Paula*
 - **Habermas versus Marx: o marxismo na berlinda?** *Paulo Sergio Tumolo*
- **E. J. Hobsbawm: um olhar moderado sobre o "Século dos Extremos";** *Golbery Lessa*
 - **Direito e transição socialista;** *Márcio Bilharinho Naves*
 - **Transição ao socialismo: o caso da URSS;** *Idaleto Malvezzi Aued*
- **O comportamento humano e o ambiente;** *Guillermo Foladori*
 - **Poesia: Saudação a Palmares** (*Castro Alves 150 anos*)
- **Resenhas:** livros de *Antonio David Catanni, Fredric Jamenson, Jon Anderson, Jorge Castañeda, Marshall Berman e Xavier Marques.*

Nº 10

Ano IV

Caro/a sócio/a: é fundamental e urgente que você atualize o seu cadastro junto à Praxis, enviando o seu endereço completo. Aguardamos sua correspondência.

Copyright © Projeto Joaquim de Oliveira

Editora; Distribuidora de Livros, Jornais e Revistas; Livraria

Editoração eletrônica e fotolitos:
Projeto Joaquim de Oliveira

Capa:
Guido Rocha

Direitos desta edição reservados a
Projeto Joaquim de Oliveira

Av. Afonso Pena, nº 748, s/1613; Centro;
Belo Horizonte, MG, Brasil; CEP 30130-002;
Tel (031) 222 2493; Telefax (031) 212 5326
CGC 65301921-30, Inc. Est. 062795626-0069

Para revista *Práxis*, os endereços e telefones da *Projeto*, e mais:

Home Page: <http://www.gold.com.br/~rvpraxis>

E-mail: rvpraxis@gold.com.br

Ano IV, out/1997-fev/98, nº 10
Publicado em BH/RJ/SP, Brasil

CASTRO ALVES 150 ANOS
CANUDOS 100 ANOS
CHE 30 ANOS

ProjetoO

Sumário:

artigos/ensaios

- Brasil: reestruturação produtiva;
qualificação e relações de trabalho;
João Antônio de Paula.....5
- Habermas versus Marx: o marxismo na berlinda?
Paulo Sergio Tumolo.....31
- E. J. Hobsbawn: um olhar moderado sobre o "Século
dos Extremos",
Golbery Lessa.....47
- Direito e transição socialista.
Márcio Bilharinho Naves.....61
- Transição ao socialismo: o caso da URSS.
Idaleto Malvezzi Aued.....69
- O comportamento humano e o ambiente.
Guillermo Foladori.....101

poesia

- Saudação a Palmares.
Castro Alves.....131

resenhas

- Vida De Castro Alves;
De Xavier Marques.
Por Mário Maestri.....133

Che Guevara, a vida em vermelho;
De Jorge G. Castañeda.
Che Guevara, uma biografia;
De Jon L. Anderson.
Por Nélinton Azevedo.....135

Tudo que é sólido desmancha no ar;
De Marshall Berman.
Trabalho e Autonomia;
De Antonio David Catanni.
Pós-Modernismo – A lógica cultural
do Capitalismo Tardio;
De Fredric Jamenson.
Por Agnaldo dos Santos.....138

Caminhos e Fronteiras;
Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no
descobrimento e colonização do Brasil;
De Sérgio Buarque de Holanda.
Por Marianne Reiszewitz e Lincoln Secco....142

anexo

Avisos.....149

atenção

Os artigos e resenhas somente serão aceitos se digitados em disquetes e acompanhados por duas cópias impressas, iguais ao original.

Brasil: reestruturação produtiva; qualificação e relações de trabalho

João Antônio de Paula

Professor e pesquisador do CEDEPLAR/FACE/UFMG
e membro do coletivo de sócios da revista *Práxis*.

Desde os anos setenta, a economia capitalista vive um amplo e profundo processo de mudanças. Trata-se da ocorrência de transformações em vários, senão em todos os principais aspectos que caracterizaram o capitalismo em sua longa trajetória de crescimento, de 1945 ao início dos anos setenta, e que a “Escola da Regulação” francesa chamou de regime fordista de acumulação.

O início dos anos setenta será marcado pela eclosão simultânea e interdependente de diversas “crises”, as quais expressavam, no fundamental, em diversos níveis de profundidade e urgência, sintomas do “esgotamento” daquele vitorioso “regime fordista”. Os anos setenta se iniciaram com a crise monetário-financeira deflagrada pela ruptura da conversibilidade ouro do dólar, em 1971. Viram, em 1972, a emergência do tema “crise ambiental” com a conferência da ONU de Estocolmo e com o relatório do Clube de Roma. Viram, em 1973, com o primeiro choque do petróleo, a emergência de uma crise sistêmica sobre a matriz energética e de transportes então vigente. Viram um segundo choque do petróleo, em 1979. Viram a estagnação do ritmo de expansão da produtividade do trabalho. Viram explicitada, enfim, uma crise da hegemonia norte-americana expressa na derrota na guerra do Vietnã, na crise das instituições de Bretton Woods – o dólar, o FMI, o BIRD ...

Nesse contexto de superposição de crises, perplexida-

des e incertezas, começa a gestar-se o que poderia ser chamado de “contra-revolução neoliberal”. Esse processo, ainda em curso, e de forma nenhuma linear, inicia-se na Inglaterra com os governos Thatcher, consolida-se nos EUA com a era Reagan-Busch, penetra a Alemanha, arrasta os socialistas franceses e espanhóis, chega mesmo à Escandinávia e tem recepção por vezes entusiasmada na América Latina de Pinochet, de Salinas, de Fujimori, de Menem, de Collor, de FHC ...

Essa contra-revolução tem varias dimensões. Uma, com certeza central, refere-se a políticas relativas ao Estado. Com nuances e qualificações, a contra-revolução neoliberal marcou sua presença, no mundo inteiro, pela denúncia-desmontagem das diversas variantes de “Estado de Bem-estar-keynesiano”, que haviam se multiplicado no mundo capitalista pós-45. Nos anos oitenta, à série de crises enunciadas anteriormente vieram somar-se duas outras: a da dívida externa e a dos regimes burocráticos do leste europeu, que resultaram, afinal, nos anos noventa, numa economia e numa sociedade mundiais substantivamente diferentes, em vários aspectos, daquelas marcadas pelo “fordismo”.

Diga-se logo que esses processos estão entrelaçados, são interdependentes, não sendo incomum que a maneira como determinadas crises foram enfrentadas tenham acabado por determinar outras e mais complexas crises. O caso, exemplar, do enfrentamento que os EUA deram à sua crise monetária, mediante uma política de juros, acabou por expandir o endividamento externo de vários países, como o do México, o do Brasil etc.

No que interessa aqui, trata-se de afirmar que os eventos que a literatura econômica contemporânea tem chamado de “reestruturação produtiva” e “globalização econômica” são partes de um processo geral de tentativas, por parte da ordem burguesa, de responder à crise geral do “regime fordista”. É nesse contexto, considerando as várias dimensões e inter-relações dos processos em

causa – no contexto, na verdade, de uma ampla crise histórica, crise da modernidade, dizem alguns, crise agônica do “curto século XX”, como disse Hobsbawm (1995), ou do “longo século XX”, como disse Giovanni Arrighi (1996) –, que deve ser situada a questão.

I- A contra-revolução neoliberal

Em primeiro lugar, diga-se que falar em contra-revolução não significa assumir que houvesse processo de revolução em curso que tenha sido interrompido-revertido pela emergência da “globalização neoliberal”. Trata-se aqui de usar a expressão contra-revolução no sentido de que esse processo de fato significa a derrogação de direitos sociais, a negação de conquistas democráticas, de um lado, e, de outro lado, a retomada de uma clara ofensiva conservadora.

A mais emblemática das marcas da contra-revolução neoliberal é o esmagamento do Estado em todas as suas variantes contemporâneas: do Estado de Bem Estar à moda anglo-escandinava, do Estado desenvolvimentista latino-americano, passando pelo exuberante fracasso do Estado no leste europeu. Trata-se, como se sabe, de um processo artificialmente amplificado pelo interesse e a máquina ideológica, posto que, na verdade, a presença do Estado continua sendo decisiva em importantes economias, como a japonesa e a coreana. Mesmo na Inglaterra, como mostrou Desmond King, a redução do Estado foi muito menor do que a bravata thatcheriana fazia crer.

Se a desmontagem do Estado é uma espécie de principal senha-programa da contra-revolução neoliberal, há outras bandeiras gerais que buscam, igualmente, definir os contornos de uma nova ordem econômica que substitua a claudicante *Pax* de Bretton Woods e sua estrutura sistêmica – a regulação fordista. Essa nova ordem, ainda não inteiramente conformada, tem sido, com frequência, denominada de “globalização econômica”. Outros, enfa-

tizando aspectos distintos, têm falado na emergência de uma “regulação pós-fordista”.

As duas caracterizações são imprecisas. Tomar como característica dos novos tempos econômicos a globalização das relações econômicas parece ignorar que o capitalismo nasceu e expandiu-se pela ação da globalização. Tanto a gênese capitalista, com a grande revolução das conquistas coloniais, nos séculos XV-XVI, quanto a consolidação capitalista, nos séculos XVIII-XIX, a vitória da Revolução Industrial e a expansão do capital monopolista e do imperialismo, são processos intrinsecamente internacionais, globais. Assim, ver na globalização a novidade, o traço distintivo, a característica contemporânea do capitalismo, é no mínimo impreciso. Também imprecisa é a adição do prefixo “pós” para caracterizar o novo regime de acumulação: “pós-fordista”. Nos dois casos, as dificuldades nas denominações refletem uma dificuldade real, dificuldade de entender, de captar conceptualmente a verdadeira natureza do processo em curso.

Se há dificuldade em denominar o processo, parece mais fácil identificar as grandes linhas que têm marcado o desenvolvimento capitalista neste momento da contra-revolução neoliberal. Um primeiro grande bloco de aspectos está ligado ao processo de conformação dos mercados transnacionais. Um segundo conjunto diz respeito à emergência de novas tecnologias, em particular nas áreas da telecomunicação, dos novos materiais, da biotecnologia, da micro-eletrônica e da informática. E, finalmente, um terceiro bloco, relativo às novas relações de trabalho, que compreende os processos de adaptação-transformação-substituição das linhas de produção fordistas por novas normas de produção e gerenciamento de estoques, formação e qualificação do trabalho etc.

São essas três grandes linhas de desenvolvimento que parecem enfeixar a estratégia burguesa para a retomada capitalista de longo fôlego e generalizada. Contudo, se os sinais nesses campos são amplamente operacionais, em

outras dimensões essenciais para a consolidação de um novo longo ciclo de crescimento, há obstáculos e precariedades importantes. No campo financeiro e monetário reina a mais absoluta certeza quanto à ineficácia dos instrumentos disponíveis, por parte das ainda chamadas “autoridades monetárias”, para o controle de um mercado que é fator de instabilidade permanente para o conjunto da economia mundial.

No campo político-institucional, a ação de órgãos como BIRD, FMI, OMC e ONU revela-se, cada vez mais, incapaz de estruturar sistematicamente “a nova ordem” tão reclamada nos patéticos encontros anuais do G-7. Na verdade, na falta de consenso real, transformada a hegemonia em exclusiva tutela militar norte-americana, o elemento cimentador da contra-revolução neoliberal tem sido o chamado Consenso de Washington, que, convenha-se, é um píffio instrumento diante dos desafios que estão colocados e mesmo pela pobreza de sua base conceptual, de sua compreensão das realidades econômico-político-sociais, plasmada no senso comum e numa fé fanática no mercado (FIORI).

De resto, todos os arranjos, todas as perspectivas de crescimento, todo o otimismo dos ideólogos neoliberais e toda a campanha de propaganda não podem esconder a ampliação e o aprofundamento do desemprego, que atinge 11% na Europa, 6% nos USA e de 12 a 16% na América Latina. Ao mesmo tempo, a barbárie toma forma de epidemia no ressurgimento do racismo, das guerras étnico-religiosas, da intolerância e da xenofobia.

II- A contra-revolução neoliberal no Brasil

Com freqüência, lê-se nos jornais brasileiros declarações que, depois de um intróito protocolar sobre a importância da ética na política, destacam que não se pode negar a importância de Collor para a definição de uma agenda, em grandes linhas a mesma de Fernando Henri-

que Cardoso. Dessa agenda constariam os temas que sintonizariam o País com as grandes tendências em curso: a privatização, a abertura comercial, a globalização ... Para os que assim pensam, só há um caminho para as economias: submeterem-se ao Consenso de Washington, inserirem-se no processo da globalização. Que cesse tudo o mais, até os escrúpulos, até a prudência, que esse seria o único valor legítimo.

No caso do Brasil esse processo tem se dado com certa defasagem em relação a outros países da América Latina. Pioneiro no Chile da ditadura militar, no México do PRI, na Bolívia, na Argentina, no Peru, o “ajuste neoliberal” tem uma trajetória sinuosa no Brasil. Iniciado com a truculência de um ato de gangsterismo, a escalada neoliberal aqui enfrentou uma dificuldade importante: a resistência democrático-popular. Tal resistência foi o resultado de um longo acúmulo de forças do movimento operário-sindical desde o final dos anos setenta, que bloqueou a primeira investida neoliberal com a deposição de Collor.

A derrota de Collor, neste sentido, marcou o final de um longo ciclo de ascenso do movimento de massas no Brasil. A partir daí, há uma mudança significativa da conjuntura, do patamar mesmo da luta de classes no Brasil. A burguesia brasileira, sem bandeiras e sem projeto desde o fim da ditadura militar, que assistiu apavorada às grandes greves de 1977-80, ao nascimento e fortalecimento do PT e da CUT, à grande campanha eleitoral de 1989, ao movimento dos sem-terra, reage.

Dessa reação vêm a aventura delinqüente de Collor e a consolidação de uma aliança política, a mais ampla que o Brasil já assistiu, que deu a vitória a FHC e vem responder, na verdade, às duas grandes carências das classes dominantes brasileiras: 1) um nome sem a lama do crime e da ditadura; 2) a materialização do projeto neoliberal.

Dois anos de governo e o quadro dos significados e conseqüências do projeto em curso está completo. A re-

dução da inflação tem sido utilizada pelo governo como uma espécie de mandato imperial, senão divino, que tudo lhe permite, que tudo lhe autoriza, que exige dos seus críticos o silêncio ou a adesão, que qualifica os seus críticos de aliados do atraso, corporativistas, inimigos da modernidade, defensores de privilégios.

Esta é a moeda de troca, a peça de imposição da reeleição de Fernando Henrique Cardoso: a inflação baixa. Enquanto isso, os juros continuam nas alturas, o déficit público persiste, o déficit comercial se expande, o desemprego e a inadimplência crescem, enquanto uma ajuda generosa é reservada aos banqueiros falidos, usineiros e grandes proprietários de terra ...

Exigem-se sacrifícios para a manutenção do fim do imposto inflacionário. Fala-se que sem a estabilização monetária não há crescimento econômico consistente. Omite-se, contudo, que a lógica do Plano Real e sua eficácia dependem da manutenção da política de juros altos, que a verdadeira âncora do Plano, a política de juros, permite a entrada sistemática de capitais especulativos no País e que são esses capitais que garantem a relativa estabilidade da taxa de câmbio. Isso significa dizer que a margem de redução da taxa de juros é estreita, menos por razões reais e mais pela volatilidade desses capitais que ingressaram no País – cerca de 50% do atual valor das reservas internacionais, que estão em torno de 57 bilhões de dólares – e que são extremamente sensíveis a eventos reais ou presumidos.

Daí que, na verdade, o Plano Real esteja apoiado numa armadilha cuja desmontagem não parece estar nos planos do governo e que significa condenar a economia a uma trajetória medíocre, ou seja, à manutenção e ampliação do desemprego e ao aprofundamento da crise social.

Como alternativa, na verdade como panacéia capaz de garantir a sobrevivência do Plano Real, o governo tem apresentado as reformas constitucionais – sobretudo a da Previdência e a Administrativa – e as privatizações. So-

bre as reformas constitucionais, transformadas pelo governo em condições essenciais para o exercício de suas funções, é preciso dizer o seguinte: 1) os impactos de qualquer reforma previdenciária não serão imediatos, não trazendo qualquer alívio às contas públicas no curto prazo; 2) o governo tem ignorado, em todas as suas propostas para a Previdência, as responsabilidades do poder público para com a sua deterioração financeira, a sua enorme dívida para com os previdenciários; 3) o grande responsável pelo déficit público é o próprio governo – primeiro porque precipitou um processo de aposentadorias precoces, fruto do terrorismo que tem marcado o seu discurso sobre o assunto, segundo porque, mesmo há dois anos sem reajuste nos salários do funcionalismo, o déficit tem se mantido por conta de uma política de juros astronômicos –; 4) finalmente, o funcionalismo público no Brasil não tem um número excessivo e seus problemas decorrem do fato de estar despreparado, desprofissionalizado, mal pago e desrespeitado, transformado, pela ação do governo e seus arautos, no grande vilão nacional, numa espécie de praga a ser exterminada para o bem da nação. Na verdade o funcionalismo público no Brasil é numericamente inferior ao necessário para o cumprimento das funções fundamentais do Estado e menor do que o de muitos países capitalistas neoliberais, como os USA e a Inglaterra.

No referente às privatizações, registre-se, inicialmente, o quanto de propaganda enganosa, digna de processo junto ao PROCON, esconde-se sob o discurso oficial. Dizem, o governo e o BNDES, que as privatizações são o instrumento para aportar recursos para as áreas carentes de investimento – educação, saúde, infra-estrutura –, que são de responsabilidade do Estado e que não têm sido atendidas pela falência financeiro-gerencial da máquina estatal. Contudo, quando é examinado o quadro das privatizações desde o governo Collor, verifica-se que, até maio de 1996, dos 56 leilões de privatização re-

alizados, num total de vendas de 10,3 bilhões de dólares, apenas 23,4% desse total implicou um efetivo aporte de moeda corrente (*Jornal do Brasil*, 23/5/96).

Na verdade, o programa de privatização do governo é fundamentalmente uma das imposições centrais do Consenso de Washington, o preço a ser pago para a admissão do País na globalização. Trata-se, nesse sentido, de uma exigência imperial que até aqui o País tinha sabido resistir, aproveitando-se de diversas brechas e oportunidades abertas na divisão internacional do trabalho para constituir estrutura produtiva relativamente endógena e dinâmica.

Os críticos à suposta autarquização que teria marcado o desenvolvimento capitalista no Brasil, o chamado processo de substituição de importações, insistem em que esse insulamento significou a preservação de ineficiência, protecionismo indevido e privilégios abusivos. Contudo, a nenhum desses críticos ocorreu apontar as verdadeiras mazelas desse modelo, a sua inconsistência sistêmica que, antes de insularidade, são mais, e fundamentalmente, a sua incapacidade de ampliação do mercado interno e a sua incapacidade de inclusão, de distribuição de renda e riqueza. Esse é, na verdade, o grande problema do modelo econômico brasileiro: a sua incapacidade de constituir um amplo mercado de consumo de massas, base de qualquer projeto consistente de desenvolvimento econômico. Exemplos conspícuos disso são o Japão e a Coréia, gigantes da competitividade internacional, grandes exportadores, mas competitivos na medida em que têm enormes mercados internos que absorvem 80, 85% ou mais da produção global, criando assim as condições de escala e externalidades positivas para a competitividade internacional.

Sobre isso se calam, tanto os beneficiários do insulamento, quanto os campeões da abertura, porque enfrentar o problema da ampliação do mercado interno significaria admitir uma agenda que colocaria, centralmente, o que

Celso Furtado chamou de “distribuição primária da renda”, isto é, da renda, da riqueza, das qualificações e habilidades sintonizadas com os novos padrões produtivos em curso.

III- Reestruturação produtiva e pós-modernidade

As novas tecnologias prometem prodígios. Prometem uma ampliação radical do controle sobre duas dimensões fundamentais da realidade, o tempo e o espaço. A virtual transformação do espaço e do tempo da condição de limites, de condicionantes, de suportes intransponíveis da ação humana, em categorias cada vez mais manipuláveis: o espaço transposto, as distâncias encurtadas pelos meios de transportes efficientíssimos, mas sobretudo pelo desenvolvimento de sistemas de telecomunicações; o tempo virtualmente diluído pela velocidade na produção e transmissão de informações. Uma redefinição das categorias espaço e tempo, que acaba por repercutir fortemente sobre as relações de trabalho, sobre as formas da sensibilidade contemporânea, as culturas e as mentalidades.

As novas tecnologias prometem, afinal, ao capital, uma espécie de paraíso: a ultrapassagem dos limites decorrentes das distâncias entre centros produtores e consumidores, a amplificação exponencial do tempo de trabalho e da produtividade. As novas tecnologias parecem tornar sociais, isto é, históricas, categorias definidoras da própria realidade físico-natural: o tempo e o espaço produzidos e controlados pelo capital, submetidos ao seu interesse, num processo que amplia e atualiza uma tendência apontada por Marx quanto ao caráter expansionista do capital em sua busca de capturar a natureza, colocá-la a seu serviço, transformar as leis naturais em sociais, a lei da população em lei social, e a natureza agnômica em realidade sócio-técnica.

As novas tecnologias, neste momento, prometem pro-

dígios. Um empresário do setor de telecomunicações exulta – “Achamos que a comunicação sem fio vai ter, na verdade, um impacto maior que o da computação, porque mexe com duas variáveis, tempo e espaço, enquanto a computação só mexeu com a primeira. Atividades que antes só eram realizadas no local de trabalho, cada vez mais vão poder ser realizadas em outros lugares. E os dois extremos da atividade produtiva ganham: o empregado, que tem maior liberdade individual e mais tempo para dedicar-se à sua vida não-profissional, e o empregador, que tem ganhos de produtividade enormes. Outro fator positivo da comunicação sem fio é que ela não traz prejuízos ao meio ambiente. Essa é a revolução de que lhe falei.” (Flávio Grynspan, do grupo Motorola).

Eis o novo “admirável mundo novo” prometido pelas novas tecnologias: trabalhadores produtivos e com grande autonomia e tempo para suas vidas particulares, empresas com alto grau de produtividade e atividade econômica com pequenos impactos ambientais.

O centro da pretensão dos modernos decorreu do formidável desenvolvimento da ciência e da técnica, do trabalho humano libertado, cuja expressão máxima, o “modo fordista” de organização e controle do trabalho, teria as seguintes características: “1) realização de uma única tarefa pelo trabalhador; 2) pagamento *pro rata*; 3) alto grau de especialização de tarefas; 4) pouco ou nenhum treinamento no trabalho; 5) organização vertical do trabalho; 6) nenhuma experiência de aprendizagem; 7) ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador; 8) nenhuma segurança no trabalho” (HARVEY). Essas características do modo fordista de organização e controle do trabalho dominaram amplamente as estratégias capitalistas por um longo período, e mesmo tiveram penetração na experiência do socialismo do leste europeu com o chamado stakanovismo.

O taylorismo e o fordismo corresponderam a uma etapa do desenvolvimento capitalista marcado pela he-

gemonia do capital monopolista, pela expansão das estruturas oligopólicas, pela vitória da produção em massa e padronizada. Essa estratégia de dominação e valorização do capital implica um novo tipo de trabalhador, uma nova concepção de trabalho e com isso novos usos do corpo, novos gestos, novas sensibilidades e mentalidades. O centro dessa nova estratégia triunfante, a transformação do corpo do trabalhador em máquina animada e saudável para o trabalho, na interdição de todos os motivos e desejos, que desviassem o corpo de sua única finalidade para o capital – o trabalho sistemático, sem absenteísmos, sem doenças, disposto e habilitado. Daí a produção de novos objetos, atitudes e profissões especializadas em disciplinar, assistir, socorrer, atender ao trabalhador tanto em sua atividade profissional quanto no conjunto de sua sociabilidade – a medicina e a psicologia do trabalho, o serviço social etc. Nas palavras de Gramsci – “Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método do trabalho”.

O taylorismo e o fordismo foram as expressões específicas, no plano da organização do processo de trabalho, do processo mais geral da vitória do capital monopolista, do imperialismo, etapa em que o capitalismo, depois das crises da I Guerra Mundial, da depressão dos anos trinta e da II Guerra mundial, assistiu à sua mais longa e exitosa expansão de toda a sua história (1945/71-73).

Essa crise, em grande medida ainda não superada, gerou respostas que estão em curso: a) a unificação dos mercados transnacionais; b) as novas tecnologias – a micro-eletrônica e a informática, a biotecnologia, os novos materiais –, um novo modelo de organização do trabalho o chamado pós-fordismo, a flexibilização do trabalho, as novas modalidades de controle de fluxos e estoques – o

just in time etc.

Por outro lado, e por razões diversas, também as sociedades de economias centralizadas e burocratizadas experimentaram uma crise profunda, que afinal resultou em falência daquelas experiências, abrindo caminho para a retomada da velha cantilena conservadora sobre a morte do socialismo, o fim do marxismo, o fim da utopia.

Esse complexo movimento tem sido apresentado, muitas vezes, como a emergência da pós-modernidade, isto é, a constatação do fracasso do projeto da modernidade, a morte do social, a morte das grandes narrativas, a morte das utopias (LYOTARD).

A chamada crise da modernidade se expressa pela corrosão e deslocamento de categorias centrais tanto da filosofia natural, quanto da filosofia social, do mundo do trabalho e das estruturas de poder. No referente ao mundo do trabalho, fala-se no fim da centralidade do trabalho, invoca-se a fragmentação e a flexibilização dos processos de trabalho, afirma-se a segmentação dos mercados de trabalho, contesta-se a suposta polarização, que Marx teria previsto, entre uma imensa legião de trabalhadores manuais, “*blue collors*”, e um pequeno número de grandes capitalistas. Argumenta-se com a expansão das categorias técnico-profissionais qualificadas e das classes médias.

Novas concepções de tempo, espaço e natureza emergem, relativizando, requalificando, redefinindo o que antes, no esplendor da modernidade, era tido como absoluto, linear, reversível, equilibrado, determinado. A pós-modernidade se pretende, neste sentido, o desdobramento de uma nova matriz conceptual, de uma nova mentalidade e uma nova sensibilidade, nascidas do esgotamento do projeto da modernidade, perspectiva que tanto abre caminho para a retomada de um projeto de esquerda, como em Guattari e suas “três ecologias”, em que há explícita reiteração dos projetos coletivos e da solidariedade, quanto reforça o individualismo e a aco-

modação conservadora, como em Lyotard, por exemplo.

Se a pós-modernidade, no campo dos conceitos de espaço e tempo, abre-se para a pluralidade e a complexidade, no referente ao conceito do trabalho, isso se traduz na negação da centralidade do trabalho como categoria sociológica e econômica. Segundo essas tendências, a expansão do setor de serviços, da mecanização e da automação, e a diminuição do emprego, significariam o fim da sociedade do trabalho, a emergência da sociedade pós-industrial, como diz Daniel Bell, ou da sociedade informática, como diz Adam Schaff. O trabalho não é mais categoria sociológica fundamental, diz Claus Offe. Marx, Weber, Durkheim, a sociologia clássica, teriam envelhecido na medida mesmo em que se apoiavam na centralidade do trabalho.

Há quem tenha tirado conseqüências ainda mais fortes desse suposto des-centramento do trabalho, há quem queira ver no fim da centralidade do trabalho o fim da própria classe operária, e assim da luta de classes, o que significaria entender como centrais, na pós-modernidade, apenas os conflitos atinentes a relações étnicas, culturais, religiosas, sexuais, geracionais etc.

Se é verdade que tais aspectos, que sempre foram importantes na dinâmica social, ganharam particular destaque no nosso tempo, há forte comprometimento ideológico no esforço de desqualificação das dimensões classistas, que a pós-modernidade insiste em patrocinar. Secundarizar as dimensões classistas, desqualificar o trabalho como categoria sociológica fundamental, vai a par com a idéia de hipertrofia da fragmentação da vida social, transformada num conjunto caótico, desprovido de conexões, marcado pelo individualismo, pelo irracionalismo, pela ausência de projetos coletivos, realidade inapreensível, infensa à mudança, em que a hegemonia é dada pela cultura de massas, pelo grande capital excludente, pelas novas modalidades tecnológicas crescentemente produtoras de desemprego (KURZ, 1992).

É preciso ver com cuidado as previsões catastrofistas, elas quase sempre erram por não levarem suficientemente a sério a história e a dialética, isto é, a dinâmica e as contradições sociais, a luta de classes. De qualquer modo, há em curso uma tendência tecnológica que, certamente, implica a ampliação do desemprego. Contudo, há respostas que a neutralizam, ao menos parcialmente, por meio da redução da jornada de trabalho, e mesmo significam melhoria da qualidade das relações de trabalho, na medida em que os trabalhadores se apropriam das novas tecnologias a partir de seus interesses, como a que o movimento sindical sueco produziu. (FERREIRA, e outros).

Para os diversos autores que buscam caracterizar o des-centramento do trabalho no mundo contemporâneo, o grande derrotado nesse processo seria o marxismo, a teoria marxista, a teoria da luta de classes, o projeto socialista. Para esses autores, Marx estaria definitivamente aliado do debate contemporâneo, e sua teoria envelhecida, na medida em que não teriam se verificado, nem a polarização absoluta entre uma pequena classe de grandes proprietários e uma imensa classe de proletários, nem a majoritária presença do trabalho manual. A emergência e a expansão das classes médias, a segmentação dos mercados de trabalho, a heterogeneidade estrutural das funções, a expansão dos trabalhadores especializados em funções de supervisão, controle e gerência, tudo isso teria implodido a classe operária e com ela a teoria do valor, a teoria da mais valia, a teoria da acumulação, a teoria da luta de classes.

Ora, todas essas invalidações da teoria marxista sobre a centralidade do trabalho têm em comum uma incompreensão ampla e profunda da teoria marxista, dos seus textos e espírito. Não há, em Marx uma teoria sobre a tendência inelutável à absolutização do trabalho manual. Marx estabelece, em textos fundamentais de sua obra, o crescimento importante das funções técnico-gerenciais

do trabalho, afirmando que o conceito fundamental de trabalho, que se deve considerar, é o de trabalhador coletivo. Veja-se isso nesse trecho do Capítulo VI (inédito) de *O Capital*: “como con el desarrollo de la subsunción real de trabajo en el capital o do modo de producción específicamente capitalista, no es el obrero individual sino cada vez más una capacidad de trabajo socialmente combinada lo que se convierte en el agente real del proceso laboral en su conjunto, y como las diversas capacidades de trabajo que cooperan y forman la máquina productiva total participar de manera muy diferente en el proceso inmediato de la formación de mercancías o mejor aquí de productos – este trabaja más con las manos, aquel más con la cabeza, el uno como director (*manager*), ingeniero (*engineer*), técnico, etc., el otro como capataz (*overlooker*), el de más allá como obrero manual directo e incluso como simple peón –, tenemos que más y más funciones de la capacidad de trabajo se incluyen en el concepto inmediato de trabajo productivo, y sus agentes en el concepto de trabajadores productivos, directamente explotados por el capital y subordinados en general a su proceso de valorización y de producción” (...) y aquí es absolutamente indiferente el que la función de tal o cual trabajador, mero eslabón de este trabajador colectivo, este más próxima o más distante del trabajo manual directo.”

Ou ainda nesta passagem dos *Grundrisse*: “a medida que la gran industria se desarrolla, la creación de riquezas depende cada vez menos del tiempo de trabajo y de la cantidad de trabajo utilizado, y cada vez más del poder de los agentes mecánicos que se ponen en movimiento durante el trabajo. La enorme eficiencia de esos agentes, no tiene a su vez, relación alguna con el tiempo de trabajo inmediato que cuesta su producción. Depende más bien del nivel general de la ciencia y del progreso de la tecnología, o de la aplicación de esa ciencia a la producción.”

Marx tem uma compreensão do trabalho como realidade histórica, portanto sujeita a transformações. Isto é o que distingue sua teoria sobre o trabalho e sobre o valor-trabalho, das teorias clássicas de Smith-Ricardo: a sua radical historicização. Isto significa dizer que a teoria está o tempo todo pronta para perceber e incorporar as transformações que o mundo do trabalho experimenta, até mesmo para a eliminação do trabalho, como quer Gorz. A eliminação do trabalho não é resultado que liquidará a teoria marxista. A teoria marxista não se pretende eterna. Ela existirá e será a “filosofia insuperável do nosso tempo”, no sentido de Sartre, enquanto prevalecerem as condições da dominação capitalista, a sociedade burguesa, a alienação e o fetichismo da mercadoria, a exploração do trabalho.

IV- Limites e contradições do pós-fordismo

O capitalismo contemporâneo parece ter realizado seu definitivo milagre, parece hoje capaz de ultrapassar os obstáculos decorrentes das mediações espaço-temporais no processo de valorização, parece ser capaz de agilizar de tal modo o processo de circulação que, virtualmente, teria dissolvido o tempo de circulação, parece ser capaz de poupar recursos naturais e energia de tal modo que o perigo representado pela crise ecológica desapareceria.

Esse novo tempo de produção, balizado pela superação do modelo fordista, pela flexibilização do trabalho, pela economia de tempo, pela produção baseada na informação, parece ser a saída aos desafios colocados pelos estrangulamentos derivados da dimensão valor-de-uso da mercadoria. Um capitalismo que poupa e flexibiliza o trabalho, que reduz significativamente os tempos de produção e circulação, que poupa recursos naturais e energia, um capitalismo sem os inconvenientes dos processos poluidores, sem os conflitos decorrentes de uma classe operária numerosa, insatisfeita e mal paga. Esse parece

ser o modelo capitalista que se acredita definitivamente capaz de superar o que até aqui lhe tem imposto dificuldades, crises, desvalorização, destruição, degeneração ambiental, barbárie tecnológica e moral.

Trata-se de um processo sedutor, que se manifesta como de melhoria da qualidade em todos os planos da vida econômica, que promete melhoria dos produtos e processos, que promete melhoria dos salários e exige maior qualificação da mão-de-obra. Esse é o paraíso do mundo do trabalho que se quer ver presente no Japão, responsável pelo seu indiscutível êxito: o trabalho flexível, as tarefas enriquecidas, o primado da qualidade, o emprego vitalício.

O modelo japonês tem sido tomado como receita de sucesso infalível. Se é verdade que muitos aspectos das novas tendências da organização do trabalho na economia japonesa são assimiláveis e positivos, há que analisar com mais cuidado o que parece ser só maravilha. Em primeiro lugar, registre-se que as virtudes dos novos processos não são partilhados por todos os trabalhadores. Há um crescente processo de terceirização da produção, que impõe, a consideráveis contingentes de trabalhadores condições de trabalho e remuneração inferiores. É esse o caso dos trabalhadores temporários, das mulheres e dos trabalhadores imigrantes. (KAMATA E HIRATA).

A automação e a informatização reduziram significativamente os postos de trabalho, de tal modo que as certamente positivas inovações no campo da flexibilização do trabalho acabam sendo partilhadas por contingentes cada vez menores de trabalhadores. Assim, as promessas com que os processos de qualidade total acenam estão restritas aos que escaparem da degola do desemprego. O trabalho enriquecido e flexível, não é um atributo que se vai generalizar para todos os trabalhadores.

O paraíso das novas condições do trabalho baseadas na qualidade total é altamente seletivo e será partilhado apenas pelos que forem altamente qualificados à luz das

novas exigências tecnológicas em curso. As novas tendências do capitalismo contemporâneo, no que diz respeito ao trabalho, parecem indicar um crescente processo de exclusão, *vis-à-vis* a preservação e ampliação dos benefícios das novas tecnologias e das formas de organização dos processos de trabalho, para contingentes cada vez menores de trabalhadores. Este fenômeno foi apontado por um autor alemão, Robert Kurz, que, em seu livro *O Colapso da Modernização*, fala da radicalidade das implicações dessas novas tendências, tanto em termos econômicos, quanto em termos políticos. Um capitalismo que prescindir do trabalho, que utiliza processos artificiais de produção de riquezas, que explora cada vez menos o trabalho, um capitalismo sem base efetiva de valorização. Se não há trabalho, também não há capital, que é, fundamentalmente, poder de comando sobre o trabalho, valor que se autovaloriza pela apropriação de trabalho. Diz Kurz: "Se não há trabalho, não há acúmulo de capital. Na verdade, o sistema, algum dia, vai esgotar-se. Por mais que se vá automatizando todo o processo, o capitalismo chegará um momento em que não conseguirá mais funcionar assim. Isso vale para o primeiro, segundo ou terceiro mundo."

Tal perspectiva já estava apontada por Marx e foi retomada depois por Preobrajensky. O fundamento dessa perspectiva, a afirmação do caráter histórico da lei do valor, de sua transformação permanente. Isto é, a dinâmica capitalista e a acumulação de capital vão impondo transformações à lei do valor que bloqueiam a sua ação plena enquanto lei do equilíbrio espontâneo da sociedade mercantil. Determinando ao final, como diz Preobrajensky, que a lei do valor atinja a etapa de sua própria transformação e de seu desaparecimento gradual através da mesma lei do valor.

A historicidade da lei do valor e suas transformações são resultados da própria dinâmica da lei do valor, o seu movimento, a sua existência, que criam as condições de

sua desaparecimento. O capitalismo, ao prescindir do trabalho, ao buscar processos artificiais de valorização e ampliação da riqueza, bloqueia a única fonte efetiva do valor, que é o trabalho. Mais do que isso, o capital parece caminhar para transcender às próprias limitações impostas pelo tempo e pelo espaço, pelo valor de uso. O capital parece determinado a, finalmente, descobrir a pedra filosofal, isto é, a valorização absoluta e sob controle, baseada na condensação da alta informação, dos processos produtivos poupadores de trabalho, recursos naturais e energia.

A grande questão que está posta pela emergência dessa tendência, a construção de um mundo dual em que, de um lado, a alta tecnologia parece a realização do sonho alquimista, e, de outro lado, haveria um mundo de desemprego, de barbárie. Como diz Roberto Scharz, analisando o livro de Kurz, "A tendência chega ao extremo lógico quando uma economia, expelida da circulação global, depois de a concorrência moderna lhe ter desativado os recursos locais: a massa da população passa a depender de organizações internacionais de auxílio, transformando-se em caso de assistência social em escala planetária. Droga, máfia, fundamentalismo e nacionalismo representam outros modos pós-catástrofe de reinserção no contexto modernizado".

Um *apartheid* planetário, a concentração em pequenos bolsões, a riqueza, o emprego, as altas tecnologias, a qualidade do trabalho flexível. Do outro lado, a barbárie, o desemprego, a violência, o tecido social dilacerado, a estrutura urbana destruída. A burguesia, responsável no passado pelo embelezamento das cidades, é hoje, responsável pela sua destruição, na medida mesma em que parece prescindir do espaço urbano global. As novas tecnologias, que possibilitam a transmissão de informações à distância e os novos meios de comunicação e transportes permitem que a burguesia possa desconsiderar a cidade, que o suporte material representado pela cidade

seja saltado. O fax, as redes de computadores, as telecomunicações, a telemática, são os trunfos de uma tecnologia que parece ter superado o tempo e o espaço, parece ter superado a dimensão valor-de-uso da mercadoria.

Várias implicações devem ser extraídas a partir das tendências recentes do capitalismo: a) as maravilhas do trabalho hiperqualificado, flexível e bem remunerado serão partilhadas apenas por contingentes restritos de trabalhadores; b) em conseqüência, haverá, com mais intensidade e radicalidade, a aceleração do processo de desemprego não só de trabalhadores não-qualificados, mas para muitos segmentos de trabalhadores qualificados; c) o quadro de desemprego sistemático e massivo, num período de crise do Estado do Bem-estar, é um fenômeno de conseqüências sociais e políticas gravíssimas no sentido de reforçar a barbárie urbana, a desagregação do tecido social, a expansão dos salvacionismos messiânicos e irracionaisistas; d) finalmente, a forma como estas tendências do capitalismo contemporâneo têm sido veiculadas parecem sancionar a ilusão do fim da história, da superação das contradições capitalistas, sob a forma de um capitalismo triunfante, que tem, na integração dos mercados, nas novas tecnologias e na superação do modelo fordista, seus traços essenciais.

Cada um desses aspectos apresenta dificuldades e obstáculos. A integração dos mercados terá que enfrentar enormes desafios. O virtual empate entre o sim e o não na França, sobre a unificação européia, é um índice significativo. Quanto às contradições políticas do processo de unificação, é preciso lembrar também os problemas derivados da desordem monetária e financeira reinantes hoje e a crise das instituições de Bretton Woods.

A ilusão e o caráter apologético da ideologia *high-tech* é mais potente no que se refere às novas tecnologias e formas de organização do trabalho. Fundamentalmente, é preciso dizer que o capitalismo ainda é o mesmo, isto é, ainda é uma forma de produção baseada na apropria-

ção da natureza. Que o espaço e o tempo continuam sendo determinantes importantes no processo de valorização. Que a produção capitalista é um processo social que confronta, de um lado, capitalistas, e, de outro, trabalhadores, que o capital é uma relação social baseada na desigualdade, onde o capital é poder de comando sobre o trabalho. Que o capitalismo, afinal, ainda tem que se haver com o valor-de-uso, sua precariedade e limite, e com a luta de classes.

V- Brasil: reestruturação produtiva e resposta operária

Em artigo de 1994, Marcia de Paula Leite apresenta um quadro geral da trajetória da reestruturação produtiva no Brasil, em que, ao lado da periodização do processo, há uma compreensiva tentativa de analisar seus avanços e bloqueios, seus limites e perspectivas. O fundamental de sua análise é a permanência de certos traços do comportamento do empresariado brasileiro e que poderiam ser caracterizados como “o apego à exclusão”. A base do seu argumento é a constatação da reiteração de práticas empresariais que, se de um lado buscam sintonizar-se com as novas tendências da reestruturação prevalentes no mundo capitalista central, de outro lado significam: a) intensificação do fordismo; b) permanência do taylorismo; c) *just in time* taylorizado; d) alta rotatividade do trabalho e utilização da demissão como estratégia de enfrentamento à crise; e) fraco investimento em treinamento; f) baixo nível educacional da mão-de-obra empregada; g) estruturação de cargos e salários complexos e voltados para estímulos e competição entre os trabalhadores; h) os mais altos diferenciais de salários do mundo no interior de uma mesma empresa; i) precarização do trabalho terceirizado; j) estratégia anti-sindical da introdução da reestruturação produtiva. Resultando disso que o Brasil tivesse, em 1993, os piores indicadores do mundo no referente à produtividade e precaríssimos indicado-

res quanto à qualidade, apesar da ampla generalização de programas de qualidade introduzidos a partir dos anos noventa.

Na verdade, o exame das vicissitudes do processo de reestruturação produtiva no País revela o traço atávico das classes dominantes brasileiras, a sua recorrente interdição de direitos sociais básicos: a Abolição sem seu desdobramento necessário que era a reforma agrária; a modernização sem a universalização do acesso à educação e saúde de boa qualidade; a urbanização sem seus pressupostos – transportes, saneamento, habitação –; o Estado forte e interventor, mas privatizado, autoritário e excludente. Daí que a forma perversamente seletiva do processo de reestruturação produtiva no Brasil seja o *aggiornamento* de uma prática histórica das classes dominantes no Brasil. Essas tendências têm provocado, sobretudo entre os setores mais organizados e combativos do movimento operário-sindical, uma justa rejeição às velhas práticas autoritário-excludentes das elites brasileiras travestidas hoje dos rótulos-*slogans* “qualidade-produtividade-competitividade”.

Há quem queira, também com razão, relativizar a reação do movimento operário-sindical brasileiro a essas “inovações pós-fordistas”, lembrando os casos da Suécia e Itália, onde os trabalhadores conseguiram interferir no processo, dando-lhe caráter democrático e participativo. É justa a preocupação dos que buscam mostrar que há aspectos positivos, pró-trabalhadores, nessas novas tendências produtivas. Há mesmo quem conteste que as tendências recentes da reestruturação produtiva no Brasil reproduzam o modelo fordista, vendo o processo com otimismo. É o caso de E. B. Silva, em trabalhos de 1990 e 1991, que Cândido Guerra Ferreira sumariza. “Com base em tais constatações a autora conclui que: ‘É altamente questionável se tais tendências apresentam um vigor do fordismo no setor industrial moderno brasileiro. Elas parecem ir na mesma linha que os desenvolvimen-

tos em economias que têm experiências de mais longo prazo com tecnologia microeletrônica”. Posição esta que é reafirmada em outro trabalho da autora (de uma maneira que, aliás, poderíamos considerar um tanto quanto “otimista”): “Os novos padrões de organização do trabalho no Brasil parecem estar se movendo na mesma direção das tendências que prevalecem ao nível internacional. Se as mudanças recentes no Japão ou nas economias industrializadas ocidentais representam novas versões do fordismo, o padrão brasileiro é igualmente uma renovação do fordismo. Além do mais, pelo que parece, as novas mudanças mostraram que incrementos na eficiência não exigem que sejam sacrificadas as metas sociais e a liberdade individual. A eficiência pode ser melhor alcançada se for subordinada à igualdade social, econômica e política” (FERREIRA).

É possível que haja otimismo na visão acima. É possível até apontar-se falha mais grave, que seria a desconsideração das condições histórico-concretas da realidade brasileira, seu caráter periférico, sua dinâmica excludente etc. Contudo, a discussão decisiva é: quais seriam as condições efetivas de apropriação desse processo por parte do movimento operário-popular, de forma a transformá-lo num instrumento do avanço das conquistas democrático-populares? Trata-se, neste sentido, de discutir duas ordens de questões: num plano estariam os elementos que devem compor um novo projeto de desenvolvimento nacional comprometido com a distribuição da renda, riqueza, poder e informação; noutra plano, a análise sobre a racionalidade sistêmica deste projeto, sua viabilidade econômica, sua eficiência e dinamismo.

O ponto de partida dessa discussão é a exigência da necessária inserção do processo de reestruturação produtiva no projeto maior do desenvolvimento nacional do ponto de vista democrático-popular, isto é, que o critério básico para a implementação das mudanças e inovações tecnológicas e gerenciais, requeridas pelos novos tem-

pos, seja a efetiva incorporação à cidadania plena e aos frutos da modernidade dos milhões de marginalizados produzidos pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. Isso implica num conjunto articulado de reformas: a reforma agrária e agrícola, a reforma dos sistemas de educação e saúde, a reforma urbana, a reforma do Estado e a reforma tributária, que signifiquem, de fato, a universalização de direitos sociais básicos e a democratização da renda, riqueza, poder e informação. Reformas, enfim, que são a exata negação do “ajuste” neoliberal que tem sido implantado no Brasil e que, na verdade, é uma “contra-revolução”, na medida em que procura interditar direitos sociais, parcialmente conquistados, e aprofundar a hegemonia do grande capital internacional e suas conseqüências: o desemprego estrutural, a concentração da renda, a falta de assistência social, a barbárie urbana.

Trata-se, no Brasil, de por fim ao Estado do Bem-estar social sem que ele ao menos tenha existido de fato, de interditar a construção de um projeto de desenvolvimento nacional-popular, na medida mesmo em que se lhe negam as bases de sustentação que Celso Furtado resume como sendo a democratização de ativos “ao nível das coisas e das habilitações pessoais”.

Outro ponto a ser considerado é o enfrentamento a uma crítica recorrente, feita aos que se colocam do ponto de vista das reformas democrático-populares: o seu suposto “distributivismo ingênuo”. Argumentam, estes auto-atribuídos campeões da racionalidade, que um programa de reformas democráticas não é capaz de enfrentar a verdadeira questão em pauta: o desafio do aumento da produtividade. Ora, é exatamente isso que a contra-revolução neoliberal será incapaz de fazer, porque é contrária a qualquer efetiva democratização de “ativos e habilitações”. A contra-revolução neoliberal é, em seus próprios termos, excludente e concentradora, o que significa, num país como o Brasil, ampliar ainda mais o enorme contingente de pessoas sem qualquer perspectiva

num mundo que exige, cada vez mais, educação, treinamento, qualificação profissional especializada.

Daí que a exigência das reformas democráticas não seja apenas um imperativo ético e uma demanda política, mas a própria matéria de um projeto de desenvolvimento econômico autêntico, na medida em que a base da constituição de um mercado interno de consumo de massas, pré-condição para a ampliação das escalas de produção, para a melhoria dos padrões de qualidade e produtividade, para a garantia da competitividade no mercado internacional.

Essa é a singularidade do processo histórico brasileiro, o que dá condições ao País de projetar um futuro de prosperidade e justiça – o Brasil ainda está por desenvolver a sua maior riqueza –, a construção da hegemonia nacional-popular. Isto é, há no Brasil um enorme espaço para o crescimento econômico, para a introdução de inovações tecnológicas, com aumento do emprego e distribuição de renda e riqueza, na medida em que isto é parte do processo maior da ampliação do mercado interno.

É tal singularidade que permite unificar o movimento dos trabalhadores do campo e da cidade, o movimento dos trabalhadores dos setores econômicos de ponta e do setor estatal ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Trata-se de reconhecer que a geração de empregos dos setores de ponta, impactados pelas inovações tecnológicas, dependem da ampliação do mercado interno, depende da Reforma Agrária, depende da melhoria da estrutura de ensino, depende da ampliação de investimentos em ciência e tecnologia e qualificação e requalificação técnico-profissional.

Trata-se, assim, de afirmar que são os trabalhadores que defendem as reformas democrático-populares e que, efetivamente, têm as condições e o interesse de construir um projeto de desenvolvimento nacional autêntico, que tanto incorporará as novas tecnologias quanto realizará o sonho inadiável de justiça e liberdade entre nós.

Habermas versus Marx: o marxismo na berlinda?

Paulo Sergio Tumolo

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina - CED/EED e doutorando no Programa de História e Filosofia da Educação da PUC-SP.

“O iluminismo está morto, o marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto ... e o autor também não se sente muito bem.”

Neil Smith

Há muito vem sendo anunciada a morte do marxismo. Para além do discurso panfletário dos ideólogos de plantão do capital, é preciso reconhecer que, contemporaneamente, um número expressivo de autores vem desenvolvendo análises sérias e coerentes, questionando o marxismo como aporte teórico-metodológico capaz de explicar a realidade presente. Certamente um dos mais destacados é Claus Offe, com sua vasta obra, cuja influência no Brasil, particularmente na área das Ciências Sociais, não é nada desprezível. A leitura da produção desse, e de outros estudiosos, evidencia que uma de suas principais – provavelmente, a principal – matrizes teóricas se encontra em Habermas e, por essa razão, quem pretenda entrar em tal debate candente deve estabelecer, necessariamente, uma interlocução com esse autor.

Está fora de cogitação a pretensão de desenvolver, nos limites de um texto como este, uma análise da obra de Habermas. No entanto, já que o debate com esse notável autor é praticamente inevitável, buscarei tão somente – e tenho dúvida se já não é muita pretensão – esboçar ou fazer apontamentos para a introdução de um ensaio de análise crítica a alguns elementos – talvez principais – presentes em um de seus textos, a saber *Técnica e ciência como “ideologia”*. Tenho a plena clareza de que tal

procedimento é deveras problemático, para não dizer equivocado. Um dos problemas é trabalhar somente com um texto do referido autor. Mas trata-se apenas de um exercício analítico, circunscrito nos limites já assinalados. De qualquer maneira, a escolha desse texto não é casual, pois é de importância fulcral na obra do autor.

No referido artigo, Habermas estabelece um diálogo, explicitado desde o início, com Herbert Marcuse, através de sua obra *A Ideologia da Sociedade Industrial* ou, mais especificamente, Habermas se confronta com a tese desenvolvida por Marcuse, segundo a qual “a força libertadora da tecnologia – a instrumentalização das coisas – transforma-se em travão para a libertação, torna-se instrumentalização do homem” (Habermas), de acordo com a interpretação de Habermas. Ao mesmo tempo finca as bases para futuros desenvolvimentos no seu pensamento, sobretudo em torno da ação comunicativa.

Com esta perspectiva, Habermas identifica as duas grandes interlocuções de Marcuse: Weber e Marx. Ao argumentar que Marcuse pretendeu explicar o processo de racionalização da sociedade contemporânea fazendo a crítica à explicação dada por Weber e ao mesmo tempo balizando-se pelo referencial marxiano, Habermas assevera que “na minha opinião, nem Max Weber nem Herbert Marcuse o conseguiram de uma maneira satisfatória”. Por isso, continua o autor, “vou tentar reformular o conceito de racionalização de Max Weber num outro sistema de referências, para sobre esta discutir tanto a crítica que Marcuse fez a Weber, como a sua tese da dupla função do progresso técnico-científico (enquanto força produtiva e ideologia)”.

Não entrarei na discussão Habermas *versus* Weber *versus* Marcuse. Interessa-me, sobremaneira, a contenda Habermas *versus* Marcuse/Marx. Neste ponto, a tese de Habermas é, grosso modo, a seguinte: como Marcuse se fundamentou no referencial marxiano para poder explicar o processo de racionalização da sociedade contemporânea, e como esse referencial não mais dá conta de explicar esta sociedade – ele denomina de tardo-

capitalismo –, então a explicação oferecida por Marcuse só poderia ter sido insatisfatória. Dessa forma, como Marx é o fundamento de Marcuse, e Habermas desenvolve sua crítica a este último neste plano, então a discussão basilar se desloca para o diálogo Habermas *versus* Marx. É aqui que concentrarei minhas atenções.

Antes de mais nada, é preciso alertar que, embora tal interlocução se apresente, no artigo de Habermas, com uma riqueza ímpar de elementos, não será possível discurrir sobre todos. Mais uma vez cabe uma escolha, privilegiando alguns aspectos em detrimento de outros. A discussão pode ser feita, em linhas gerais, sob dois prismas. Primeiramente, o da leitura de Marx por Habermas e, em segundo lugar, a relação de sua análise e sobretudo da sua proposta de explicação com a realidade presente.

I- Elementos da contenda teórica

Vou tentar traçar, resumidamente, a linha argumentativa de Habermas. Partindo daquela suposição segundo a qual as categorias elaboradas por Weber e Marx/Marcuse são insatisfatórias para explicar a sociedade moderna, Habermas apresenta seu calcanhar de Aquiles ao sugerir outro enquadramento categorial, vale dizer, a “distinção fundamental entre trabalho, ou ação racional teleológica, e interação ou ação comunicativa”. Com base nessas categorias, o autor caracteriza e explica os diversos sistemas sociais, distinguindo-os conforme “neles predomine a ação racional teleológica (trabalho) ou a interação (ação comunicativa), e defende que na “sociedade tradicional” havia o primado da interação sobre o trabalho e, ao contrário, no capitalismo de tipo liberal, estudado por Marx, predominava o trabalho – mercado – sobre a interação. Balizado por uma particular leitura de Marx, segundo a qual a crítica da economia política marxiana é um “tipo de análise que isola metodicamente as leis do movimento econômico da sociedade”, Habermas argumenta que se tal análise poderia até ter alguma validade ou explicar satisfatoriamente o capitalismo de tipo libe-

ral, tendo em vista o primado do econômico sobre o político – o mercado (estrutura econômica) se sobrepunha à sociedade – “a crítica marxiana já não pode aplicar-se sem mais à sociedade tardo-capitalista”, pois, ao contrário da antecedente, trata-se de um capitalismo regulado pelo Estado, onde, por razões diferentes da sociedade tradicional, volta a predominar a interação sobre o trabalho – o mercado. Ele busca fundamentar as razões dessa transformação em dois fatores ou “duas tendências evolutivas” que se fazem sentir desde o último quartel do século XIX: “1) um incremento da atividade intervencionista do Estado, que *deve assegurar a estabilidade do sistema* e, 2) uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou as ciências na primeira força produtiva” (grifado por mim).

Ao desenvolver o estudo a respeito desses dois fatores, Habermas assinala a presença e regulação do Estado não só com relação ao mercado, mas também no que diz respeito às políticas sociais e sugere que o segundo fator, de certa forma, está na dependência do primeiro. Ou seja, o elemento central na mudança de um tipo de sociedade para outro é a presença do Estado, que no tardo-capitalismo é predominante e regula não só o mercado, como toda a sociedade.

Por isso, o aporte teórico marxiano, que até oferecia uma explicação cabível e pertinente para o capitalismo de tipo liberal, não serviria para explicar o tardo-capitalismo. Suas principais categorias analíticas – relações de produção/forças produtivas, teoria do valor-trabalho, mais-valia, luta de classes etc. — teriam deixado de ter validade. Em poucas palavras, Habermas coloca em xeque o coração do arcabouço teórico marxiano: “o enquadramento categorial em que Marx desenvolveu os *pressupostos fundamentais do materialismo histórico*” (grifado pelo autor). Por decorrência, Habermas propõe a substituição da conexão forças produtivas/relações de produção – como ele as entende – pela “relação mais abstrata de trabalho e interação”. Como considera aquele binômio categorial como o fulcro do materialismo histó-

rico, na verdade está propondo um novo aporte teórico fundado nestas duas últimas categorias. “Tenho a suspeita”, afirma ele, “de que o sistema de referência desenvolvido em termos da relação análoga, *mas mais geral*, de marco institucional (interação) e subsistemas da ação racional dirigida a fins (‘trabalho’ no sentido amplo da ação instrumental e estratégica) *se revela mais adequada para reconstruir o limiar sociocultural da história da espécie*” (grifado por mim). Posto isso, farei algumas considerações sobre a proposta categorial habermasiana. Tomarei como referência sua categoria de trabalho e buscarei relacioná-la com a categoria marxiana de trabalho, já que essa se constitui como central em sua obra.

Parece-me que Habermas deu um sentido mais geral às suas duas categorias centrais, inclusive ao trabalho, porque, na sua particular leitura de Marx, considera que as categorias da crítica da economia política desenvolvida por esse último eram prisioneiras da base estrutural – economia –, de uma “ordem apolítica”, guardando, dessa forma, um caráter mais restrito e particularista, enquanto que suas categorias teriam um alcance mais “largo” e universalista. Creio que, talvez, por essa razão, Habermas impute às categorias marxianas um caráter histórico, particular, e às suas categorias um caráter universalizante. Será que, ao operar dessa forma, não perdeu a historicidade? E o que procurarei discutir.

A concepção que Habermas tem de trabalho é claramente de “trabalho em geral”. Curiosamente, guardadas as superficiais diferenças, Marx também lida com essa categoria, e é possível encontrar semelhanças entre elas. Aliás, para esse último, trata-se de um ponto de partida em seu procedimento analítico. Apesar de longa e repisada, vale a pena fazer a citação de Marx, para que possamos cotejá-la com a acepção habermasiana:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em mo-

vimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (...) Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”.

Se compararmos essa acepção de trabalho em Marx com a concepção habermasiana de trabalho, será possível

encontrar semelhanças entre elas. Contudo, tais semelhanças não passam daqui. Para Marx, o trabalho em geral é um ponto de partida da análise, tendo em vista que tomado em si é mera abstração, uma “representação caótica” e por isso não serve como explicação do real. A direção metodológica de Marx é a seguinte: do trabalho em geral ao trabalho sob relações capitalistas de produção, quer dizer trabalho produtivo de mais-valia, de capital, passando pelo trabalho concreto, criador de valores de uso e pelo trabalho abstrato, criador de valores de troca. O itinerário é do concreto aparente para o concreto pensado. Em seu “método da economia política”, Marx discute, não por acaso, esta questão do trabalho e depois de sublinhar, num exemplo, as características do trabalho nos USA e na Rússia, afirma:

“Este exemplo mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas”.

O trabalho em geral é mera abstração e, por isso, não tem validade explicativa, e só pode adquiri-la quando “ganha” historicidade, quer dizer, quando mergulha na história e é compreendido como trabalho sob determinadas relações de produção. É justamente a essa tarefa que Marx se dedica em grande parte de sua obra, notadamente em *O Capital*. Por isso é que, depois de estudar o processo de trabalho – onde se insere a primeira citação –, cujo ponto de partida é o trabalho em geral, ele analisa o processo de valorização do capital, cujo substrato é o trabalho produtivo de capital.

Dessa forma, tendo uma particular abordagem da obra marxiana e ao mesmo tempo apresentando categorias analíticas com sentido “mais geral” com o intuito de oferecer uma explicação “sociocultural” mais universalizante da “história da espécie” e, por isso, mais adequada

para a sociedade moderna, parece-me que Habermas acabou perdendo a historicidade, ao eleger o ponto de partida – trabalho em geral – como ponto de chegada, ou seja, como uma das duas categorias explicativas do tardo-capitalismo. Ora, seja capitalismo de tipo liberal ou tardo-capitalismo, ou qualquer outra conformação capitalista, trata-se de compreender o trabalho como trabalho sob relações capitalistas de produção e não como trabalho em geral. É claro que o ponto de chegada pode retornar ao ponto de partida para que a análise possa prosseguir, mas depois de ter percorrido aquele caminho já não é mais o “mesmo” ponto de partida. Na análise de Habermas, esse elo teria se perdido, ou melhor, nem teria sido produzido, tendo em vista que, possivelmente, o seu ponto de partida é o próprio ponto de chegada. Desta maneira, Habermas pode ter “caído na armadilha” de considerar que uma categoria analítica com sentido mais geral – vale dizer, no plano do concreto aparente – pudesse oferecer uma explicação mais adequada da realidade. A categoria habermasiana de trabalho, sobre a qual o autor constrói seu aporte teórico, seria, portanto, a-histórica e, por essa razão, deveria ser crivada como categoria analítica capaz de oferecer explicação consistente para sociedades sob a égide do capital.

Poder-se-ia, como desdobramento, fazer uma análise do mesmo teor, guardadas as especificidades, tanto das outras categorias marxianas, como da outra categoria habermasiana – a interação (ação comunicativa). Tal como a primeira, essa categoria também careceria de historicidade. Se tudo isso faz algum sentido e mesmo considerando que as categorias marxianas são inadequadas para explicar o tardo-capitalismo, como defende Habermas, minha hipótese é a de que as categorias propostas por Habermas se apresentam como mais problemáticas e, talvez, mais inadequadas para a compreensão daquela fase capitalista, tendo em vista o seu caráter a-histórico.

Por último, vale ressaltar ainda que, curiosamente, Habermas dá um caráter histórico à teoria marxiana –

serve para um tipo de sociedade e não serve para outro – e não dá o mesmo caráter para sua teoria e respectivas categorias. Antes de prosseguir, contudo, faz-se necessário alguns esclarecimentos. Penso que o intuito de Habermas não tenha sido o de simplesmente fazer a crítica a Marcuse, ou mesmo a Weber e a Marx. No que diz respeito ao artigo aqui referido, Habermas era um “homem de seu tempo” e, por isso, sua preocupação estava em compreender justamente esse “seu tempo”. Mais que isto, sua maior preocupação – e nesse aspecto segue a tradição das gerações precedentes da escola de Frankfurt – era a de buscar oferecer respostas políticas para os desafios colocados naquele momento histórico, quer dizer, ele tem em seu horizonte uma perspectiva política e a apreensão da realidade de “seu tempo” era condição *sine qua non* para a construção de uma proposta política. Dessa forma, creio que a particular leitura que faz de Marx só pode ser compreendida nesse contexto, isto é, se deve tanto à leitura que faz da realidade da época de Marx e da sua própria, quanto da “sua” perspectiva política.

II- A explicação de Habermas e a realidade presente

Até o momento procurei fazer o cotejamento Habermas *versus* Marx numa abordagem teórica. Ora, a validade das categorias analíticas de um arcabouço teórico só pode ser testada na relação com a realidade. Por isso, a partir de agora, buscarei relacionar a teoria habermasiana com a realidade presente. Para tanto, iniciarei com a seguinte suposição: admitamos uma concordância na leitura que Habermas faz de Marx, o que nos leva, por decorrência, a admitir a adequação de toda sua análise. Seu roteiro argumentativo é, grosso modo, o que se segue: como o capitalismo mudou, daquele de tipo liberal para o de tipo tardio, o aporte teórico marxiano, que eventualmente servia para explicar o primeiro tipo, não serve para a compreensão do segundo. Daí a premência de um novo aporte teórico, proposto por Habermas. Como já foi visto, o elemento decisivo de todo esse pro-

cesso é a intervenção do Estado. Habermas partilha da crença keynesiana de que o Estado pode regular o mercado e a sociedade, garantindo a “estabilidade do sistema”, cuja expressão mais cabal é o Estado do Bem-Estar Social. A existência do *Welfare State* – naqueles termos – é o suporte empírico da propositura habermasiana.

Acontece que, a partir do período mais ou menos próximo àquele em que Habermas escreve seu texto – 1968 –, se opera um processo de transformações profundas. O capitalismo mudou outra vez, e como mudou! Certamente, um dos autores que procura compreender as características das transformações que ora se operam no mundo é Harvey através de seu livro *A Condição Pós-Moderna*.¹ Como o próprio título sugere, o autor busca, ousadamente, construir uma explicação para a sociedade contemporânea em seus múltiplos e inter-relacionados aspectos, qual seja, a chamada pós-modernidade. Rompendo as tradicionais fronteiras entre as diversas áreas do saber, através de um vasto conhecimento, e comparando os elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto da pós-modernidade, Harvey aponta a dificuldade em definir o pós-modernismo, dada “sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico” e que, por essa razão, uma de suas principais características consensuais – talvez a única – seja a crítica que faz às metanarrativas, ou metateorias. Conscientemente, o autor tece uma das mais bem fundamentadas críticas, baseada numa desenvoltura erudita e numa abundância de dados empíricos, à pós-modernidade e, pois, à sua oposição a todas as formas de metanarrativa, valendo-se, justamente, de uma determinada metanarrativa, ou mais precisamente, do marxismo.

Tendo como ponto de partida a constatação de que “vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972”, Harvey anuncia, logo no início, sua tese de que é possível “aduzir bases *a priori* a favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a

ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espço’ na organização do capitalismo”. Mas tais mudanças, continua o autor, “quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova”.

Ao buscar um substrato material para explicar as mudanças aparentes, Harvey mergulha na análise das transformações político-econômicas do capitalismo do final do presente século, partindo de um estudo sugestivo do fordismo e sua imbricação com o keynesianismo, o que propiciou um longo período de expansão capitalista, passando pelos elementos de crise desse paradigma de organização da produção, demarcada principalmente pela crise de 1973 – “crise de superacumulação” –, até chegar e concentrar seus esforços na discussão daquilo que denomina “acumulação flexível de capital”.

“A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”.

No bojo dessa análise, gostaria de ressaltar, para efeito da discussão aqui desenvolvida, que, embora a presença do Estado, qualquer que seja sua forma, conti-

nue sendo uma necessidade imperiosa do capital em seu processo de acumulação – ao contrário da falsa idéia alardeada pelos ideólogos do “neoliberalismo” – é preciso reconhecer, de um lado, que a crise de 1973 – cinco anos após o texto de Habermas – e as outras crises posteriores de superprodução de capital demonstraram empiricamente a inconsistência daquela crença – partilhada por Habermas – segundo a qual a intervenção do Estado na economia e em outras instâncias da sociedade poderia garantir a estabilidade do sistema e, de outro, como desdobramento do primeiro, que o modelo keynesiano-fordista e, por decorrência, o Estado do Bem-Estar Social também entraram em crise e se encontram tendencialmente em estado agonizante. Parece que o “mercado”, de forma diferenciada, se impôs novamente.

Ora, os elementos centrais constitutivos do tardo-capitalismo, segundo a caracterização de Habermas, não se apresentam mais como centrais nesta fase atual do capitalismo. Isto significa que, se seguirmos a linha argumentativa de Habermas, poderíamos afirmar que, por razões distintas daquelas do capitalismo de tipo liberal, o capitalismo atual – seria um “tardo-tardo-capitalismo” ou um “capitalismo mais-do-que-tardio”? – recupera o primado do mercado.² A conclusão parece ser inevitável: pelas mesmas razões apontadas por Habermas, seu aporte teórico e suas respectivas categorias analíticas são relativas ao tardo-capitalismo e, por isso, não dão conta de explicar satisfatoriamente o capitalismo atual, na medida em que a própria história, evidenciada por fatos empíricos, teria se encarregado de “jogar por terra” o caráter pretensamente universalista da proposição habermasiana. Em outras palavras: mesmo que concordássemos com a leitura que Habermas faz de Marx e considerássemos a validade de sua explicação, tal explicação, para guardar coerência com sua linha argumentativa, deixaria de ter validade, ou seja, ficaria prejudicada quando se trata da realidade presente. Urgiria, portanto, um novo arcabouço teórico com novas categorias analíticas.

III- Considerações finais

Se é verdade que nem Marx e tampouco Habermas oferecem um aporte teórico capaz de explicar satisfatoriamente a realidade atual, então poderíamos ficar tentados a proceder como Habermas e desenvolver uma proposição teórica. Não é, de forma alguma, o meu intuito. Na verdade, trabalhei com todas aquelas suposições – e são meras suposições – para poder evidenciar alguns problemas na análise habermasiana. Toda vez que o capitalismo muda – e isso é constante e permanente enquanto existir capitalismo, tendo em vista que tais mudanças são fruto de suas próprias contradições e ao mesmo tempo são as formas possíveis por ele engendradas no ensejo de se perpetuar no seio da luta de classes – as teorias produzidas para explicar uma fase não servem para explicar a subsequente, demandando sempre a produção de novas teorias? Teriam essas teorias, indelevelmente, um caráter sempre particular? Se sim, e Habermas o identifica na teoria marxiana, por que isso não vale para sua proposição teórica? Até que ponto, ao pretender dar um alcance mais geral ou universal às suas categorias analíticas, não acabou por construí-las a-historicamente?

Parece-me que um dos problemas na análise de Habermas, no referido texto, é que não leva em consideração que o capitalismo de tipo liberal, o capitalismo tardio e o capitalismo em sua atual fase, em que pese suas profundas e já destacadas diferenças, têm uma identidade: são todo capitalismo. Essa é, aliás, a principal tese desenvolvida por Harvey em relação ao padrão fordista-keynesiano e à “acumulação flexível”. Nas suas conclusões, o autor monta uma tabela comparativa onde se pode visualizar claramente as distinções e oposições entre as principais características, abrangendo todas as dimensões da vida social – do econômico ao cultural –, do “modernismo fordista” e do “pós-modernismo flexível”. Não é por acaso que o título da tabela seja “modernidade fordista *versus* pós-modernidade flexível”. Depois de comentar os elementos de oposição contidos na tabela,

indaga: “mas e se a tabela como um todo constituísse em si uma descrição estrutural da *totalidade* das relações político-econômicas e cultural-ideológicas do capitalismo?” (grifado por mim). Em seguida afirma que “concebê-la assim requer que vejamos as *oposições* intra e entre perfis como *relações interiores no interior de um todo estruturado*” (grifado por mim). O que Harvey está defendendo, depois de ter percorrido um longo caminho analítico, é a idéia segundo a qual, para além das diferenças, oposições e “desidentidades”, há entre aqueles dois modelos uma identidade, a saber, o seu pertencimento ao mesmo todo estruturado, o capitalismo. Com a ajuda de tal idéia “podemos dissolver as categorias do modernismo e do pós-modernismo num complexo de oposições que exprime as contradições culturais do capitalismo. (...) Nesse caso, a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída por uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo”. (Harvey)

Ora, podemos dizer o mesmo do “fordismo” e da “acumulação flexível”, cuja rígida distinção categórica desaparece, dando lugar a uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo. Por essa razão, é possível afirmar que, se é verdade que as análises devem ser sempre conjunturais, buscando apreender as particularidades das diversas fases do capitalismo e mais do que isto, devem ser sempre renovadas e reconstruídas – “mergulhadas” na história –, acompanhando o constante processo de metamorfoses do capitalismo, elas podem ter um balizamento que tenha um caráter universal, válido para toda e qualquer fase capitalista. Afinal, trata-se de formas diferentes de manifestação de um único e mesmo modo de produção, o capitalismo. Além do mais, talvez o maior problema de Habermas, como já vimos, é a a-historicidade de suas categorias analíticas. Na minha opinião, Habermas não percebeu na obra marxiana — principalmente em *O Capital* —, em virtude da particular leitura que dela fez, dois aspectos de fundamental importância: o seu caráter histórico e o seu alcan-

ce universal. Mas esse último só é possível tendo como condição a historicidade. É preciso deixar claro, no entanto, que tais características não são fruto da “genialidade” de Marx e sim da aplicação de seu método que foi, aliás, dispensado por Habermas.

Por isso, se me fosse permitido propor um aporte teórico que ofereça pistas para a apreensão dos elementos fundamentais constitutivos da realidade presente, sugeriria a crítica da economia política desenvolvida por Marx e outros principais analistas da linhagem marxista. Numa palavra: o materialismo histórico. Evidentemente, numa leitura distinta daquela realizada por Habermas.

Faz-se necessário, contudo, alguns esclarecimentos. A obra de Marx, bem como dos outros autores marxistas, está bem longe de ser suficiente para explicar satisfatoriamente não só a atual fase do capitalismo, como também as precedentes, inclusive aquela vivida por Marx. Trata-se, portanto, de uma condição necessária, mas sempre insuficiente. Além disso, as categorias centrais do materialismo histórico — teoria do valor-trabalho, força de trabalho como mercadoria, mais-valia, capital etc, e principalmente a luta antagônica entre as classes fundamentais — não são nada, não têm qualquer validade fora da história e, por isso, só têm validade explicativa se mergulhadas na história, ou seja, na medida de sua historicidade. Deve-se lembrar que método é itinerário de análise da história e não disposição de categorias apriorísticas com as quais se debruça sobre a realidade para que esta se “encaixe” naquelas. A universalidade das categorias fundamentais do materialismo histórico é particular ao modo capitalista de produção e a condição de sua validade é, como já foi dito, sua historicidade. Trata-se, pois, de uma análise concreta de uma realidade concreta.

De qualquer maneira, sobra pelo menos uma indagação. Confrontado com a realidade atual, o marxismo ainda teria alguma validade? Tenho plena clareza da minha impossibilidade de, neste texto, abordar a contento tal questão. Apesar disso, tentarei “arranhá-la” levantando outras perguntas. A crise de 1973, bem como as seguin-

tes, e a caracterização do novo padrão de acumulação de capital engendrado a partir de então, não se constituem uma demonstração empírica da validade das categorias fundamentais do materialismo histórico? Até que ponto tais fatos não são a prova da determinação do mercado – leia-se mercado capitalista – sobre o Estado? Se o Estado regulava o mercado e a sociedade, como acredita Habermas, por que o Estado – seja nacional, multinacional ou “globalizado” – não evitou as crises? Por que não evita o desemprego estrutural, o aumento da miséria, a intensificação da exploração etc.? Será que na fase atual “voltou” o primado do mercado, ou não pode ter voltado aquilo que, na verdade, “não foi”? Se as crises e seus respectivos desdobramentos continuam a “dar o ar de sua graça”, qual a teoria que buscou apreendê-las em suas raízes, para poder melhor explicá-las?

Enfim, para verificar até que ponto o materialismo histórico pode oferecer alguma explicação consistente acerca da realidade presente, é necessário testá-lo, colocá-lo à prova. É o que tem feito um número expressivo de estudiosos e o resultado de suas investigações vem demonstrando, de forma contundente, a validade, a fertilidade, a vitalidade e a excelência do marxismo. Certamente, um deles é Harvey, cujo riquíssimo ensaio já tive oportunidade de apresentar anteriormente. Em sua obra, o autor faz uma citação de Neil Smith, que está reproduzida na epígrafe deste artigo: “O iluminismo está morto, o marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto ... E o autor também não se sente muito bem”. Pelo menos, os que, como eu, não compartilham dessas crenças têm a vantagem de se sentirem um pouco melhor.

1- Vide também, entre outros, Antunes (1995).

2- É interessante observar que, neste período recente, parece haver um consenso, nem sempre explicitado, acerca da determinação do mercado – leia-se mercado capitalista – sobre as outras esferas da sociedade, incluindo a cultura, a educação etc. Alguns chegam às raízes do cinismo, propondo a subordinação direta de algumas daquelas instâncias ao mercado. Sobre essa questão vide, entre outros, Harvey.

E. J. Hobsbawm: um olhar moderado sobre o “Século dos Extremos”

Colbery Lessa

Mestrando em Serviço Social pela UFPE e sócio da revista *Práxis*.

Em quadras históricas como a que vivemos, marcadas pelo avanço da perspectiva e das práticas contrarrevolucionárias, assiste-se ao quadro tragicômico da “conversão” de conhecidos intelectuais comunistas, ou seja, contempla-se a sua abjuração, aberta ou velada, dos princípios teóricos que fundamentam a propositura de revolução social.

Fruição para liberais e social-democratas, constrangimento para nós marxistas que resistimos às ondas de choque, essas “conversões” aparecem como prova irrefutável da inviabilidade teórica e prática do socialismo. Ninguém melhor do que parte significativa da vanguarda revolucionária, agora desiludida, para colocar, de acordo com o costume ocidental, os primeiros torrões de terra sobre a urna fúnebre do “velho” pensador alemão.

Os escritos desses novos poetas da ordem, como os papéis especulativos na bolsa, valorizam-se com uma rapidez vertiginosa, proliferam sob a proteção de inúmeras instâncias estatais, e passeiam lépidos, de mão em mão, ocultando a sua natureza precária. Tornam-se célebres não por acrescentarem um erro original ao pregão do proselitismo, mas por sua exemplaridade.

Apontar apenas para a fragilidade ética dos indivíduos “convertidos” equivale a abandonar o método dialético, o que também acontece quando se sublinha de modo exclusivo as fraquezas teóricas e o contexto sócio-cultural. É necessário, pois, como tem demonstrado a melhor

análise marxista sobre a *intelligentsia* – tendo Lukács e Gramsci à frente – determinar em cada caso as relações dinâmicas e complexas entre a totalidade social e as possibilidades éticas e teóricas de cada indivíduo.

Os últimos anos da trajetória teórica do conhecido historiador inglês E. J. Hobsbawn vêm sendo marcados, segundo vários autores¹, pelo seu paulatino e substancial afastamento em relação à propositura da revolução socialista. Apesar disso, essa metamorfose intelectual não tem sido, ao nosso ver, devidamente sublinhada pelos marxistas brasileiros. Obviamente, seria muito mais positivo se estivéssemos festejando grandes desenvolvimentos na historiografia revolucionária. Porém, não podemos fazê-lo, porque está dando-se justamente o contrário.

O melhor caminho não é calar-se diante do fato, mas tentar explicá-lo e agir no sentido de sua superação. Essa atitude se justifica ainda mais no momento presente, no qual as idéias do autor em questão, principalmente àquelas apresentadas em seu livro *A Era dos Extremos*, vêm tendo um sucesso considerável e sendo apresentadas pelo próprio e por muitos outros, como coerentes com o método e a perspectiva de Marx e como a quintessência do caminho teórico e político mais adequado.

O presente texto tem o intento de demonstrar a tese de que o historiador inglês abandonou, há alguns anos, a propositura da revolução social não por oportunismo ou qualquer outro defeito ético, mas fundamentalmente porque as suas bases teóricas e metodológicas nunca foram suficientemente coerentes com a sua posição revolucionária. Num certo momento de sua trajetória teórica, no seio de um determinado contexto histórico, essa antinomia finalmente se resolveu através da troca da revolução pela social-democracia e não do câmbio dos seus fundamentos teórico-metodológicos insuficientes pelo método marxiano. Esse desfecho não era uma necessidade inelutável, poderia ter-se dado o inverso com outro persona-

gem ou com outras circunstâncias.

Acreditamos que essa tese se aplica à grande maioria dos ex-marxistas contemporâneos. Porém, a nossa proposta é ir além dessa determinação geral, que é imprescindível mas insuficiente. Tentaremos perceber as singularidades da trajetória de Hobsbawn e relacioná-las com àquelas determinações gerais que perpassam tanto o seu caso como o de inúmeros outros ex-revolucionários, tentando apreender a história do seu pensamento em sua particularidade.

I- As aventuras de Austerix na corte do rei Artur

O método historiográfico utilizado por Hobsbawn, em seu recente livro *A Era dos Extremos*, é essencialmente o mesmo de suas outras obras muito conhecidas e claramente se aproxima do método da chamada escola francesa dos *Annales*, a qual teve como principais representantes Marc Bloc, Lucien Febvre e Ferdinand Brudel. A única diferença significativa reside no fato de que Hobsbawn, ao contrário desses três autores, não se exime de tematizar as questões relativas ao Estado e as intrincadas lutas políticas em torno do poder.

A preocupação com a chamada "longa duração" é patente: as obras mais famosas do autor abarcam nada menos do que todos os aspectos – menos o filosófico, o que é sintomático – e todos os períodos daquilo que se convencionou chamar de modernidade, isto é, desde a Revolução Francesa até o presente. Outros traços de inegável proximidade com os *Annales* são um indisfarçado empirismo, o desprezo pela filosofia e uma fortíssima tendência a não aceitar a esfera das relações sociais de produção como momento predominante do ser social e de sua história.

Esses gauleses desejavam depurar a historiografia das suas conseqüências revolucionárias, porém com o cuidado de não caírem no factualismo. Por isso retiveram as

noções de totalidade e da importância causal da economia de uma maneira extremamente esgarçada e impura, o que transubstanciou a totalidade em um conjunto de partes justapostas e que – sem perceberem claramente – se paralisam mutuamente e usurpou das relações sociais de produção o caráter de momento predominante dos outros complexos sociais.²

Uma totalidade sem momento predominante, em que as partes “interagem de maneira recíproca” de modo inteiramente equilibrado, apenas pode levar à imobilidade eterna, à uma equação de soma zero. Se tudo interage com tudo na mesma proporção, tudo anula as transformações de tudo. Se a religião muda para um lado, a economia para outro, a política para um terceiro etc., ou a sociedade se esfacela em vários pedaços, ou então as várias partes têm que abandonar a mudança e voltar para a situação inicial de harmonia.

Restou, então, para os *Annales* buscar o impulso à mudança “de fora”, do “exterior” das formações sociais estudadas. Assim, Marc Bloc inicia o seu *Sociedade Feudal* com as invasões dos nórdicos e magiares à Europa da “idade das trevas”, recém saída do Império Romano. Sua história feudal será a história da síntese ente elementos romanos e bárbaros. O movimento foi encontrado finalmente, já que sem movimento não há inteligibilidade nem aparência de inteligibilidade possível. Outro recurso será a história comparada, que permite o movimento em nível “mental” provindo da “comparação” de uma sociedade com outra análoga, como no seu livro em que compara o campo francês com o inglês. A “longa duração” é, nessa escola, quase sempre, “extenso espaço”, onde coexistem várias formações sociais, as quais entram em contato com o tempo, o que trás a idéia de movimento. O “mediterrâneo” é palco de inúmeras formações sociais, que entram em contato e choque ...

É claro que se trata de um mero truque: ou a contradição nasce do desequilíbrio, da desarmonia entre os com-

plexos sociais ou não pode surgir do nada. A explicação sobre as contradições entre formações sociais não substitui a explicação sobre suas contradições internas, e essas determinam aquelas. Os bárbaros não invadiriam o império romano se esse não se fraturasse interiormente.

Os títulos das obras de Hobsbawn mais conhecidas e importantes demonstram por si a opção pela longa duração: *A Era das Revoluções*, *A Era do Capital*, *A Era dos Impérios*, *Nações e Nacionalismo*, *A História Social do Jazz*, *Mundos do Trabalho*, *Os Rebeldes Primitivos* etc.

Em *Os Revolucionários e Políticas para uma Esquerda Racional*, que reúne inúmeras intervenções nos órgãos de imprensa, o autor analisa tempos curtos: conjunturas eleitorais, guerras localizadas, golpes de Estado etc. Nessas obras, fica patente um significativo empirismo. Sem a longa duração fica mais clara a insuficiência da análise. A dinâmica, nesse caso, é dada pela luta de classes, mas se resume a um olhar superficial, com forte tendência culturalista.³

Fazendo um balanço geral da obra do autor, pode-se notar que esse busca superar o economicismo típico da Segunda Internacional e do movimento stalinista. Porém, não há, por outro lado, uma superação positiva, através da compreensão profunda do complexo da economia e do seu caráter predominante. A tendência dominante do autor inglês é “afrouxar” a determinação econômica dos outros complexos sociais. A Filosofia é abandonada desde o início, o que impede completamente qualquer possibilidade de solução satisfatória. Trata-se de um processo particularmente perverso e amplamente conhecido: o afrouxamento dos princípios básicos se dá, necessariamente, em paralelo com a aquisição de conceitos de outras perspectivas.

O resultado, a “flexibilização” do pensamento do autor, aparece para ele mesmo – e para outros – como um ganho efetivo de capacidade de compreensão da realidade. Esse primeiro “ganho” de capacidade heurística esti-

mula um novo “afrouxamento” e um novo “ganho” e, assim, sucessivamente, sem que a vítima perceba, uma bela manhã se descobre sentada à direita da rainha da Inglaterra!

A recorrência ao conceito de classe e de luta de classes não tiram o autor de suas dificuldades, dado que tais conceitos, no grau de determinação em que são utilizados, não são suficientes para estruturar uma compreensão dialética da realidade. O seu conceito de consciência de classe, por exemplo, é bastante empirista, o que vai contribuir para uma visão extremamente culturalista da história do movimento operário.

II- O retorno eterno ao “eterno retorno”

O livro *A Era dos Extremos* teve uma acolhida extremamente favorável no Brasil. Tem sido vendido em verdadeiras pencas como genuíno *Best-Seller*. Trechos da obra passaram a ser citados como sentenças oraculares na academia, no Congresso Nacional, nos chamados movimentos sociais e mesmo na vida cotidiana por pessoas das mais díspares posições ideológicas e políticas.

Essa “unanimidade” relativa a um autor supostamente marxista nestes “tempos sem sol” teria que levantar desconfianças naqueles que ainda “pensam por si mesmos”, o que não se deu na dimensão que esperávamos. A análise desse livro tem a potencialidade de revelar muito sobre a história intelectual do seu autor, principalmente porque é nele que a referida antinomia entre método e posição política se resolve. Além disso, pode concorrer para “dessacralizar” o conjunto de suas teses verdadeiramente mediocres relativas à história do século XX.

O livro comporta todos os problemas metodológicos das obras anteriores do autor. Ao nosso ver, o seu sucesso reside nas conclusões pífiyas e reformistas que resultam do desenvolvimento conseqüente do método utilizado e na pretensão de explicar todos os aspectos do século

XX num único livro, o que se harmonizou facilmente com o gosto da reacionária e mentalmente apressada opinião pública contemporânea. O sucesso de público e de crítica do livro se originou, contraditoriamente, no fracasso teórico do autor, na sua incapacidade de compreender o século XX. Resultou do fato de que Hobsbawn se enredou no labirinto da aparência e produziu uma visão reificada que se adequou perfeitamente ao senso comum deste final de século.

Poderíamos demonstrar as fragilidades teóricas do livro e a grande distância em que o seu método se encontra do método marxiano a partir de algumas das inúmeras questões tratadas ao longo do texto, como por exemplo, 1) as causas e as conseqüências dos grandes massacres do século XX; 2) a conceituação do movimento fascista; 3) a relação entre o desenvolvimento econômico do século XX e os seus outros complexos sociais; 4) o mundo das artes neste século; 5) as modificações no mundo do trabalho nas duas últimas décadas; 6) a relação entre o público e o privado etc. Porém, ateremo-nos à primeira questão, não só pelas dimensões do presente texto, mas também porque acreditamos que é o suficiente para os nossos objetivos.

O capítulo 1 do livro de Hobsbawn, intitulado *A Era da Guerra Total*, no qual ele analisa as duas grandes guerras mundiais, é fundamental para compreendermos o pensamento do autor no que se refere às causas e as conseqüências dos massacres do século XX.

Ao longo das trinta páginas do capítulo referido, o autor fica muito longe de cumprir o que promete, ou seja, não consegue explicar satisfatoriamente porque aconteceram as duas guerras mundiais, porque esses conflitos se diferenciaram dos anteriores, e quais foram as conseqüências históricas advindas deles. Isso ocorre essencialmente pelo profundo empirismo utilizado na análise dos fatos, que é de tal ordem que dificulta inclusive, para quem ler, a identificação das “teses” e da “teoria” que

está sendo explicitada no texto. O leitor é obrigado a investir-se da função de arqueólogo e separar com muito esforço, após vários esquadrinhamentos, a “terra fatal” dos pequeninos “artefatos teóricos” minimamente significativos.

Para se ter uma idéia do vazio conceptual basta sublinhar o fato de que a palavra “capitalismo” aparece uma única vez, na penúltima das trinta páginas do capítulo, assim mesmo numa alusão ao que será tratado numa próxima seção do livro. Certamente, trata-se de uma façanha inédita: explicar as duas grandes guerras interimperialistas sem utilizar o conceito essencial para entender a sociedade na qual se deram.

Quem procurar ler o referido capítulo notará que Hobsbawn procura explicar o aumento da dimensão dos massacres no século XX a partir da disseminação de uma cultura da violência e do desprezo à vida dos outros seres humanos, essa cultura teria sido gerada antes de tudo pela Primeira Guerra Mundial, a qual teria acostumado a população européia, por um lado, a ser indiferente aos imensos banhos de sangue e, por outro, a ser tão firmemente pacifista que não se dispunha a enfrentar atentados violentos à própria civilidade, e criou uma massa de veteranos de guerra prontos para guiar os seus povos a renovadas hecatombes. Uma das principais causas da reprodução desse “imaginário” da indiferença e da brutalidade foi a invenção de meios assépticos e impessoais de matar, como o bombardeiro e o rifle de longo alcance, os quais facilitariam a aceitação da violência a partir de desenvolverem a impessoalidade na guerra. Além disso também contribuiu muito o caráter “popular” dessas guerras, que obrigou os líderes políticos a mobilizarem a massa através da demonização dos seus inimigos. As novas gerações teriam apreendido esse “imaginário” com as antigas e passado adiante ...

Salta aos olhos do leitor o fato de que o historiador inglês procura dar uma explicação basicamente cultura-

lista para o aumento nas dimensões dos massacres. O complexo da economia sempre aparece ao lado ou subordinado às esferas da subjetividade e da política, e quando aparece como determinante é de uma maneira vaga e esquemática.

Assim, por exemplo, o autor explica a amplitude e radicalidade da Grande Guerra – que desencadearia toda a “cultura da brutalidade” – pelo fato de que os interesses econômicos e políticos das grandes potências imperialistas eram radicalmente excludentes. É interessante sublinhar que, nessa tentativa de explicar o “motor inicial” da Grande Guerra e, conseqüentemente, da queda do grau de civilidade no século XX, a “economia” e a “política” aparecem fundidas numa identidade completa – “Na Era Imperialista a política e a economia se haviam fundido” –, o que demonstra mais uma vez a recusa do autor inglês a perceber o complexo da economia como momento preponderante da totalidade social. A verdadeira “causa primeira” da Grande Guerra aparece como se fosse a rivalidade “geo-histórica” das potências européias, o “movimento”, como na escola dos *Annales*, é encontrado no “extenso espaço” e não na natureza particular da economia dos países beligerantes.

Isso fica novamente patente quando o autor procura explicar as principais causas da Segunda Guerra: “Talvez a guerra seguinte (a Segunda Guerra) pudesse ter sido evitada, ou pelo menos adiada se houvesse restaurado a economia pré-guerra como um sistema global de prósperos crescimento e expansão econômicos. Contudo, após uns poucos anos, em meados da década de 1920, nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na mais drástica crise que conheceu desde a Revolução Industrial. E isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão as forças políticas do militarismo e da extrema direita”.

O historiador não faz nenhuma menção às profundas diferenças entre o capitalismo clássico da França, Ingla-

terra e Estados Unidos e o capitalismo retardatário da Alemanha, Japão e Itália, diferenciação que deveria ser base do entendimento das causas da guerra, já que foi o caráter retardatário das “Potências do Eixo” que explica tanto a possibilidade dos fascistas chegarem ao poder como a inevitabilidade do conflito. Para Hobsbawn, todo o mal-entendido poderia ter sido evitado se a economia mundial não tivesse entrado em crise. O que demonstra mais uma vez a sua maneira esquemática de entender a relação entre a economia e os demais complexos sociais. O autor fica impossibilitado de perceber que a única maneira de evitar a guerra teria sido a vitória do movimento revolucionário nos países de capitalismo retardatário, principalmente na Alemanha, vitória que era uma possibilidade real e que foi perdida por inúmeros erros político-ideológicos.

A “causa primeira” do aparecimento da “cultura da brutalidade” teria sido, para o autor, a Primeira Guerra Mundial, e esse acontecimento teria sido determinado por um contexto geo-histórico que contrapôs de maneira radical os interesses políticos e econômicos das grandes potências européias. Ou seja, para Hobsbawn, no início de todo processo esteve presente interesses econômicos e políticos muito objetivos, mesmo igualando o complexo da economia ao complexo da política como esfera predominante, isto é, mesmo fundindo relações econômicas e relações políticas num mesmo todo indiferenciado, o historiador parte do que com alguma boa vontade poderíamos chamar de “plano da objetividade”.

Porém, se esse “plano da objetividade” produz o movimento subjetivo “ampliação da cultura da brutalidade”, esse mesmo “plano da objetividade” não está presente, segundo o texto do autor, na “reprodução” do referido movimento subjetivo. O complexo da cultura se autônoma e passa a se autoalimentar e reproduzir, apartando-se completamente de seu produtor “plano da objetividade”. A autonomia absoluta da cultura não fica ainda mais

patente porque o autor faz o “plano da objetividade” intervir mais uma vez através de mais outro acontecimento econômico-político: a Segunda Guerra Mundial. Com mais essa alavanca “objetiva” a autonomia absoluta da cultura aparece menos claramente e se torna mais aceitável, mas de nenhuma forma é efetivamente diminuída ou superada.

Por fim, após esse percurso que fomos obrigados a trilhar no interior do texto de Hobsbawn, explicitaremos, sem ir muito além dos próprios dados fornecidos pelo autor, mas procurando utilizar o método dialético, qual deveria ser a explicação adequada do aumento da amplitude dos massacres no século XX e a sua relação com as duas grandes guerras mundiais.

A escala “industrial” das guerras e de outros massacres perpetrados no século XX devem ser explicados pela radical complexificação, integração e concentração das economias capitalistas. Em economias com essas características, os danos causados aos inimigos em qualquer embate bélico são, necessariamente, astronômicos se comparados ao passado em termos absolutos. Antes da radical urbanização e industrialização, quando as economias dos beligerantes eram essencialmente agrícolas e pouco integradas, as guerras – sejam na Europa ou em qualquer outra parte do mundo minimamente desenvolvida – tinham que ser decididas principalmente entre os militares, buscava-se apenas causar um dano decisivo no exército ou na esquadra adversária.

Por outro lado, é importante perceber que esses danos – essencialmente militares, mas não apenas – se eram pequenos se comparados aos atuais, para aquelas sociedades não o eram. Não havia parques industriais, entroncamentos ferroviários, aeroportos, centros administrativos-comerciais nevrálgicos para serem destruídos, nem uma população urbana suficientemente concentrada a partir da qual se poderia destruir parte significativa da força de trabalho e também espalhar o pânico, o desespe-

ro e a desorganização. Antes das primeiras décadas do século XX, não havia inclusive os meios bélicos capazes de destruir em grande escala, os quais obviamente apenas se tornaram possíveis com o desenvolvimento industrial.

Diante da inevitabilidade da guerra de massas e, conseqüentemente, das grandes carnificinas, os indivíduos que viveram e vivem durante o século XX foram obrigados a adaptar o seu espírito a essa realidade, construíram estruturas psicológicas – conscientes e inconscientes – e morais que, se indiscutivelmente são em grande parte estranhadas, possibilitam a sobrevivência em situações radicalmente desumanas e desestruturantes. Por outro lado, os inúmeros progressos materiais trazidos pelo século XX possibilitam o desenvolvimento positivo de muitas dimensões da subjetividade, como por exemplo, a liberação da mulher, a chamada “revolução sexual”, o arrefecimento da religiosidade etc.

A ampliação da “cultura da brutalidade” se deu paralelamente à ampliação da “cultura da humanização”. A coexistência dessas duas culturas contraditórias expressa, certamente, a coexistência de condições e possibilidades econômicas também contraditórias.

A intensificação da socialização do homem, “o recuo das barreiras naturais” – processo sublinhado por Marx e Lukács – é necessariamente contraditório. O progresso histórico sempre coexiste e implica em muitos momentos de regressão. E mais: a própria potencialização do progresso implica a intensificação das possibilidades do regresso. Isso não significa que exista efetivamente a “lei do eterno retorno” na história humana, que não possamos visualizar uma escala de progresso significativa – mesmo que não linear – se compararmos os diversos modos de produção. Se levarmos em conta as dimensões históricas mais universais do gênero humano – a saber: o trabalho, a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade –, teremos a possibilidade de perceber, por exemplo, que a sociedade capitalista possui um grau superior de

progresso, de desenvolvimento dessas dimensões fundamentais, ao da sociedade medieval. Isso não significa que essa superioridade geral do capitalismo não possa, por si mesma, tornar alguns dos aspectos desse mesmo modo de produção mais desumanos, mais regressivos, do que os aspectos análogos no feudalismo. Assim, por exemplo, a capacidade produtiva na sociedade burguesa é infinitamente superior a da sociedade feudal, o que implica numa diferença muito grande na qualidade de vida, longevidade etc., porém, por outro lado, implica também numa grande diferença no que se refere à autodestruição: a feudalidade era incapaz de destruir todo o gênero humano, a sociedade regida pelo capital adquiriu as condições de realizar essa possibilidade inominável.

O pessimismo de Hobsbawm, que perpassa não apenas o primeiro capítulo, mas todo o seu livro, surge do fato de que o autor é incapaz de entender esse complexo movimento contraditório que envolve o progresso e o regresso, e fez uma opção emocional – não fundamentada – pelo ceticismo (anteriormente, a referida incompreensão convivia com uma opção também emocional pelo otimismo).

Como já afirmamos, o culturalismo presente nesse livro perpassa todas as obras mais conhecidas do autor. Porém, é apenas a partir desse trabalho que tal perspectiva teórico-metodológica leva Hobsbawm a conclusões anti-humanistas e anti-socialistas. A convicção socialista do autor tinha como base um arcabouço teórico-metodológico incompatível com essa mesma convicção. A derrocada do “socialismo real”, o refluxo do movimento operário nos anos oitenta e as substanciais modificações societárias desse fim de século, colocaram abaixo o seu edifício comunista carente de um alicerce comunista.

III- Os belos veleiros vitorianos

O historiador inglês repete, como já assinalamos, na

sua extensa carreira, os mesmos erros cometidos pela escola do *Annales* e por muitos outros que não foram capazes de entender o método dialético, ou seja, aparta a história da filosofia e se recusa a perceber as relações sociais de produção como momento predominante no complexo social. Interditada, assim, a possibilidade de ir à raiz da realidade social. Navega o oceano científico com a intrepidez de um belo veleiro vitoriano, mas naufraga completamente. Os extremos de progresso e regresso e a luta extremada entre o capital e o trabalho que marcaram o século XX, requerem, para serem compreendidos, um olhar extremado, radical, o qual somente tem a possibilidade de possuir quem escolhe o lado do progresso e do trabalho. Nenhum pretense termo-médio, nenhum tipo de olhar moderado é suficiente. Caso houvesse compreendido algum dia a maneira teoricamente adequada de traduzir as possibilidades cognitivas postas pelo trabalho, Hobsbawm hoje não seria um espécie de tradutor da “linguagem” das mercadorias, não teria uma opinião tão desesperançada sobre o gênero humano e certamente poderia adotar como divisa de seu veleiro vitoriano os seguintes versos de Hamlet: “que obra-prima é o homem! Como é nobre pela razão! Como é infinito em faculdade! Em forma e movimentos, como é expressivo e maravilhoso!”

1- Ver, por exemplo, o norte-americano Vicente Navarro e o húngaro I. Mészáros. As opiniões do primeiro podem ser encontradas num texto sobre o *Welfare State* publicado na revista *Lua Nova* (nº 24), as observações críticas do segundo foram proferidas no *Colóquio sobre Lukács*, realizado em Maceió, Alagoas, em outubro de 1996.

2- No que se refere às principais características da chamada “escola dos *Annales*” seguimos de perto as formulações do livro *A História em Migalhas*, de F. Dossé, Ensaio, 1994, SP. Acrescentamos apenas uma maior ênfase na demonstração das diferenças entre o método dessa escola e o método marxiano.

3- Esse culturalismo é baseado numa interpretação subjetivista de Gramsci; a consciência de classe é confundida com o imaginário popular referente às lutas entre as classes, principalmente no seu aspecto político. Não se percebe, como Lênin percebeu, que a consciência de classe dos trabalhadores é a elaboração científica feita pelos intelectuais revolucionários das condições objetivas da massa trabalhadora e de seus interesses históricos, e não a média das intuições individuais dos trabalhadores.

Direito e transição socialista

Márcio Bilharinho Naves

Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas.

O marxismo entretém com o problema do direito uma relação densa e tortuosa. O direito atravessa a obra de juventude de Marx: é o fio condutor que lhe empresta inteligência e aponta para os seus limites, que o próprio Marx tratará de começar a ultrapassar em *A ideologia alemã*, ao dizer, em uma frase que vale todo o saber acumulado da jurisprudência, que o direito “não tem história própria”,¹ isto é, que o seu fundamento não repousa em si mesmo, em sua pretensão de exprimir a vontade de um sujeito todo-poderoso, mas que se encontra alhures, na teia de relações que o capital tece. Em *O capital*, Marx desvenda o segredo do direito ao revelar o vínculo íntimo entre o direito e a constituição do circuito da troca de mercadorias – e, em particular, desta mercadoria especial que é a força de trabalho –, assim como o obscurecimento dessa operação comercial em nome dos sagrados direitos universais da pessoa.²

Mas a crítica do direito marxiana não pôde impedir a penetração da ideologia jurídica no interior do movimento operário de seu tempo. Se já na *Crítica ao programa de Gotha* encontramos a recusa a essa presença no seio mesmo dos partidos operários, serão Engels e Kautsky aqueles que se encarregarão de refutar a sua expressão mais acabada: o socialismo jurídico, esta concepção de que a conquista e a construção do socialismo podem se dar por meio da extensão gradativa dos direitos. Engels e Kautsky mostram que, se as formas do direito decorrem do processo do valor de troca, como Marx o de-

monstrara, uma luta operária que se funda nas reivindicações jurídicas da liberdade e da igualdade apenas reproduz as condições mesmas da circulação do capital, não podendo assim a classe operária “exprimir plenamente a própria condição de vida na ilusão jurídica da burguesia”.³ Ironicamente, o mesmo Kautsky será o codificador de uma leitura de Marx que fará uma longa carreira – ainda não encerrada –, profundamente dominada por uma representação jurídica, na qual a categoria de relações de produção será subsumida na categoria (jurídica) de relação de propriedade. A partir daí o terreno já estaria preparado para se pensar o socialismo como uma mera operação jurídica de transferência da propriedade privada para o Estado, com a conseqüente exaltação do Homem (concebido juridicamente como sujeito de direito) e seus direitos inalienáveis, ao mesmo tempo em que se obscurecia a questão, em tudo estranha ao direito, do exercício efetivo do poder pelas massas populares e da transformação efetiva das relações de produção.

O problema do direito no socialismo é dominado por essa luta de tendências que percorre toda a história do marxismo e do movimento comunista. Logo após a Revolução Russa, por exemplo, o campo teórico do direito, assim como a prática judiciária, são influenciados por uma concepção estranha ao marxismo: a “consciência jurídica revolucionária”. Provinda do repertório da jurisprudência burguesa, essa concepção supunha que a classe operária pudesse ter o “seu” direito, o que trazia como conseqüência inevitável o reforço da concepção jurídica de mundo, além de repousar a compreensão do direito, idealisticamente, em um determinado estado da consciência. Em um momento subseqüente, a mesma idéia de um direito de classe encontrou o seu fundamento em uma teoria positivista do direito, compreendido então como mero conjunto normativo. O principal defeito de uma concepção que supõe que cada classe social possui o seu “próprio” direito, é o de não fundar o direito nas condi-

ções materiais da produção, mas compreendê-lo como regra de conduta obrigatória. Ora, tal concepção acaba por pensar o direito como um elemento de validade universal, autônomo em relação às condições materiais da produção e provido de uma natureza “neutra”, podendo servir a interesses de classe distintos, dependendo de quem “utilize” as normas jurídicas.

Se o socialismo, no entanto, significa a gradativa superação das relações de produção capitalistas – de que a expropriação jurídica dos proprietários privados é uma condição necessária mas não suficiente –, com a conseqüente extinção das formas mercantis, e se a forma jurídica decorre do processo do valor de troca, então, na medida em que a transição avança, o direito deve, não se fortalecer e se transformar em um completo sistema de direito socialista, mas, ao contrário, deve também se extinguir. Conseqüentemente, deve-se admitir a existência de um “resíduo jurídico” durante todo o período da transição socialista, já que não poderia o direito ser puramente “abolido”, em virtude de também não poder ser “abolida” a causa de sua existência: o processo do valor de troca, e, em última instância, as relações de produção capitalistas de que depende a existência da forma-valor. A transformação das relações sociais burguesas não pode ocorrer imediatamente, ela exige um longo processo de luta de classes, no qual a classe operária vai, gradativamente, dominando as condições materiais da produção e as condições políticas de exercício do poder, de sua ditadura de classe. Deve-se admitir, assim, a possibilidade de uma utilização temporária do direito pelos trabalhadores no período de transição, ao mesmo tempo em que não se pode perder de vista a tese marxista fundamental da “extinção do direito”. Na verdade, é só da perspectiva de seu desaparecimento que ganha sentido a persistência do direito no socialismo.

Se considerarmos o problema sob o ângulo do método marxiano, podemos indagar se o mesmo método utiliza-

do por Marx para analisar o direito burguês pode ser empregado para analisar o “direito proletário”, ou se, ao contrário, não seria necessário constituir um método próprio, um corpo de conceitos gerais específicos, para apreender o direito de uma sociedade de transição. Aceitar essa última alternativa levaria, como lembra Evgeni Pachukanis, “à eternização da forma jurídica” ao desconsiderar as condições históricas que permitiram o seu aparecimento e o seu pleno desenvolvimento na sociedade burguesa, além de apresentá-la como capaz de se “renovar permanentemente”.⁴ Ora, do mesmo modo que a extinção, na fase de transição, das categorias econômicas – valor, capital etc. – não implica a constituição de novas categorias “proletárias” do valor, do capital etc, assim também a extinção das categorias jurídicas burguesas não leva à constituição de novas categorias jurídicas “proletárias” ou “socialistas”. Se o direito está relacionado às formas da economia mercantil e se a transição socialista significa justamente o progressivo aniquilamento dessas formas, a idéia mesma de um “direito socialista” se revela desprovida de qualquer sentido. Como diz Pachukanis, “Nestas condições, a extinção das categorias do direito burguês significará a extinção do direito em geral, isto é, o gradual desaparecimento do momento jurídico nas relações humanas”.⁵ Somente de um ponto de vista normativista é possível dar consequência a um sistema de direito “socialista, mas, para tanto”, é necessário recuperar as categorias do direito burguês e renunciar à análise marxista do direito. Na *Crítica ao programa de Gotha*, Marx afirma que o período da transição socialista permanece encerrado nos “estreitos horizontes do direito burguês”,⁶ ou seja, ao se conservar, nessa sociedade, o princípio de que uma certa quantidade de trabalho sob uma determinada forma deve ser trocado por outra mesma quantidade de trabalho sob outra forma, preserva-se o princípio da equivalência, portanto, preserva-se a forma jurídica, pois “por sua natureza o direito só

pode consistir no emprego de uma mesma unidade de medida”⁷ A ultrapassagem do direito só poderá dar-se quando tiver sido ultrapassada a forma da relação de equivalência, isto é, a forma-valor. Comentando essa passagem, Pachukanis observa que “Marx, portanto, não concebia a transição para o comunismo desenvolvido como uma transição para novas formas de direito, mas como a extinção da forma jurídica em geral, como uma libertação dessa herança da época burguesa destinada a sobreviver à própria burguesia”⁸

O texto de Marx, portanto, não sustenta em nenhum momento a possibilidade de que se constitua um sistema de direito “socialista” em qualquer fase da transição para o comunismo.

Se o socialismo é um período de transição do capitalismo para o comunismo, trata-se de uma sociedade que não se desenvolve sobre a sua própria base, mas que está dominada pelas relações de produção herdadas do capitalismo.⁹ A tomada do poder pela classe operária cria apenas as condições políticas para que o processo de transformação das relações de produção tenha início. Uma das medidas que se encaminham nessa direção é a estatização dos meios de produção, mas tal medida, por si só, isto é, se não for acompanhada de um efetivo esforço de apropriação real das condições materiais da produção pela classe operária, não é, em absoluto, suficiente para que as relações de produção capitalistas sejam revolucionarizadas e novas relações de produção, de natureza comunista, possam constituir-se. Essa apropriação real das condições materiais da produção pelo proletariado só pode dar-se se a organização do processo de trabalho capitalista – no qual se exerce efetivamente a dominação de classe pela burguesia por meio da expropriação do saber operário e de todas as condições que lhe permitiriam o controle das condições materiais de sua própria existência – for extinta e substituída por uma organização fundada na associação livre dos trabalhadores.

A transferência dos meios de produção para o Estado proletário não pode transformar a natureza capitalista das relações de produção, o que exigiria a superação da divisão do trabalho manual e intelectual e da divisão entre as tarefas de direção e de execução no interior do processo de trabalho, de modo que essas relações de produção ainda persistirão, durante um certo período, sob a ditadura do proletariado.

Ora, se as relações de produção capitalistas perduram no decorrer da transição socialista, também perduram as formas sociais que decorrem de sua existência e reprodução, particularmente, a forma-valor. Desse modo, a forma jurídica, o direito burguês, também remanesce, mas, do mesmo modo que algumas condições fundamentais para a transformação das relações sociais burguesas foram criadas, em virtude da tomada do poder de Estado pela classe operária e da estatização dos meios de produção, assim também esse direito burguês igualmente sofre certas modificações.

Que modificações são essas? A persistência da forma jurídica está, como vimos, ligada à existência da forma-valor no período de transição, mas, já aqui, a forma jurídica sofre determinadas limitações, não conservando a autonomia de que é dotada na sociedade burguesa. O direito do período de transição é o direito burguês posto sob relativo domínio do Estado proletário, “afetado” pela gradativa emergência de formas sociais não mercantis no seio da economia – na medida em que o processo de revolucionarização das relações de produção progride. Muito embora o direito na fase de transição não possa adquirir um conteúdo “socialista”, o proletariado deve utilizar as formas do direito “de acordo com os seus interesses de classe, esgotando-as completamente”, como diz Pachukanis. Isso significa que a utilização do direito pela classe operária no socialismo deve implicar uma “torção” em sua forma mesma, por meio da contínua ultrapassagem do princípio da equivalência – o qual cons-

titui a natureza de todo direito –, substituído por relações políticas e técnicas não submetidas à ação da lei do valor. Não há, assim, qualquer possibilidade de que se possa desenvolver um direito “socialista” apenas alterando o conteúdo desse direito, o qual não configura um sistema completo de “direito proletário”, como poderia fazer crer uma concepção aparentemente coerente que relacionasse o feudalismo com o direito feudal, o capitalismo com o direito burguês e o período de transição com o direito proletário. O principal problema dessa concepção é que ela desconsidera que o feudalismo e o capitalismo configuram sistemas particulares de relações entre os meios de produção e os produtores diretos, dos quais decorrem determinadas formas de existência do direito, ao passo que o período de transição não conhece relações de produção específicas. Como diz Pachukanis, “A essência do problema é que o período de transição (...) não pode ser visto como uma concepção sócio-econômica especial e final, e portanto é impossível criar para ela um sistema de direito especial e final, ou procurar por qualquer forma especial de direito, começando pela simetria: direito-feudal; direito-burguês; e direito-proletário. Isso implica uma tendência perigosa de atrasar o progresso para o socialismo (...) Nós não temos um sistema final de relações de produção no presente momento¹⁰ pela razão de que nós estamos mudando-o a cada dia e a cada hora”.¹¹ A defesa de um sistema de direito proletário possui, portanto, uma natureza conservadora, como lembra Pachukanis.¹² A utilização do direito no socialismo está vinculada à necessidade de regular as relações mercantis que perduram mesmo no interior do setor nacionalizado da economia – já que a ligação entre as diversas empresas do Estado se dá por meio do mercado. Há, aqui, uma diferença sensível em relação ao direito da sociedade burguesa, porque a classe operária, ao editar a lei e aplicá-la, o faz objetivando superar uma situação que obriga o recurso ao direito. Trata-se de uma utilização do direito

que, na medida em que o processo de extinção das formas mercantis avança, torna essa mesma utilização desnecessária.

Podemos dizer, então, que o direito da fase de transição conserva a forma do direito burguês e é utilizado pelo Estado operário na construção do socialismo, sendo que a extensão dos “elementos socialistas” no período de transição implica a gradativa superação desse direito – e não a sua metamorfose em “direito socialista”.

Esta análise marxista do direito oferece elementos suficientes para que se possa compreender a necessidade de uma concepção materialista e dialética do fenômeno jurídico, estranha a qualquer compromisso teórico e político com a ideologia e a prática jurídicas da burguesia, permitindo à classe operária, no decorrer do período de transição socialista, apropriar-se das condições materiais e políticas de exercício de sua ditadura de classe. Não era outro o ensinamento de Marx e Engels ao demonstrar o irredutível vínculo entre a forma do direito e a forma mercantil, e ao condicionar a passagem para a liberdade comunista à superação do estreito horizonte do direito burguês.

1- MARX, Karl; e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo, Editora Hucitec, 1993, p. 99.

2- MARX, Karl. *O capital*, t. 1, v. 1. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

3- ENGELS, Friedrich; e KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. São Paulo, Editora Ensaio, 1991, p. 32.

4- PACHUKANIS, Evgeni. “Obschaia teoriia prava i marksizm”. In: *Evgeni Pachukanis, Izbrannye proizvedeniia po obschei teorii prava i gosudarstva*. Moscou, Izdatel'stvo “Nauka”, 1980, p. 53.

5- Idem, *Ibidem*, p. 53.

6- MARX, Karl. “Kritik des Gothaer Programms”. In: MARX, Karl; e ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe*, v. 25. Berlim, Dietz Verlag, 1995, p. 15.

7- Idem, *Ibidem*, p. 14.

8- Idem, *Ibidem*, p. 55.

9- MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 13.

10- Pachukanis se refere à União Soviética nos anos vinte.

11- PACHUKANIS, Evgeni. “Polojenie na teoreticheskom pravovom fronte (K nekotorym itogam diskussii)”. In: *Sovetskoe gosudarstvo i revoliutsiia prava*, nos 11-12, 1930, p. 42.

¹²Idem, *Ibidem*, p. 43. Cf. também PACHUKANIS, Evgeni, “Marksistskaia teoriia prava i stroitel'stvo sotsializma”. In: *Evgeni Pachukanis, Izbrannye ...*, cit.

Transição ao socialismo: o caso da URSS¹

Idaleto Malvezzi Aued

Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

“‘Toda a economia, diz Marx, ‘reduz-se à economia de tempo’, isto é, à luta do homem contra a natureza, em qualquer grau de civilização. Reduzida à sua base primordial, a História não é mais do que o prosseguimento da economia do tempo de trabalho. O socialismo não se poderia justificar unicamente pela supressão da exploração; é necessário que assegure à sociedade muito maior economia de tempo que o capitalismo.

Se essa condição não fosse preenchida, a abolição da exploração não passaria de um dramático episódio desprovido de futuro. A primeira experiência histórica dos métodos socialistas mostrou a vastidão das suas possibilidades. Mas a economia soviética encontra-se ainda longe de ter aprendido a tirar partido do tempo, a mais preciosa matéria-prima da civilização. A importação da técnica, principal meio de economia de tempo, não fornece ainda, na arena soviética, os resultados que fornece na sua prática capitalista. Sobre este ponto, decisivo para toda a civilização, o socialismo ainda não venceu: provou que pode e deve vencer, até hoje ainda não venceu.”

Trotsky

No final da década de oitenta e início da de noventa, duas especificidades marcam o fim do século XX. A primeira é a desestruturação da URSS como formação social superior à capitalista (Aganbeguian, Gorbachev, Lyra, Mandel, Blackburn, Hobsbawm). A segunda é a reprodução da sociedade capitalista, tendo por base uma reestruturação produtiva onde os homens, em geral e insistentemente, perdem seus postos de trabalho (Aued, Aznar, Harvey, Kurz, Lojkine, Rifkin).

Da URSS apreende-se, de um lado, que é possível construir uma sociedade na qual a apropriação da riqueza é feita pela propriedade social em detrimento da privada (Bettelheim, Hobsbawm). De outro, evidencia-se que a

produção da riqueza se estrutura sobre o pressuposto de que todos têm de trabalhar, tendo por base o sistema fabril, similar ao do mundo capitalista (Braverman, Dzarassov, Juravlev).

A sociedade capitalista engendra uma base material e social que possibilita à humanidade a construção de outra sociedade, que de suas entranhas emerge, mas que a nega. O elemento mais desenvolvido dessa sociedade, enquanto materialidade, é a máquina-ferramenta-automática (sistema fabril), e, enquanto social, o proletário e o capitalista. Tanto um elemento quanto o outro tem, historicamente, que ser negado e superado pela nova ordem social. A tendência à negação e à superação se dá pela eliminação, na produção de mais-valia, do trabalho vivo, presente, e a afirmação do trabalho passado, como fonte de libertação dos homens do mundo das necessidades.

Partindo-se da constatação de que a sociedade socialista soviética foi insuficiente para se constituir como modo de produção, a tarefa é percorrer o caminho de demonstrar que a construção dessa sociedade não fez desabrochar todas as potencialidades e possibilidades postas pelo modo de produção capitalista. Quando os revolucionários bolcheviques adotam estratégias de desenvolvimento das forças produtivas, tendo por modelo a base produtiva do mundo burguês, o sistema fabril, recriam as condições materiais que conduzirá à desintegração da própria sociedade socialista. Ao invés de criarem condições para a liberação cada vez maior do trabalho, através da ampliação de uma base produtiva fundamentada no trabalho passado, intensificam a produção para que todos trabalhem. E ao criarem trabalho para todos, criam uma sociedade que tem o trabalho como *ethos* de coesão social, semelhante à sociedade que se pretende superar, a capitalista. Eis a contradição.

No ideário do movimento comunista do século XX, onde a construção do socialismo é a busca do trabalho para todos, estas reflexões aparecem como descabidas e

utópicas. Dizer que a sociedade socialista não se funda no trabalho é degolar a “classe revolucionária”, o proletariado. Como o proletariado existirá se se acabar com o trabalho? Como pode existir o homem sem o trabalho? Se a queda do muro de Berlim (1989) e o desmantelamento da URSS (1985-1991) trouxe a desesperança para muitos, permitiu, também, a volta do embate do socialismo como uma alternativa à sociedade capitalista.

Reconheço que se trata de um tema complexo e controverso e que, por ora, tem como imperativo a superação do debate com feitiço ideológico. Certamente, a história não acabou.

I- Transição socialista em questão

A menção à sociedade socialista não privilegia este ou aquele país. É tomada como objeto de análise e exemplifica formulações gerais e abstratas. Destarte, a abordagem não passa apenas pela história do primeiro país socialista, URSS, mas, sobretudo, pela compreensão dos elementos necessários e suficientes para a transição socialista.

É por demais conhecido que, teoricamente, o território da transição do capitalismo ao socialismo, na perspectiva marxista, é o globo terrestre. Na medida em que o modo de produção capitalista é uma sociedade mundial, sua superação só pode se dar, por pressuposição, também, numa escala mundial. No entanto, desde as formulações de Marx até os primeiros anos do século XX, tem-se como certo que a revolução socialista se inicia em território europeu, principalmente na Europa Ocidental, e, particularmente, nos espaços onde as forças produtivas e as relações sociais de produção burguesas estão mais desenvolvidas, isto é, na Alemanha, Inglaterra e na França, berço da civilização moderna.

Em sua obra *Manifesto do Partido Comunista*, Marx é quem nos indica essa perspectiva quando afirma que “um espectro ronda a Europa”. O espectro é o comunismo

que, ao revolucionar as relações sociais em território europeu, se irradiará para todos os demais lugares do planeta, visto que é uma forma superior dos homens produzirem sua existência.

Quando as contradições se aguçam na Rússia, depois de 1861, com o fim da servidão no campo, e a luta de classes se explicita com mais intensidade, discute-se a possibilidade de ocorrer a revolução socialista num país de base agrária, onde as forças produtivas industriais ainda não estão plenamente desenvolvidas, mas que, no entanto, há uma grande base comunal de produção da riqueza agrária (Instituto de marxismo-leninismo do PCUS). Marx, nos anos finais de sua vida, é chamado a se manifestar sobre essa possibilidade histórica, sendo que sua contribuição final se deu em 1882, quando redige o segundo prefácio à edição russa do *Manifesto do Partido Comunista*. Afirma, entretanto, que mesmo tendo uma produção comunal, a transição para uma forma de sociedade superior à capitalista só deve eclodir na medida em que ocorre a revolução nos lugares onde as forças produtivas burguesas estão mais desenvolvidas. Tal formulação indica que as precondições para a transição ao socialismo não decorrem de quaisquer relações sociais, são conseqüências do avanço de uma determinada base material dos homens produzirem sua existência, o capitalismo maduro. Daí sua afirmação de que a humanidade só levanta problemas que está em condições materiais de resolver.

Em 1917, os bolcheviques têm clareza dessas formulações marxistas, pois admitem que a revolução socialista é europeia e mundial (Hobsbawm). E, introduzem em suas concepções uma nova formulação: a de que o início da revolução socialista pode ocorrer em território onde as forças produtivas e as relações de produção não são as mais desenvolvidas. Destarte, a Rússia é apresentada como uma formação sócio-espacial privilegiada para desencadear o processo revolucionário socialista. Dito de outra maneira, a revolução socialista na Rússia é

o estopim da revolução Europeia e mundial. Trotsky vê na Rússia a manifestação do “processo” revolucionário, enquanto que Lênin concebe que a Rússia é um elo fraco da cadeia imperialista, por onde a revolução se inicia. Ambas as formulações demonstram a possibilidade do início da revolução socialista ocorrer em territórios distintos da Europa Ocidental. A partir de então, a revolução socialista é uma possibilidade em qualquer lugar, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais aí existentes, ainda que sob a forma de revolução democrático-burguesa. Porém, independentemente de onde ocorre o seu início, a escala da revolução é sempre mundial.

Com a revolução bolchevique de outubro de 1917, na Rússia, o estopim da revolução mundial se acendera. No confronto com a contra-revolução, os revolucionários soviéticos – operários, camponeses pobres e soldados, sob a liderança dos bolcheviques – idealizam estimular os operários dos países capitalistas mais desenvolvidos a fazerem, também, a revolução. E, em assim ocorrendo, viriam, com suas técnicas de produção mais desenvolvidas e com sua cultura superior, em socorro do proletariado dos países “menos desenvolvidos”.

Nos momentos iniciais da revolução, a formação sócio-espacial da Rússia não se constitui em variável principal para a definição da revolução. Essa é definida pelo grau de desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas dos países capitalistas mais desenvolvidos. E é certo que o capitalismo na Rússia é retardatário, apesar de combinado, no dizer de Trotsky. No entanto, e na medida em que a revolução europeia não se concretiza e que os bolcheviques têm que consolidar a revolução com suas próprias condições, as particularidades e singularidades da Rússia se transformam em condições basilares para a constituição do socialismo em território russo.

Duas são as principais variáveis que condicionam o processo revolucionário soviético: primeira, a formação

sócio-espacial da Rússia czarista e, segunda, as estratégias revolucionárias dos bolcheviques, decorrentes das formulações teóricas gerais da transição do capitalismo ao socialismo.

A Rússia czarista é caracterizada pela existência de uma população eminentemente agrária, isto é, 80% da população estão localizados no campo, cuja especificidade é a existência de milhões de pequenos produtores rurais. Dois centros urbanos, Moscou e Petrogrado, são os lugares onde se pode dizer que as relações capitalistas mais se consolidam. Os operários se originam no campo e não na transformação de uma base artesanal, como a verificada no surgimento do capitalismo nos países clássicos. O mercado interno praticamente inexistente. O vínculo entre as cidades e regiões decorre da necessidade de transportar mercadorias para o comércio exterior. As cidades são marcadamente comerciais, militares e administrativas. As condições naturais, principalmente climáticas, determinam o processo produtivo, em especial o agrícola. O trabalho é fundamentalmente estruturado e organizado de acordo com os preceitos, normas e cultura servis. Mas, os bolcheviques compreendem que, no início do Século XX, há uma crescente mercantilização do setor agrário russo, que permite o desenvolvimento de grandes plantações sob a égide do capital, estimulando a abertura e a incorporação de novas regiões ao mundo mercantil, como a conquista do Cáucaso e a região do Altai no coração da Sibéria. O crescimento do número de indústrias é significativo, mesmo que tardia, no fim do século XIX. No início do século XX, a Rússia conta com uma população de 150 milhões de pessoas, das quais três milhões vivendo na região de Moscou, com dez milhões de operários, que somados aos seus familiares constituem uma classe de aproximadamente 25 milhões de membros. Esse contingente de operários está distribuído principalmente nos ramos têxtil, metalúrgico, mineiro e madeireiro, cuja base técnica é a incorporação na produção da máquina a vapor, provocando a concentração de

capital em centros urbanos.

Politicamente, observam-se no início do século XX, na Rússia, três movimentos revolucionários: um, que ocorre em território rural, a luta dos camponeses pobres contra os ricos pela posse da terra; outro, no espaço urbano, onde os operários lutam por melhores condições de vida e de trabalho; e um terceiro, no espaço de batalha, onde os soldados não desejam mais combater. E todos, cansados da fome e da guerra, juntamente com os liberais pequeno-burgueses, lutam contra o poder do Czar.

Logo após a tomada do poder, em outubro de 1917, três estratégias se confrontam na condução da revolução bolchevique. De um lado, Lênin, que analisando as condições de cada momento, apregoa o controle do poder por parte do proletariado, tendo como aliado a camada pobre dos camponeses. Seu objetivo principal é a manutenção do poder revolucionário, ainda que o território esteja circunscrito praticamente às cidades de Petrogrado, Moscou e suas imediações. Não é uma mera coincidência, pois que é nelas que os bolcheviques estão, fundamentalmente, organizados, por serem os principais núcleos industriais. Assim sendo, uma das primeiras tarefas dos bolcheviques, é o de interiorizar a revolução. Mas o interior da Rússia é rural, onde a luta ocorre entre os camponeses ricos e pobres pela posse de terra, contradição que o capitalismo já deveria ter resolvido. Por conseguinte, o fortalecimento do poder bolchevique, para além de Moscou e Petrogrado, é adequar-se às exigências da luta dos homens reais pela "democratização" da posse de terra. O resultado é a pulverização da propriedade da terra entre os camponeses, o que fortalece sobremaneira o *Mir*, especificidade que contraria as concepções marxistas do avanço da grande produção implementada pelas relações burguesas de produção. Mas, o objetivo dos revolucionários não é, inicialmente, o de implementar os espaços socialistas de produção agrícola, visto que as formas superiores de produção seriam criadas e desenvolvidas após a revolução européia. A questão agora é o

de consolidar territorialmente a revolução bolchevique no interior da Rússia, e para isto é fundamental o apoio dos camponeses pobres à revolução. Por essa razão é que concorda, em 1918, com as condições impostas pelos alemães, no acordo de paz de Brest-Litowsk, mesmo que grande parte do território russo fique sob o controle dos inimigos, tal como: 27% da superfície cultivada, 26% de sua população e 75% de seu potencial de produção de aço e ferro.

A estratégia da transição para o socialismo na Rússia, a partir de sua formação sócio-espacial, manifesta-se na formulação de Lênin, quando defende, nos primeiros meses da revolução, que o avanço revolucionário em território russo tem que ser através de um "capitalismo de estado" e não por transformações socialistas. Essa proposta traz implícita a noção de que o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, advindas da formação sócio-espacial czarista, ainda não são aquelas adequadas e suficientes para se determinar a passagem do capitalismo ao socialismo. Entre as múltiplas tarefas que se apresentam aos bolcheviques, algumas se constituem mais prementes e decorrem da existência das condições geográficas para efetivá-las. Primeiramente, decorre da existência e da disponibilidade de um grande contingente de mão-de-obra, advinda do campo e das frentes de batalhas. É preciso educá-la dentro de padrões "modernos" (indústrias) de produção. E o padrão produtivo exalçado como o mais desenvolvido do mundo capitalista (cientificamente) é o taylorismo, desenvolvido em território norte-americano. O segundo, decorre da necessidade de criar o espaço industrial necessário ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, ou seja, a existência de fontes energéticas, em particular, a elétrica. Como em território russo há grandes rios, essa tarefa se apresenta como uma das precondições para o avanço da revolução.

É por isto que o plano de eletrificação da Rússia (Göelro), proposto nos primeiros anos da revolução,

constitui-se num dos principais marcos na construção da nova formação sócio-espacial soviética. Pois, diferentemente do mundo burguês, que aloca seus recursos através dos capitais individuais, o socialismo os distribui, tendo por princípio a globalidade da sociedade, cujo fundamento é a grande produção industrial. No início do século XX a eletrificação se constitui no elemento fulcral para a modernização e criação de oficinas e fábricas na Rússia, o que a transforma em base para o desenvolvimento da produtividade do trabalho e, por conseguinte, das forças produtivas. O objetivo, para além de criar energia elétrica, é o de, também, engendrar conexões entre os vários ramos produtivos, propiciar a ocupação de novas regiões e instituir novos postos de trabalho. A ampliação da capacidade de geração de energia e a criação de novas hidrelétricas impõem a necessidade de se produzir matérias-primas para essa finalidade, como é o caso de cabos de aço, fios elétricos, geradores, bombas etc. Fenômeno que condiciona o desenvolvimento e a concentração produtiva em núcleos urbanos, além de estimular a ocupação de novas regiões e a qualificação industrial de mão-de-obra.

Após o VI Congresso Extraordinário dos Sovietes de Toda a Rússia, em março de 1918, Lênin norteia o caminho a ser percorrido pelo movimento revolucionário na construção da sociedade socialista, através da brochura *Las Tareas Inmediatas del Poder Sovietico*, publicada em 28 de abril de 1918, no número 83 do *Pravda* e no suplemento de número 85 de *Izvestia* del CEC de Toda Rusia. Sintetizando a situação na qual se insere a revolução soviética diz: "Una situación internacional extraordinariamente dura, difícil y peligrosa; la necesidad de maniobrar y replegarse; um período de espera de nuevas explosiones revolucionarias, que maduran con agobiante lentitud en los países occidentales; dentro del país, un período constructivo lento y de implacable 'acicate', de lucha prolongada y tenaz de una severa disciplina proletaria contra los elementos amenazadores de la relajación y

de anarquía pequeño burguesas”.

A formação sócio-espacial socialista só pode se consolidar, segundo Lênin, se houver uma ampla contabilidade e um amplo controle pelo novo Estado sobre a produção e a distribuição da riqueza. Outra tarefa é a luta para aumentar a produtividade do trabalho. Neste sentido, Lênin teoriza: “En toda revolución, una vez resuelto el problema de la conquista del poder por el proletariado y en la medida en que se va cumpliendo en lo fundamental la tarea de expropiar a los expropiadores y aplastar su resistencia, va colocándose necesariamente en primer plano una tarea cardinal: la de crear un tipo de sociedad superior a la del capitalismo, es decir, la tarea de aumentar la productividad del trabajo y, en relación con esto (y para esto), dar al trabajo una organización superior”.

E para implementar o aumento da produtividade do trabalho Lênin indica algumas condições: “También son condiciones del fomento de la economía el fortalecimiento de la disciplina de los trabajadores, la mejora de la maestría y de la aplicación en el trabajo, el aumento de la intensidad y una organización mejor del mismo”.

A emulação também se constitui numa tarefa importante para a formação sócio-espacial socialista na Rússia: “Y es precisamente el régimen soviético el que, pasando de la democracia formal de la república burguesa a la verdadera participación de las masas trabajadoras en el gobierno, plantear por primera vez a gran escala el problema de la emulación” (Lênin).

A base para o desenvolvimento das forças produtivas na República Soviética se encontra nas condições naturais do próprio país: “El aumento de la productividad del trabajo exige, ante todo, que se asegure la base material de la gran industria: el incremento de la extracción de combustible y de la fabricación de hierro, maquinaria y productos químicos. En este sentido la República Soviética de Rusia se encuentra en condiciones favorables porque dispone, incluso después de la paz de Brest, de

reservas gigantescas de minerales (em los Urales); de combustible en Siberia Occidental (hulla), en el Cáucaso y Sureste (petróleo) y en el Centro (turba); posee también inmensas riquezas forestales, energía hidráulica y materias primas para la industria química (Kara-Bugas), etc. La explotación de estas riquezas naturales con los medios técnicos modernos pondrá los cimientos para un progreso jamás visto de las fuerzas productivas” (Lênin).

Como se não bastasse a formação sócio-espacial da Rússia czarista para que os bolcheviques definissem as tarefas imediatas da Revolução Socialista, Lênin busca em Taylor (Bettelheim) a base científica para a organização de “un tipo de sociedad superior a la del capitalismo”, mesmo que tenha, em 1913 e 1914, criticado vigorosamente a gestão “científica” do trabalho de Taylor em dois artigos publicados no jornal *Pravda*: “La tarea que el Poder Soviético debe plantear con toda amplitud al pueblo es la de aprender a trabajar. La última palabra del capitalismo en este terreno – el sistema Taylor –, al igual que todos los progresos del capitalismo, reúne toda la refinada ferocidad de la explotación burguesa y varias conquistas científicas de sumo valor concernientes el estudio de los movimientos mecánicos durante el trabajo, la supresión de movimientos superfluos y torpes, la adopción de los métodos de trabajo más racionales, la implantación de los sistemas óptimos de contabilidad y control, etc. La República Sovietica debe adquirir a toda costa las conquistas más valiosas de la ciencia y de la técnica en este dominio. La posibilidad de realizar el socialismo quedará precisamente determinada por el grado en que logremos combinar el Poder Soviético y la forma soviética de administración con los últimos progresos del capitalismo. Hay que organizar en Rusia el estudio y la enseñanza del sistema Taylor, su experimentación y adaptación sistemática”.

No estabelecimento das tarefas imediatas do poder soviético, desenha-se a concepção bolchevique de construir uma nova formação sócio-espacial tendo por base o

trabalho. Sob a égide do socialismo Lênin lhe dá uma conotação e um caráter superior, isto é, eliminar-se-á a exploração. Neste sentido, a base material da produção de riqueza na URSS reproduz a base material do modo de produção capitalista, ao invés de criar uma força produtiva nova e superior.

Nessa perspectiva é que Lênin compreende que a existência de um amplo território, com disponibilidade de recursos naturais para o desenvolvimento da indústria moderna, faz da Rússia um país singular na transição ao socialismo. Assim é que, em abril de 1918, em suas notas para um "plano de trabalhos científico-técnicos", indica os itens que devem ser investigados pela Academia de Ciências: "La distribución racional de la industria en Rusia desde el punto de vista de la proximidad de las materias primas y de la posibilidad de pasar con las mínimas pérdidas de trabajo de la transformación de las materias primas a todas las etapas posteriores de preparación de los productos semifabricados hasta obtener artículos acabados. (...) La fusión y concentración de la producción, racionales desde el punto de vista de la novísima gran industria y, en particular, de los trusts, en unas cuantas empresas gigantescas. (...) La posibilidad máxima para la actual República Sovietica de Rusia (sin Ucrania ni las regiones ocupadas por los alemanes) de abastecerse por su cuenta de todos los tipos principales de materias primas y de industria. (...) Una atención singular a la electrificación de la industria y del transporte y a la aplicación de la electricidad en la agricultura. El empleo de combustibles secundarios (turba, carbón de las peores clases) para obtener energía eléctrica con los menores gastos de extracción y transporte de combustibles. (...) Fuerzas hidráulicas y motores eólicos en general y de aplicación agrícola."

A segunda estratégia é defendida por Trotsky. Tem no político sua principal base. Não na formação sócio-espacial da Rússia czarista, mas sim na evolução do "processo" revolucionário mundial. A revolução bolche-

vique é um momento daquele "processo", com particularidades inerentes à Rússia czarista e semi-feudal. O operário industrial é o agente determinante do processo que dá direção aos demais aliados. A estratégia nasce das condições globais da revolução, às quais a formação sócio-espacial da Rússia deve se adaptar e se transformar. Vê no plano único da economia o cerne do controle e da construção socialista, ao qual todas as unidades sociais devem subordinar-se, desde as fábricas até os sindicatos. Os objetivos gerais da sociedade subordinam os objetivos particulares e individuais, seja dos trabalhadores, dos camponeses ou da população, de tal ordem que não faz concessões às políticas que buscam contemplar setores específicos da economia. A industrialização rápida e de meios de produção e a constituição do plano único para a economia são as principais tarefas para construir a formação sócio-espacial soviética. Considera que as políticas internas têm por objetivo, também, estimular o operariado dos outros países a se lançarem na conquista do poder, pois a revolução socialista é mundial.

A terceira é defendida por Bukharin e Preobrajensky, nos primeiros anos da revolução. Tem na teoria econômica geral, abstrata, os parâmetros da condução revolucionária. A formação sócio-espacial nada mais é do que limite ao rápido processo da fixação dos elementos revolucionários. Romper com as características do modo de produção capitalista é o norte a ser alcançado imediatamente, rompendo com as limitações do mundo mercantil que inibem o processo revolucionário. A centralização do poder e o controle da economia se constituem na estratégia principal para se alcançar esse objetivo. A revolução bolchevique é socialista, e seus elementos são os que devem ser priorizados, de tal ordem que os demais espaços devem ser eliminados ou submetidos às necessidades da construção da formação sócio-espacial socialista (Bukharin, Preobrajensky). Tanto essa quanto aquelas têm no marxismo a fonte teórica como fundamentação.

A formação sócio-espacial da URSS, de 1917 a 1929, decorre da interação dessas duas variáveis. Por isto é que o relato histórico desse período nada mais é do que evidenciar a busca incessante por implantar os elementos gerais da sociedade socialista que, por sua vez, são condicionados pelos elementos dados da Rússia czarista e da perspectiva da eclosão da revolução socialista na Europa (Aued).

O que se pode depreender da história da construção da primeira formação sócio-espacial socialista, a URSS, é que os revolucionários, tendo por base as forças produtivas capitalistas, engendram uma sociedade nacional, centralizada, consubstanciada na apropriação social da riqueza: "Los medios de producción han dejado ya de ser propiedad privada de distintos individuos para pertenecer a toda la sociedad" (Lênin).

Essa característica nada mais é do que expressão da produção coletiva, cuja diferença com o mundo burguês é a apropriação. Enquanto no capitalismo a apropriação é privada, individual, por natureza econômica e jurídica, no socialismo é social, coletiva. Entretanto, no mundo burguês a apropriação individual corresponde à natureza da forma coletiva de produção. Coletiva enquanto relação que travam entre si os proprietários privados, pela e na troca do produto do trabalho, enquanto mercadoria e que se materializa no sistema fabril. Na formação sócio-espacial soviética, a apropriação social decorre de determinações políticas, mantidas e sustentadas pela ditadura do proletariado, enquanto Partido/Estado, e não de uma base material que lhe corresponda. Assim como o capitalismo engendrou uma base compatível com suas relações sociais, isto é, a máquina-ferramenta-automática, destruindo o fazer com as mãos, o socialismo, para se solidificar e se reproduzir pela tradição e costume, isto é, constituir-se como um modo de produção superior ao capitalista, tem de produzir, também, uma base material que corresponda às suas relações sociais.

Mas, no entanto, assiste-se, na história da construção

da primeira formação sócio-espacial socialista, a reprodução da base material similar à capitalista, o sistema fabril, a grande produção industrial, a máquina-ferramenta-automática, como materialização do trabalhador coletivo. Essa base é compatível com a apropriação privada da riqueza social, e não como os bolcheviques a idealizam, isso é, ser ela também base de uma apropriação coletiva, social. A construção da formação sócio-espacial socialista não é e não pode ser idêntica à capitalista, desde que à ela pretenda ser superior. Na medida em que se estrutura sobre e pelo trabalho, na forma capital, aquela é construída onde a organização entre os homens não se dá pelo e através do trabalho, certamente. Outras são as determinações das relações sociais socialistas.

O modo de produção capitalista cria as condições materiais que fazem emergir essas novas determinações das relações sociais e que serão a base da formação sócio-espacial socialista. Diferentemente do reino da necessidade, mundo do trabalho, o reino da liberdade se dá com a redução da jornada de trabalho, ou seja, com a supressão do trabalho vivo, presente. Quando Marx trata do desaparecimento do tempo de trabalho como critério da riqueza e o surgimento do tempo livre, do ócio, do 'não-trabalho', como medida dela, indica a categoria que poderá estruturar a sociedade do vir-a-ser. "El robo de tiempo de trabajo ajeno, sobre el que descansa la riqueza actual, se presenta como una base miserable frente a esta base recién desarrollada, creada por la misma gran industria. Tan pronto como el trabajo en forma inmediata ha dejado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja y tiene que dejar de ser su medida y, en consecuencia, el valor de cambio tiene que dejar de ser la medida del valor de uso. El plus-trabajo de la masa ha dejado de ser condición para el desarrollo de la riqueza general, así como también el no-trabajo de los pocos ha dejado de ser condición para el desarrollo de las fuerzas generales del cerebro humano. Con ello se derrumba la producción basada sobre el valor de cambio, y el proces-

so de producción material inmediato pierde la forma de la miseria y del antagonismo. Aquí entra entonces el desarrollo de los individuos, y por lo tanto, la reducción del tiempo de trabajo necesario no para crear plus-trabajo, sino la reducción en general del trabajo necesario de la sociedad a un mínimo, al que corresponde entonces la formación artística, científica, etc., de los individuos gracias al tiempo devenido libre y a los instrumentos creados para todos ellos" (Marx).

Portanto, a nova sociedade (que a velha sociedade capitalista evidencia) é a possibilidade dos homens estruturarem sua existência sobre o tempo livre, o "não-trabalho". Em consequência, toda ideologia do mundo do trabalho é negada pela nova formação sócio-espacial. Nasce um mundo onde "la formación artística, científica, etc., de los individuos gracias al tiempo devenido libre e a los instrumentos creados para todos ellos" (Marx) será a condição de existência dos novos homens.

Não é outra a formulação de Mandel ao discutir a economia socialista, quando detecta que a nova formação sócio-espacial não se estrutura sobre o trabalho. Diz: "El trabajo en el sentido historico del término, el trabajo tal como ha sido practicado hasta ahora por la humanidad sufriende e indigente, condenada a trabajar com el sudor de su frente, sólo es la forma más miserable, la más inhumana; la mas animal de la praxis humana. Así como para Friedrich Engels toda la historia de la humanidad dividida en classes sociales no es más que una prehistoria humana, así también el trabajo tradicional no es más que la forma prehistórica de la praxis humana, creadora universal, que no produce ya cosas sino personalidades armoniosamente desarrolladas. Después de la extinción de la mercancía, del valor, del dinero, de las clases, del Estado y de la division social del trabajo, la sociedad socialista plenamente desarrollada provocará la extinción del trabajo en el sentido tradicional del término".

Dessa citação inferimos que a extinção do trabalho na sociedade socialista é apresentada como terminalidade

dele, ou seja, a formação sócio-espacial socialista terá completado seu desenvolvimento quando só, e somente só, o trabalho vivo tenha sido extinto. É Mandel, ainda, quem nos mostra que o caminho da construção da sociedade socialista não se delimita na humanização do trabalho. "El fin del socialismo no puede ser la humanización del trabajo, como tampoco puede ser la mejora del salario o de la institución salarial; una y otras no son más que etapas transitorias, expedientes y paliativos. Una fábrica moderna no constituirá nunca un ambiente de vida 'normal' o 'humano' para el hombre, sea cual fuere la reducción de las horas de trabajo o la adaptación de los locales y de las máquinas a las necesidades del hombre. El proceso de humanización del hombre sólo se concluirá cuando el trabajo se haya extinguido y haya dejado paso a la praxis creadora, únicamente orientada a la creación de hombres universalmente desarrollados".

Recordando a afirmação de Marx: "El molino movido a brazo nos da la sociedad de los señores feudales; el molino de vapor, la sociedad de los capitalistas industriales" (Marx). O moinho a vapor elimina as mãos, ou seja, o trabalho passado, morto, suprime o trabalho vivo, presente, ou o capital constante suprime o capital variável. Evidentemente que tais constatações são tidas como tendências históricas, que podem ser ações distintas. A contra-revolução pode representar a tendência encaminhada. O desenvolvimento do modo de produção capitalista produz a possibilidade material dos homens garantirem sua existência sem trabalho vivo, presente. Cria as condições materiais para que a riqueza seja produzida somente pela máquina, pelo trabalho passado, morto. Contraditoriamente, apesar de criar a possibilidade de prescindir do trabalho, sob o trabalho se move.

Na medida em que o modo de produção capitalista cria esta tendência, faz emergir sua contradição mais profunda, pois a sociedade burguesa se estrutura sobre a apropriação do trabalho alheio, pela troca, na produção, cuja substância da riqueza é o valor, nas formas de lucro,

juro e renda da terra (mais-valia). A substância do valor é o trabalho humano abstrato, que é a forma social do trabalho vivo, presente. Ora, na medida em que a evolução do capitalismo cria a base material de produção da riqueza em condições de tornar desnecessário o trabalho vivo, está criada e desenvolvida sua própria negação. O modo de produção capitalista cria as condições materiais que eliminam o próprio trabalho como coesão social. Assim, a sociedade que negará o modo de produção capitalista será aquela que estruturará as relações sociais sobre o "não-trabalho".

Marx ao detectar essa tendência concluiu que: "O reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que o domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho". Assim, Marx aponta a possibilidade do processo histórico da construção da formação sócio-espacial socialista, a qual desenvolve a criação das condições para que o "não-trabalho", tempo livre, se constitua no critério das novas

relações sociais de produção, onde os homens se libertem do reino das necessidades e alcancem o mundo da liberdade, engendrando, assim, o Homem substantivo (Fausto).

Quando, em 1965, R. Richtar aponta para a necessidade dos países socialistas incorporarem nova base material de produção, indica ser historicamente inadequado construir uma nova sociedade com os elementos componentes da que está sendo destruída. Nesta perspectiva, a construção da URSS, pelos bolcheviques, não é compatível com o grau mais desenvolvido que a humanidade engendra enquanto forças produtivas e relações sociais, visto que seu fundamento é a velha formação sócio-espacial da Rússia czarista e o sistema fabril do mundo capitalista. Procedendo, assim, desconsideram a característica do modo de produção capitalista e transplantam a velha base produtiva para a sociedade socialista. Desta forma, "a industrialização soviética imitava o modelo capitalista; e à medida que a industrialização avançava, a estrutura perdia seu caráter provisório e a União Soviética acomodava-se a uma organização de trabalho diferente apenas em pormenores em relação aos países capitalistas. Assim, os trabalhadores soviéticos carregam todos os estigmas das classes trabalhadoras ocidentais. No processo, o efeito ideológico se fez sentir por todo mundo marxista: a tecnologia do capitalismo, que Marx havia tratado com cautelosa reserva, a organização e administração do trabalho, que ele havia tratado com tão ardorosa hostilidade, tornaram-se relativamente aceitáveis" (Braverman).

Ou no dizer de Trotsky: "A passagem das fábricas para o Estado só mudou a situação jurídica do operário; de facto, ele vive na necessidade, trabalhando um certo número de horas por um dado salário. (...) A gestão da indústria tornou-se extremamente burocrática. Os operários perderam toda a influência sobre a direcção das fábricas. Trabalhando à peça, vivendo num profundo constrangimento, privado da liberdade de se deslocar, so-

frendo na própria fábrica um terrível regime policial, o operário dificilmente se poderá sentir um 'trabalhador livre'" (Trotsky).

Na medida em que uma relação social de produção se engendra para se configurar como modo de produção, historicamente determinado, tem também de engendrar a base material, técnica, que lhe corresponda. Cientificamente, o socialismo é possibilidade posta pelos elementos mais desenvolvidos do modo de produção capitalista já existente na metade do século XIX. Após esse período, os elementos burgueses só fazem reproduzir sua existência e a materialidade que lhe é própria. Por essa razão é que Marx afirma que a partir de então as forças produtivas se transformam em forças destrutivas. Portanto, a base material do modo de produção capitalista que se constitui em pressuposto da sociedade socialista é aquela que corporifica o trabalhador coletivo: o sistema fabril, a grande indústria, a máquina-ferramenta-automática.

Depois da configuração empírica dessa materialidade, o caminhar da sociedade burguesa é a criação de características que impedem o desenvolvimento das forças produtivas e impossibilita que o germe de sua negação germine e desabroche. É por isto que após a metade do século XIX até os dias atuais, a sociedade capitalista só se reproduz e, ao se reproduzir, o faz degenerativamente. Isto quer dizer que os elementos componentes do capital (capital constante, capital variável e mais-valia), encontram obstáculos históricos à sua existência; sua reprodução é cada vez mais dificultada pela contradição de suas próprias leis.

Paradoxalmente, uma das características significativas desse processo degenerativo é a necessidade que o capital tem de transformar sua base técnica de produção, destruir a produção centrada na mecânica e na física, e adentrar pelo mundo da biologia e da eletrônica como forma de manter, ainda, a produção de sobre-valor enquanto mais-valia. Essa especificidade é que alavanca a produção ilimitada da riqueza, evidenciando a possibili-

dade de que, com muito pouco trabalho vivo e muito trabalho passado, é possível os homens produzirem sua existência, de tal forma que se transformam em superfluos. Isso quer dizer que uma nova base técnica produtiva possibilita que homens não necessitem mais do trabalho como coesão social e, por conseguinte, como critério da produção e distribuição da riqueza, transparecendo a possibilidade da negação da produção burguesa.

No século XX uma nova base técnica de produção emerge, caracterizando-se pela produção fundada na cibernética, na telemática, na biotecnologia, na biogenética, na informática, na robótica, na eletrônica etc. A forma de produzir com base na mecânica atingiu seu limite máximo: não é mais suficiente para produzir a quantidade de riqueza necessária à reprodução ampliada do capital. Em consequência, pode-se observar uma ruptura na incorporação de novas tecnologias fundamentadas na eletrônica. Assim, a produção centrada na combinação da máquina-ferramenta-automática dá lugar à produção configurada pela eletrônica.

À primeira vista, pode-se observar uma contradição entre as duas formas de produzir, a mecânica e a eletrônica, induzindo-nos à conclusão de que no processo de implantação da segunda há uma ruptura com a primeira. Ora, a produção eletrônica decorre da necessidade de ampliação da produtividade do trabalho social e não de uma ruptura nas relações sociais. A eletrônica mantém o processo de reprodução do modo de produção capitalista em seu estágio de degeneração, com tecnologias mais complexas.

Nos dias atuais, a produção eletrônica ainda não se generalizou. Mas, com a incorporação da eletrônica na produção, observa-se a expulsão de homens do processo produtivo e a modificação nas funções do processo de trabalho. Se procede à hipótese da tendência geral do modo de produção capitalista, isto é, a supressão do trabalho vivo pelo trabalho morto, podemos inferir que a nova etapa da produção burguesa faz emergir uma nova

materialidade. Neste sentido, o germe da destruição dessa sociedade estaria se desenvolvendo, visto que ao expulsar homens do processo produtivo destrói a fonte geradora do valor, o trabalho. Aliás, hipótese sistematizada por Marx, em 1848. No presente, evidencia-se a contradição de uma sociedade alicerçada na apropriação da riqueza através do trabalho, enquanto sua base produtiva demonstra ser desnecessário o homem para produzi-la (Gorz). Bem, se o homem não tem mais onde trabalhar não adquire o direito de participar da riqueza social. Mas, não sendo mais necessário à produção, como então reproduzir a relação social que configura o modo de produção capitalista, a produção da mais-valia?

Se a realidade corresponde à nossa constatação, podemos então dizer que a humanidade, na atualidade, está frente a uma contradição que já lhe tinha sido posta no fim do século XVIII e início do XIX: cria uma nova sociedade, a socialista, ou reproduz (degenerativamente) a velha sociedade capitalista. A solução encontrada e adotada pelos homens às contradições daquele tempo (fim do século XVIII e início do século XIX) inibe o desenvolvimento do germe da negação do modo de produção capitalista, o tempo livre. Como a tendência só indica o caminho, mas não o executa, a solução agora, mais uma vez, pode inibir o desenvolvimento do germe da negação da sociedade burguesa. Assim, a base material da produção fundada na eletrônica ao invés de eliminar o trabalho, pode ser usada, também, para ampliá-lo.

O chamado setor terciário da economia, cuja característica é a existência da prestação de serviços, amplia a cada dia que passa sua importância no contexto social, a ponto de muitos autores configurarem a nova etapa da humanidade como a sociedade pós-industrial, onde o trabalho na esfera da produção não se constitui no fundamento da sociedade. A humanidade adentra agora numa sociedade cujo parâmetro é o terciário e, em particular, o informacional. Segundo Touraine, esta nova etapa da humanidade pode ser chamada de "Sociedade Programa-

da", e emerge do esgotamento do capitalismo e do socialismo. Mesmo tendo constatado que o móvel da "nova" sociedade está centrado no sistema de produção, ou conjunto de informações, é ainda o trabalho a base dela.

Neste sentido, podemos estar assistindo, novamente, à mais uma solução encontrada pela humanidade, cuja ênfase é a reorganização da sociedade pelo trabalho. Por conseguinte, o "espaço histórico atual" é apenas mais uma forma da sociedade burguesa manifestar-se enquanto crise. Reproduz-se o modo de produção capitalista degenerativamente, onde encontramos, de um lado, a produção de uma elevada quantidade de riqueza, jamais vista pelos homens, num tempo muito curto, tendo por base a ciência na forma da eletrônica e da genética. O espaço da produção não é mais a aglomeração em torno da máquina-ferramenta-automática, mas sim da diversificação especializada do processo eletrônico. Disso decorre que as instalações da produção podem ser alocadas em qualquer parte do globo terrestre, pois os produtos padronizados podem ser utilizados e acoplados simultaneamente em diversas mercadorias. Em consequência, "extingue-se" o processo de produzir bens com uma única finalidade e para um único consumidor. A padronização e a precisão informacional constituem características fundamentais do novo espaço produtivo. Essa forma de ser do modo de produção capitalista permite que os homens possam tomar decisões rápidas e independentes de chefias, encontrando soluções ao processo produtivo, sem romperem a cadeia da produção seriada. O trabalhador adentra um novo fetiche no processo de trabalho: de simples executor, no sistema taylorista e fordista, pode, aparentemente, também, controlar e decidir sobre a forma de produzir a mercadoria, toyotismo (Harvey). Observa-se uma característica totalmente nova na materialidade da sociedade: a combinação de meios de trabalho de alta tecnologia com a habilidade e destreza do trabalhador. Eis o "espaço moderno" da humanidade.

As mercadorias adquirem, agora, a marca da produ-

ção, da circulação e do consumo mundial, a universalidade teórica e empírica do modo de produção capitalista. Se, no início, o capitalismo teve no comércio e no mercado seu caráter mundial, passando em seguida pela produção, agora toda a esfera social (produção, circulação e consumo) é mundial (Kurz). É neste sentido que “pode-se falar de mundialização, enquanto que outrora se tratava de mera internacionalização” (Santos).

Encontramos, também, do outro lado deste processo, o reverso da produção da riqueza, o “espaço miséria”. Miséria não só no sentido de volume da apropriação da riqueza, mas no sentido de todos os aspectos da vida, em todo sentido que se pode apreender da história, principalmente porque os homens não são mais necessários à reprodução ampliada do capital. Mercê dos limites impostos pelo capital, “marginalizam-se” em formas fantasmagóricas de reprodução social, transformando-se em bárbaros dos novos tempos, pois a degeneração da formação sócio-espacial capitalista se transmuta em putrefação humana.

A miséria como espaço capital configura uma paisagem melancólica e triste em meio a tanta riqueza. Misturando-se ao seu contrário, ao espaço riqueza (de alta tecnologia), produz uma simbiose monstruosa da modernidade atual. Este é o “avanço” da humanidade no século XX. As grandes metrópoles, os países do Terceiro Mundo (e por que não dizer, também, do Quarto Mundo), as favelas, a mortalidade infantil, a prostituição, as drogas, o analfabetismo, a velhice desamparada, os desempregados e tantas outras formas podem ser arroladas como expressão da eficiência e produtividade do capital. Não estamos dizendo que esses são coeficientes da crise geral do capitalismo, mas sim que são evidências da reprodução, na forma degenerativa do modo de produção burguês (Kurz). Nesse espaço engendrou-se uma sociedade onde “a multiplicidade que se vê é perversa” (Santos).

Que espaço! Que capital!

No momento histórico atual, a contradição se materi-

aliza diferentemente dos períodos anteriores. No geral, a contradição do modo de produção capitalista é a produção social e a apropriação individual. Agora, há um contingente de homens que não integra mais as relações capitalistas, nem do lado do capital constante, nem do capital variável e nem da mais-valia. Não tem onde e como produzir parcela da riqueza social e, por conseguinte, não dispõe “do trabalho” para se apropriar da parcela que necessitam para viver. Não são só desprovidos dos meios de produção; agora, também, são desprovidos das próprias relações sociais. São excluídos do processo social como supérfluos às condições dadas. Manifesta-se empiricamente a existência de homens supérfluos à produção da riqueza material, os desempregados “estruturais”. Essa manifestação aponta para que a construção de uma nova formação sócio-espacial tenha por fundamento as condições de homens desnecessários à produção, ou que há a possibilidade histórica de se produzir riqueza ilimitadamente para todos, sem que os homens morram no e pelo trabalho. Aqui está o grande legado do modo de produção capitalista para a construção de uma nova formação sócio-espacial, e não o que há de mais científico na organização e gestão do trabalho.

Destarte, no velho modo de produção capitalista, não se engendra nenhuma forma econômica da formação sócio-espacial socialista e, por conseguinte, nenhuma base material de produção ou mesmo de relações sociais de produção desta. E muito menos qualquer processo de trabalho, incipiente que seja, que indique a base material da sociedade socialista ou outra qualquer. Portanto, o elemento fulcral da transição do capitalismo ao socialismo é a base material criada pelo capitalismo e sobre a qual o socialismo poderá ser criado. ‘A experiência da União Soviética e de outros países socialistas mostra uma outra lógica da origem e do desenvolvimento do socialismo. As formas socialistas da economia, diferentemente das capitalistas, não podem surgir no seio do regime anterior’ (Dzarassov).

Neste caminhar e neste tempo histórico, isto é, da metade do século XIX em diante, as duas classes fundamentais da sociedade capitalista, burgueses e proletários, constituem um elo contraditório que expressa e propõe distintamente duas tendências historicamente possíveis: a luta pela criação de uma nova formação sócio-espacial, ou a luta pela manutenção da velha. As revoluções na Europa, de 1848 e 1850, são momentos decisivos desse caminhar conflitante e que culmina na França, em 1871, com a tomada de Paris pelos operários, onde mantêm por 72 dias, em suas mãos, o destino de sua história ou a história da humanidade. Em 1917, surge na Rússia, a primeira revolução socialista.

Teoricamente o movimento intelectual revolucionário, vinculado aos bolcheviques e aos mencheviques, pressupõe que a revolução na Rússia é o estopim da revolução socialista da Europa e, por conseguinte, do mundo inteiro. O que sabemos não se configurou, principalmente pela Primeira Guerra Mundial e pelo caráter nacional das lutas operárias de então. Em decorrência, impõe-se aos bolcheviques a tarefa de construir a formação sócio-espacial socialista num só país, que tem como primeiro passo, assumir o poder na forma de Estado. E o poder socialista só pode ser uma ditadura do proletariado (Marx). Essa ditadura, com todas as suas etapas históricas, na Rússia, tem sua expressão máxima a partir de maio de 1929, com a socialização forçada e os Planos Quinquenais.

É verdade que uma tarefa de suma importância a ser implementada nesta região é a produção da riqueza material. O dilema pode ser resumido assim: a meta é socializar, mas para isto é preciso existir o que socializar. Na solução desse dilema, a produção da riqueza material, o mundo socialista pressupõe a base produtiva da sociedade burguesa. Neste sentido, os bolcheviques apresentam como tarefa imediata do poder soviético a transformação dos trabalhadores oriundos da servidão em trabalhadores operários, iguais, disciplinados, aos operários das fábri-

cas capitalistas, agentes sociais da revolução socialista. Um longo período é reservado à consolidação dessa base material. A formação sócio-espacial da Rússia socialista, base da URSS, se consolida mesmo tendo presente situações adversas: a guerra civil interna; o período de economia de guerra e a NEP (Nova Política Econômica); o processo da socialização forçada e outras. Alcança, mesmo assim, um grau de desenvolvimento comparável ao existente nos países capitalistas mais desenvolvidos.

Apesar das adversidades, evidencia-se uma base aparentemente sólida para que o socialismo dê certo num só país. Esta aparência é reforçada pela revolução socialista chinesa (1949), pela revolução cubana (1959) e pelas agregações ao mundo socialista que ocorrem no momento da Segunda Guerra Mundial. Essa solidez aparente, que se estrutura principalmente sobre o povo russo, sobre a base de uma economia forte, de um Estado ditatorial militarizado, não resiste ao tempo. A partir do XX Congresso do PCUS, em 1956, emerge um novo momento que se acelera em 1985, com Gorbachev, e termina em 1991, com a era Iéltsin (Aganbeguian, Gorbachev, Pomeranz, Hobsbawm).

A forma de produção construída pelo socialismo, na URSS, está assentada no trabalho. Eis o problema, a raiz, o limite. A formação sócio-espacial socialista soviética se estrutura no taylorismo, na forma de grande fábrica, de máquina-ferramenta-automática, que é próprio do modo de produção capitalista, que corrói, sob os pés de Lênin, Stalin, Trotsky, Gorbachev, do PCUS e do povo soviético, a base dessa formação sócio-espacial que se propõe superior à capitalista. Estruturada no trabalho, não permite que uma formação sócio-espacial socialista seja construída, muito menos em um só país. Então, quando o movimento comunista internacional, sob a égide dos bolcheviques, busca a construção de uma formação sócio-espacial cujo objetivo é a ruptura das condições dadas da Rússia czarista, só fica nisto. Portanto, a noção de socialismo que orienta a ruptura da Rússia

contribui significativamente para a construção de uma sociedade socialista estruturada sobre o trabalho (Savtchenko, Sorokin, Academia de Ciências da URSS). O que ocorre na URSS na década de oitenta indica que a apropriação coletiva da riqueza social é condição necessária, mas não suficiente para produzir uma nova formação sócio-espacial. É preciso que se construa uma base produtiva que lhe corresponda, assim como o modo de produção capitalista produziu a sua.

A desintegração da URSS não é uma questão só do socialismo, é uma questão atual da humanidade (Kurz). O fenômeno que está ocorrendo no sistema capitalista – a expulsão dos homens do processo de produzir riqueza – também é decorrente da impossibilidade da sociedade manter-se enquanto produção centrada na mecânica e na física, e busca incorporar novas formas de produzir riqueza com base na eletrônica e na biogenética. Isso coloca a necessidade de outra ruptura: assim como o capitalismo rompe com as estruturas que se fundamentam na produção com as mãos, a nova tecnologia impõe uma revolução na forma de produção da mecânica, na máquina-ferramenta-automática. Coloca uma nova possibilidade aos homens; aliás, uma possibilidade que já se fez presente na humanidade no início do século XIX, na Europa. Esta possibilidade é a de que o homem pode construir riqueza ilimitadamente, sem necessidade do trabalho humano direto. No limiar do século XXI, tal evidência é empírica e não mais teoria. Hoje, o homem tem condições de produzir não mais com as mãos, não mais com as condições biológicas e naturais do trabalho e nem mais só com a natureza existente. Hoje, o homem cria natureza. E ao ter essa condição, pode produzir riqueza para todos os homens.

Significa dizer, também, que o homem pode produzir com horas/trabalho muito reduzidas, de onde se deduz que a era do mundo do trabalho está no fim. Não pertence apenas aos livros de ficção a possibilidade de prescindir de trabalhadores. Em termos absolutos o mundo ca-

pitalista já convive com a diminuição do número de trabalhadores (Kurz). No entanto, a possibilidade da construção da riqueza para todos os homens emerge sob relações sociais capitalistas que se configuram como produtoras de riqueza para acumular capital.

A revolução que está posta é, em certo sentido, similar à revolução posta no começo do século XIX, com os socialistas utópicos e com os socialistas científicos. E a revolução socialista nunca esteve tão perto, uma possibilidade. Agora ela não é uma questão do Partido Comunista, ou de uns poucos homens, mas é uma questão dos homens em geral, da sociedade, da materialidade, da forma do homem produzir sua existência. É a possibilidade da construção de uma nova formação sócio-espacial sair dos sonhos dos utópicos, da análise científica de Lênin, dos partidos comunistas do mundo inteiro, para ser uma característica da sociedade, uma necessidade histórica e um caminhar de todos os homens.

Atualmente, as novas tecnologias, ao invés de absorverem, eliminam homens da produção. A produção, com elas, pode centrar-se fundamentalmente no trabalho passado, no trabalho acumulado, e não mais no trabalho presente, vivo (Aued). Daí a similaridade das duas épocas. No período de Marx, tal característica apresentada pela revolução industrial indica essa possibilidade, que também está posta hoje. E pela materialidade, tanto lá como cá há a possibilidade dos homens produzirem uma nova formação sócio-espacial. Agora, essa tendência pode não ocorrer; muito pelo contrário, pode ser que a humanidade mais uma vez encontre a solução criando uma base produtiva que privilegie as mãos. E mais uma vez: “Al brazo del obrero se sujeta una bombilla eléctrica. Se fotografian los movimientos del obrero y se estudian los de la bombilla. Se ve que algunos son ‘superfluos’ y se obliga al obrero a evitarlos, es decir, a trabajar más intensamente, sin perder ni un segundo en descansar” (Lênin).

Por certo, será diferente uma sociedade que pode planejar a utilização das matérias para a produção e utili-

zação dos equipamentos necessários à existência humana. Ao invés de lavadoras individuais, grandes centros de uso coletivo dos equipamentos. O que será dos equipamentos individuais se se implantarem equipamentos coletivos? De quem é a opção de construir automóvel para cada pessoa? É a racionalidade humana ou a necessidade da reprodução degenerativa do capital? É o movimento contra-revolucionário na materialidade que faz uso de novas tecnologias para a produção de equipamentos para a individualidade e não para a coletividade, pois as leis do desenvolvimento capitalista indicam para a produção coletiva, assim como coletivo é o trabalho. As unidades produtivas individuais, principalmente de produção/consumo de cada indivíduo, na atualidade, são a contra-tendência histórica na materialidade. “A técnica liberou o homem da tirania dos antigos elementos – a terra, a água, o fogo e o ar – para os submeter em seguida à sua tirania. O homem deixou de ser escravo da natureza para se tornar o escravo da máquina, ou, pior ainda, escravo da oferta e da procura. A actual crise mundial testemunha de forma particularmente trágica, como este dominador orgulhoso e audacioso da natureza permanece escravo das forças cegas da sua própria economia” (Trotsky).

Essa base material com novas tecnologias pode ser utilizada para a criação de uma nova formação sócio-espacial. A burguesia, porém, a utiliza para reproduzir o modo de produção capitalista em degeneração, assim como implementou no início do século XX com o taylorismo. A sociedade capitalista não se autodestrói; sua trajetória histórica é definida pela lei econômica onde a produção é a reprodução de si mesma. E a produção burguesa é uma produção de capital, de assalariamento, de trabalho, e não de coisas úteis aos homens. As novas tecnologias podem ampliar o contingente humano que não mais consegue vender sua força de trabalho, explicitando o limite histórico do assalariamento. Assim pode ser que, deste contingente de homens desprovidos de tudo para

viverem, nasça um movimento político e social que coloque em xeque a ordem burguesa. E isso não é uma questão de teoria ou de partido político.

Os bolcheviques não compreenderam que a formação sócio-espacial socialista não é a forma de organização humana onde os homens buscam o máximo prazer no e pelo trabalho. Buscar o máximo prazer no e pelo trabalho é a forma de ser da formação sócio-espacial burguesa, que o século XX explicita em toda a sua plenitude. O que se apresenta como formação sócio-espacial socialista tem, por ora, apenas alguns contornos. O resto, à História pertence. No entanto, ela nos indica que a apropriação social da riqueza é necessária, porém, não pelo trabalho. A correspondência entre forças produtivas e relações sociais de produção impõe que a base produtiva capitalista não pode ser transportada à formação sócio-espacial socialista; outra há de ser engendrada.

E a história se universaliza a um grau mais elevado com o desmoronamento do muro de Berlim (1989) e da URSS (1991) e abre fendas até então inimagináveis no mundo do trabalho, evidenciando que a forma burguesa da produção de riqueza não consegue mais se manter, nem com suas próprias pernas e nem com muletas (Estado). Ao exacerbar a contra-revolução na materialidade com trabalho para todos, a formação sócio-espacial soviética também contribui para o esgotamento da forma dos homens produzirem sua existência tendo por base a máquina-ferramenta-automática. Seu caráter revolucionário, além de evidenciar ser possível a apropriação da riqueza, fundada na negação da propriedade privada, é o de recolocar a necessidade de um novo modo de produção ao liberar o desenvolvimento das forças produtivas.

Ao se reciclar, no enfrentamento com o mundo socialista, o modo de produção capitalista (Hobsbawm) esancarou os limites de suas relações sociais, transformando a face da terra em sua imagem e semelhança, cuja característica é a mundialização do ser humano (Santos, Ianni). E a mundialização está indicando que a produção

de riqueza não mais ocorre neste ou naquele lugar. É agora fenômeno de todos os homens em todos os lugares. Os homens amoldam o fazer histórico, talvez, com moinhos eletrônicos e não com taylorismo, corporificando um novo espectro que ronda, agora, o mundo inteiro, em detrimento do moinho a vapor.

Que espaço! Que socialismo!

Os revolucionários bolcheviques, ao se confrontarem através das estratégias, tendo por base as teorias gerais da transição do capitalismo ao socialismo (crítica à apropriação da riqueza) e da formação sócio-espacial da Rússia czarista, apenas evidenciam que a centralização do poder e das repúblicas, o plano econômico único, a industrialização, a produção agrícola coletiva e a planificação são formas de relações contraditórias entre cidade e campo, entre operários e camponeses, entre o espaço socialista e o capitalista na constituição da URSS na década de 1920. E, ao centrarem suas estratégias nessas especificidades, engendram um espaço produtivo que reproduz o *ethos* do mundo do trabalho. Não compreenderam que o trabalho como coesão social é próprio e adequado à formação sócio-espacial burguesa.

Essa lição os nazistas alemães legam à humanidade, quando inscrevem no pórtico do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, *Arbeit macht frei* (O trabalho liberta). Mas o trabalho só se torna livre, historicamente, ao se transubstanciar em capital, que amolda o mundo à sua imagem e semelhança. O que os bolcheviques deveriam ter legado, como experiência histórica, não é uma formação sócio-espacial onde quem trabalha come, quem não trabalha morre de fome, mas, sim, uma formação sócio-espacial onde o reino da liberdade só ocorrerá depois que os homens se libertarem do trabalho.

1- Este trabalho é parte da tese *Estratégias e contradições na construção da sociedade socialista soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)*, defendida em 26 de abril de 1996 na Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências: Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sob orientação do Professor Dr. Armen Mamigonian.

O comportamento humano e o ambiente¹

Guillermo Foladori

Pesquisador visitante do CNPQ, Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

Ajudicar causas humanas à atual crise ambiental já é senso comum. Não obstante, quando nelas se aprofunda surgem importantes divergências. Alguns afirmam que é responsável a ideologia judaico-cristã ocidental inclinada a dominar a natureza (White); outros, certos traços culturais (Moncrief); ou a orientação tecnológica (Commoner); ou as relações de dominação (Bookchin); etc. Entender as causas humanas da crise ambiental é imprescindível para a ação política alternativa. Este ensaio pretende dar um passo prévio: investigar as bases do comportamento humano para com o meio ambiente, diferente do resto dos seres vivos.

Para alcançar tal propósito, retornamos às origens do homem, destacando aqueles elementos que permitem a conexão entre as diferentes características do comportamento humano. Chegamos ao seguinte resultado: os seres humanos, enquanto organismos biológicos e sociedades equipadas com determinadas bagagens culturais, possuem um comportamento e um instrumental para transformar o meio ambiente de forma qualitativamente diferente do resto dos seres vivos. Essas diferenças foram percebidas desde o princípio, embora não o tenham sido, tão claramente, as implicações de longo prazo que causavam sobre o meio ambiente. Mas, o que não foi, até hoje, claramente assimilado é que as peculiaridades humanas, tanto biológicas quanto culturais, provocaram, como um efeito *bumerang*, transformações qualitativas nas relações sociais, que passaram a governar não só,

como seria natural, as relações entre homens, mas, também, as relações com outras espécies e com todo o mundo abiótico.²

I- A Vida em sua Evolução

Cada organismo impulsiona, como resultado de sua própria atividade vital, um projeto de vida. Chamamos projeto de vida à adaptação do meio ambiente às necessidades do organismo. O termo projeto pode ter um tom muito forte, e até supor uma teleologia. Não é essa a intenção. Trata-se do desenvolvimento de determinadas forças que se encontram de forma potencial em qualquer organismo ao nascer. A própria atividade vital do organismo é o desenvolvimento e a expressão desse potencial ou projeto. Uma semente de pêssigo tem como projeto gerar um pessegueiro, não uma orquídea.

Mas, longe de assumir um ambiente tal qual lhe é dado, cada organismo o constrói segundo as suas possibilidades e de acordo com suas necessidades. Richard Lewontin, expoente da corrente fenogenetista na biologia, escreve: “[Os organismos são] sujeitos ativos que transformam a natureza de acordo com suas leis” (Apud Ingold).

O papel de cada organismo e de cada espécie na transformação do meio é desigual, segundo a escala de expansão e a forma de inter-relação. Algumas, como as cianobactérias, chegaram a constituir-se numa força geológica propriamente dita (Lovelock). Os seres vivos devem assumir um mundo dado; se debatem com condições preexistentes, eles mesmos são pré-condições de seu próprio desenvolvimento. Neste sentido, cada organismo vivo impulsiona um projeto.

O resultado da seleção natural constitui a expressão do projeto de vida da espécie. Mas, as espécies também competem entre si, por recursos e espaços. A solução das contradições, tanto entre organismos no interior de cada

espécie, como entre espécies diferentes, apresenta, a cada momento, um mundo organizado que é a pré-condição para a vida das gerações seguintes. Essas devem desenvolver-se a partir de condições preexistentes e de formas de vida já “governando o mundo”. Nessa perspectiva, a espécie humana é tão somente uma parte desse projeto global, embora apresente especificidades que mais adiante analisaremos.

A vida, em termos genéricos, mostra duas grandes tendências: rumo à apropriação do espaço, em amplitude; rumo à liberação do meio ambiente.³ Aqui nos interessa aprofundar a segunda tendência.

A liberação do meio ambiente é a modalidade que assumem as diversas formas de vida ao buscarem uma maior mobilidade para procurar novos espaços e recursos, novas fontes energéticas ou novas inter-relações com as outras formas de vida. Podemos dividir essa tendência em três manifestações que chamaremos aqui: liberação do meio ambiente (*stricto sensu*); diversificação energética; e superação dos níveis de inter-relação ecológica.⁴

a) A liberação do meio ambiente

Tal como demonstra André Leroi-Gourhan, selecionando espécies fósseis-chaves e considerando somente a tendência mais global da evolução, a vida se libera de seu meio sucessivamente. Na primeira instância da água, do meio líquido na qual se originou, ao passar à terra firme. Logo se libera da sujeição fixa ao solo, com a aparição dos animais móveis. Depois, libera a cabeça do solo, como ocorre com os répteis. Posteriormente, o corpo com respeito ao solo, como nos animais quadrúpedes. Mais à frente, as mãos se liberam da locomoção (nos grandes macacos parcialmente, nos antepassados do *homo sapiens* totalmente).

Por último, o cérebro se libera das mordanças que lhe

impõem as funções de alimentação. "Se existe alguma evidência que alguma demonstração convincente conseguiu debilitar, é que o mundo vivo amadurece de idade em idade, e que, fazendo uma evolução de formas pertinentes, se torna evidente um largo caminho regularmente ascendente sobre o qual cada 'liberação' marca uma aceleração cada vez mais considerável." (Leroi-Gourhan)

Essa tendência à libertação com respeito ao meio ambiente chega ao seu nível mais complexo na espécie humana, que atinge dois saltos qualitativos: a libertação total das mãos e a libertação do cérebro em relação às funções de nutrição.

b) A diversificação energética

As plantas utilizam a energia solar para assimilar quimicamente os alimentos. Diante disso, dão um salto qualitativo. Porque se alimentam de plantas (ou de outros animais, que por sua vez consomem plantas) que já realizaram um armazenamento energético prévio e, para isso, desenvolvem primeiro energia mecânica para logo assimilar o alimento quimicamente. E porque os mais evoluídos (de simetria bilateral) desenvolvem funções novas: a busca e a captura, as quais supõem um aumento da mobilidade espacial. (Leroi-Gourhan) O ser humano, por sua vez, não só se alimenta de outros seres vivos que previamente acumularam energia, mas consegue reproduzi-los (domesticação), também se apropriar de energia mecânica alheia (uso de animais de trabalho), e utilizar formas energéticas solares derivadas (energia eólica, hidráulica, de marés, geotérmica), energia solar fóssil (carvão, petróleo, gás), solar direta e inclusive alcançar a energia nuclear.

c) A superação dos níveis de inter-relação ecológica

As relações ecológicas podem ser divididas em três

níveis: relações com o meio abiótico; relações com outras espécies vivas; relações com congêneres.

Esses três tipos de relações representam, deste modo, três barreiras ou desafios a superar por cada organismo e pelas espécies. A vida mesma, ao surgir de compostos orgânicos pré-bióticos superou a barreira do mundo abiótico. A maioria dos organismos de cada espécie não chega a reproduzir-se, não supera a contradição com seus congêneres. Mas outros, pelo menos, se reproduzem e mantêm a espécie. Algumas espécies se expandem no espaço, conseguindo apropriar-se de recursos do mundo abiótico e superando a competição de outras espécies vivas. Novas espécies surgem nos espaços que lhe são deixadas pelas preexistentes. Trata-se de diversas formas de superar a barreira que significam as formas de vida estabelecidas.

Só o ser humano está a caminho de superar a contradição com seus semelhantes de uma forma nova. Enquanto no resto dos seres vivos a seleção natural trabalha livremente na determinação da reprodução, o ser humano começou o tortuoso caminho de impor condições artificiais que permitam superar a luta entre iguais.

A espécie humana, como os outros seres vivos, deve enfrentar a contradição com o mundo abiótico, com as demais espécies vivas e com seus semelhantes. A forma de superar a primeira contradição é por meio do trabalho. Ao produzir, consegue incorporar às suas necessidades parte do mundo abiótico e os demais seres vivos. A segunda contradição se supera reproduzindo as outras espécies ou subsumindo-as a determinadas condições de vida. A forma de superar a terceira contradição é mediante a associação consciente. Claro que cada uma dessas superações significa, simultaneamente, novas dificuldades e contradições. Assim, a produção trouxe como conseqüências a depredação e a contaminação, o que hoje em dia se manifesta na crise ambiental. A reprodução e controle de espécies coadjuvou a extinção e negação da

biodiversidade. E a associação entre os seres humanos percorreu o caminho conhecido: nas sociedades de caça, pesca e coleta, expulsando aos excedentes; nas sociedades escravistas, tratando, na prática, os congêneres como se fossem outra espécie; nas sociedades despóticas, tributárias e servis, submetendo pela força; na sociedade capitalista, substituindo-os pelo mercado. Mas, assim como a tendência global da vida mostra ser a liberação do meio, a tendência global da evolução humana mostra ser a associação consciente, embora ainda pareça faltar muito caminho a ser percorrido.

Para compreender em toda a sua magnitude o salto qualitativo que representa a espécie humana, é necessário nos determos na especificidade humana e nas etapas de sua evolução.

II- Breve resenha sobre as condições e surgimento dos hominídeos

Qual é a especificidade humana no comportamento para com seu ambiente? A resposta a essa pergunta nos obriga a prestar atenção à origem da espécie humana e às condições que tornaram possível sua evolução.

Existem ainda muitas perguntas acerca da história da evolução do gênero *Homo* e de seus possíveis predecessores. Entretanto, nas últimas décadas, se realizou avanços importantes no campo da paleontologia humana e da biologia molecular. Um deles foi o reconhecimento da origem relativamente tardia dos primeiros hominídeos (*australopithecus*), isto é, das linhagens precedentes ao gênero *Homo* mas já numa linha evolutiva divergente da que deu origem aos grandes símios, nossos parentes vivos mais próximos.

Segundo dados apontados pela biologia molecular, os primeiros hominídeos começaram a se desprenderem do tronco comum, que também deu origem aos grandes símios, de cinco a seis milhões de anos atrás.⁵ Pouco tem-

po, relativamente, se pensamos em termos da evolução das formas de vida.⁶

Durante o século passado, e na maior parte deste, pensava-se que a posição erguida, a fabricação de instrumentos e o cérebro relativamente desenvolvido (às vezes, a fala) eram três características que evoluíram juntas na origem do homem. Mas, ainda, salvo raras exceções, se creditava ao cérebro ser o motor da transformação do "macaco em homem". Essa não era mais do que uma visão influenciada pela religião, que pretendia pôr o espírito adiante do organismo.

Hoje em dia, argumenta-se que os fósseis hominídeos mais primitivos conhecidos remontam a 3,5 milhões de anos (*australopithecus afarensis*) e a diferença-chave com seus parentes símios é sua posição erguida.⁷ Embora a locomoção bípede não fosse tão sofisticada como no *homo erectus*, tratava-se de indivíduos que se locomoviam com os pés. A fabricação de instrumentos aparece aos 2,5 milhões de anos (*homo habilis* e *homo erectus*).⁸ E o incremento do cérebro é correlativo à utilização de instrumentos. Assim, enquanto o cérebro do *australopithecus afarensis* alcançava quinhentos cm³, o do *homo habilis* saltou para oitocentos. O milhão ou milhão e meio de anos entre uns e outros (ou os dois e meio desde a separação dos grandes símios) pareceram indicar a existência de espécies que, sendo bípedes, não fabricavam instrumentos. Tal qual escreveu sarcasticamente Le-roi-Gourhan: "Estávamos prontos para admitir tudo, exceto o havermos iniciado pelos pés".

O câmbio na postura, que foi o passo decisivo para a liberação das mãos e a transformação de todo o organismo, adjudica-se às pressões seletivas produzidas por importantes câmbios climáticos. Há vinte milhões de anos começou uma época de resfriamento generalizado, que implicou uma redução da franja equatorial e substantivos câmbios em todo o mundo. A isso se somou, no Leste africano, onde se originaram os hominídeos, um movi-

mento tectônico conhecido como Falha de Rift. Tal falha se originou a cerca de oito milhões de anos. Ao leste dessa falha, da Etiópia até o sul da África, as chuvas se tornaram descontínuas e os bosques foram substituídos pela savana. Os frutos tropicais se tornaram escassos e as condições de vida, para os antepassados do homem, mais difíceis. Então, sob a pressão da seleção natural, os antepassados humanos tiveram que se adaptar para sobreviver. Já não podiam subsistir da vida arbórea, tanto porque os alimentos se tornaram mais escassos e dispersos, como porque as condições de segurança não eram as mesmas na savana como nos bosques. Com isso, a posição erguida foi favorecida. Permitia o deslocamento mais efetivo por áreas mais extensas para buscar o alimento e também favorecia, pela altura, um horizonte visual mais amplo, que garantia maior segurança.

O registro fóssil confirma o custo em espécies que significou esse câmbio climático e a vantagem adaptativa da locomoção bípede. Entre os dez e os cinco milhões de anos desapareceram na África quase uma vintena, de variedades de grandes símios (somente sobreviveram três). Ao contrário, floresceram diversas variedades de homínidos bípedes (identificados cerca de meia dúzia) (Leakey).

Por volta dos três milhões de anos ocorreu outra onda de frio, que novamente provocou um clima mais seco, com suas repercussões na vegetação e na pressão sobre os homínidos.⁹ Os sobreviventes, aparentemente, bifurcaram-se em duas alternativas. Uns se especializaram em uma alimentação vegetariana mais “dura”, consistindo em raízes e sementes, outros optaram por uma dieta omnívora. “Nossa família ofereceu assim duas soluções à crise climatológica de três milhões de anos, uma forma pré-humana com um corpo forte – 1,50 m, 50 kg – e uma dentadura muito especializada para uma alimentação estritamente vegetariana, mas com o cérebro pequeno – 500 cm³ –; e a primeira forma humana *homo habilis*,

com um cérebro muito mais desenvolvido, 800 cm³, e uma dentadura omnívora apta a uma alimentação vegetariana e carnívora, mas com um corpo mais delgado – 1,30 m, 30 kg” (Coppens). A alternativa vegetariana (*australopithecus robustus* e *boisei*) não alcançou um êxito evolutivo, enquanto a omnívora (*homo habilis*) evoluiu, segundo hipóteses predominantes, à forma *homo erectus*.

Deve-se considerar o bipedismo como a condição para o surgimento do gênero *Homo*. As posteriores mudanças até à dieta omnívora, como a fabricação de instrumentos e o incremento do cérebro, foram possíveis pela postura e o deslocamento erguidos. A posição erguida e a locomoção bípede liberaram as mãos das funções de translação.¹⁰ Em seu conjunto, isso significou um passo decisivo na liberação do meio. Ampliou-se a área de deslocamento para a obtenção de recursos e, ao utilizar as mãos como meio de carga, pôde-se separar, no espaço, a obtenção do alimento de seu consumo. Assim, o deslocamento em dois pés pode ser considerado, além de uma revolução biológica, a condição para a transformação “humana” do meio ambiente. O deslocamento bípede permitiu ao *homo erectus* colonizar da África ao extremo sul oriental da Ásia em, talvez, algumas dezenas de milhares de anos. A segunda transformação revolucionária, que permitiu o surgimento do gênero *Homo*, foi o fabrico de instrumentos.

III- O surgimento do gênero *Homo*

Enquanto parece claro que a posição erguida foi o elemento desencadeante da transição do antepassado símio ao homínido, não é tão claro qual foi o elemento central na transição do homínido ao homem. Alguns se inclinam pela fabricação de instrumentos, outros pela linguagem. A dificuldade em determinar o elemento dinamizador é simples, registros fósseis de instrumentos

existem, mas da fala, não.

Existe, ainda, outra dificuldade. O uso e a fabricação de instrumentos foi um processo longo de complexidade crescente que ainda continua. Enquanto a fala, embora seguramente foi o resultado de um processo também longo, teve um fim uma vez alcançado o nível de articulação tal qual o conhecemos.¹¹ Então, a pergunta pode ser colocada assim: A linguagem articulada foi exclusivamente do *homo sapiens*, ou a havia alcançado o *homo erectus*, ou inclusive, o *homo habilis*?

As hipóteses sobre a origem da linguagem são numerosas. Boa parte delas estabelece uma conexão estreita entre linguagem e fabrico de instrumentos. Isso é natural, já que existe uma relação neurológica entre a boca e os órgãos da alimentação, com o uso das extremidades dianteiras em todos os animais de simetria bilateral. Não obstante, enquanto alguns sustentam que é impossível fabricar instrumentos sem linguagem, porque só esta permitiria o desenho mental prévio, outros sustentam que foi a inteligência prática que permitiu o desenvolvimento da linguagem, até que uma vez estabelecida começou a comandar as ações. Mas também existem hipóteses que assinalam que o surgimento da linguagem não está relacionado com o fabrico de instrumentos, mas com o incremento filogenético do papel dos sentidos, da caça complexa ou da vida social.

À medida que nos acercamos ao *homo sapiens*, maior é o peso dos preconceitos e das ideologias. Não é o mesmo haver “nascido” das mãos ou do pensamento. O primeiro é muito mais prosaico. Não obstante, vamos argumentar aqui em seu favor.

A posição erguida implicou uma série de transformações fisiológicas encadeadas. Em primeiro lugar, a liberação dos membros dianteiros. O que supõe a possibilidade de utilizar as mãos para tarefas que antes eram realizadas pela boca: captura, divisão, defesa e transporte. Não se trata de um câmbio espontâneo. As formas mais

simiescas de utilização das mãos seguramente se converteram em uma pressão seletiva para que a evolução atuasse. Como assinala Washburn, o uso das mãos modificou sua própria estrutura: “A seleção primou os dedos mais curtos e os polegares mais grossos. O uso de ferramentas modificou a orientação da evolução e a forma das mãos (...) Nossa mão é o resultado de pelo menos meio milhão de anos de uso de ferramentas”. (Apud Clark) O grau de oposição que tem o polegar humano foi evoluindo, como o insinua a diferença que existe em relação aos primatas. No orangotango, por exemplo, de 40, nos babuínos e mandris, de 57-58, e no ser humano, de 65 em média. (Napier)

Em segundo lugar, devido ao uso das mãos superando tarefas anteriormente realizadas pela boca, que fica relegada a funções de alimentação e digestivas, reduzindo conseqüentemente a musculatura da mandíbula que se enraíza no crânio. Ao mesmo tempo, a posição erguida permite que a cabeça se sustente em equilíbrio sobre o extremo superior da coluna vertebral, favorecendo a redução da massa muscular em comparação com o quadrúpede que deve sustentar permanentemente a cabeça. Ambos os câmbios colaboraram para deixar um vazio que facilitou a expansão do cérebro.

Em terceiro lugar, a posição erguida favoreceu um horizonte visual mais amplo e, com ele, uma maior visão estereoscópica, de cores, e a perda relativa do olfato em favor da vista. Em conjunto com a prensibilidade da mão se desenvolveu a coordenação olho-mão, relação neurológica privilegiada.

Referir-se à fabricação de instrumentos como o elemento dinamizador dos câmbios fisiológicos e culturais posteriores requer duas precisões. A primeira delas tem a ver com a fabricação de instrumentos a partir de um ponto de vista técnico, isto é, como intermediação entre o indivíduo e o objeto da atividade. A segunda, que analisaremos no próximo item, refere-se ao caráter social.

IV- O aspecto técnico do fabrico de instrumentos

O fato prático de construir objetos úteis que servem para obter ou apropriar-se de alimento não é um privilégio humano. Resumindo a principal conclusão da investigação de Boesch e Boesch sobre os chimpanzés do bosque Tai, escreve Kathleen Gibson: “Entre os chimpanzés, as técnicas mais avançadas para quebrar nozes, e a maior dependência de instrumentos para atividades de subsistência ocorre no bosque Tai, na Costa do Marfim (Boesch e Boesch). As chimpanzés mães nessa região diferem de seus congêneres em qualquer outra população conhecida de chimpanzés em abastecer a suas crias com nozes à idade de 8 anos. Isso permite aos filhotes praticar a habilidade de quebrar nozes por anos antes de se tornarem auto-suficientes”.

O caso dos chimpanzés é o mais destacado, mas não o único. É conhecido o exemplo dos pica-paus das Ilhas Galápagos, que escolhem espinhas fortes e largas para utilizar, na ausência de estiletes confiáveis, como instrumento para tirar larvas e outros insetos da casca das árvores. Algumas gaivotas se deslocam quilômetros para jogar os moluscos capturados contra rochas e assim parti-los. Nesse caso, as rochas se convertem num instrumento fixo, ao qual se leva o objeto de atividade: o mesmo sucede com um torneiro, que ajusta a peça móvel ao torno fixo. Existem centenas de exemplos de utilização de instrumentos por diversas espécies animais. Não obstante, a fabricação de instrumentos pelo ser humano tem vários elementos específicos.

O primeiro é sua dupla mediação. Como assinala Beck, o ser humano é o único que usa instrumentos para fabricar instrumentos. Com as mãos livres, o *australopithecus* seguramente utilizava instrumentos de maneira ampla. Mas uma coisa é utilizar uma pedra, um osso ou um pau como instrumento e outra muito diferente é usar uma pedra para dar forma a um instrumento que será

posteriormente utilizado. O registro fóssil dessa última variante corresponde ao *homo habilis*. Uma inteligência prática, se conta com os apêndices corporais necessários, permite usar instrumentos, mas, para criar instrumentos que não serão de aplicação imediata, é preciso um nível de previsão do futuro muito mais desenvolvido.¹² A fabricação de instrumentos desenvolve a tridimensionalidade do tempo. Trata-se de uma atividade no presente, realizada com instrumentos do passado, em função de uma atividade do futuro (Kosik).

Em segundo lugar, e derivado do anterior, está a distância temporal e espacial entre instrumento e necessidade. Nos animais, o instrumento é buscado em presença da necessidade. No ser humano, a busca ou fabricação de sua utilização se distanciou da necessidade. Esse distanciamento possibilita o fabrico de coisas, ou de agregados aos mesmos instrumentos, não diretamente vinculadas à sua utilidade (isto é, à sua necessidade), mas a critérios estéticos ou de regulação social.

Marx ressaltou essa diferença, que terá as conseqüências mais importantes na história da humanidade, em seus primeiros escritos: “Certo é que também o animal produz. Constrói seu ninho, sua morada, como a abelha, o castor, a formiga etc. Mas só produz aquilo de que necessita diretamente para si ou sua cria; produz de um modo unilateral, enquanto a produção do homem é universal; só produz sob o acicade da necessidade física imediata, enquanto o homem produz também sem a coação da necessidade física, e quando se encontra livre dela é quando verdadeiramente produz”.

O terceiro é o papel que cumpre o uso de instrumentos como mecanismo de objetivação da natureza. A natureza é, na maioria dos seres vivos, apropriada como uma extensão do próprio corpo e de forma predeterminada. Por certo que se assinalaram múltiplos exemplos onde os animais “cambiaram as regras do jogo”, mostrando um grau de subjetividade através de uma flexibilidade de

comportamento às vezes surpreendente.¹³ Mas essa flexibilidade se torna gradualmente maior na medida em que se interpõem mais e mais instrumentos entre o corpo e o objeto da atividade. Com isso, o pensamento reflexivo dá um salto ao considerar a natureza como externa ao próprio corpo, como algo flexível. Quando em uso, o instrumento é uma extensão do próprio corpo que torna sua a natureza externa; subjetiva-a. Quando não está em uso, o instrumento e o resto da natureza aparecem como externos ao próprio corpo, como elementos objetivos. Ao transformar a natureza, mediante o trabalho, o ser humano a torna sua; adapta-a aos seus interiores. Mas, de maneira correlativa, a própria atividade do ser humano se condensa, objetiva-se em uma coisa que transcende o tempo.

Esse novo produto do trabalho está, por um lado, desprendido da consciência, da subjetividade que o criou; mas, por outro lado, tem cristalizado em determinados materiais uma forma útil que condiciona seus usos futuros. Neste sentido, o objeto do trabalho se desprende da consciência, mas a marca de seu criador transcende o tempo. Essa dialética subjetivo/objetivo implicará consequências significativas, tanto para a evolução da sociedade humana, como para a relação dessa com o meio ambiente.

Na medida em que a natureza se objetiva, é cada vez mais passível de ser reordenada e reconstruída de formas variadas. Esse é o aspecto intencional e consciente da atividade humana. Ao mesmo tempo, ocorre uma consequência inesperada e inconsciente, fruto da unicidade da natureza: os resultados imprevistos. Os próprios organismos, em sua atividade biológica, têm resultados digamos "não buscados". Os animais que levam sua presa à extinção, as cabras que acabam com a vegetação e as cianobactérias que geraram o oxigênio tóxico para si mesmas, podem considerar-se exemplos desse tipo. Mas, obviamente, quando a interação com o meio ambiente se

potência através do uso de instrumentos, não só as consequências são quantitativamente maiores, como também qualitativamente distintas, porque, com os instrumentos, a natureza é "separada" de maneira nova, criando intermediações também novas e gerando resultados imprevistos em escala cada vez maior. De maneira premonitória da crise ambiental contemporânea, escreve Engels em 1874: "Não devemos, entretanto, nos lisonjear demasiado de nossas vitórias humanas sobre a natureza. Esta se vinga de nós por cada uma das derrotas que lhe inferimos. É certo que todas elas se traduzem principalmente em resultados previstos e calculados, mas acarretam, ademais, outros imprevistos, com os quais não contávamos e que, não poucas vezes, contrapõem-se aos primeiros."

Hoje em dia, o exemplo mais destacado dessa "individualização" e desses resultados imprevistos da natureza é a ruptura das ligações químicas que geram produtos não biodegradáveis. Como contraparte, o produto do trabalho como algo objetivo e separado do corpo permite a comparação entre o desenho mental prévio e o resultado final. Essa dialética sujeito-objeto conduz a processos de trabalho crescentemente aprimorados. Em seu conjunto, tais características mostram a fabricação humana como uma forma mais evoluída e, em seu conjunto, qualitativamente diferente da dos animais. Mas levanta, inevitavelmente, a dúvida se o elemento desencadeante está na mão ou no cérebro. É possível que a relação neurológica mão-boca dirima a questão.

No nível neurológico, existe uma relação entre a mão e a boca. Os animais de simetria bilateral são aqueles nos quais o corpo se divide em campo anterior e posterior. O campo anterior (que inclui cabeça e membros dianteiros) detém os órgãos de preensibilidade, ingestão, relação e o sistema nervoso. No campo anterior, a cabeça e os membros anteriores entram em inter-relação como resposta à função que cumprem os membros dianteiros na captura

do alimento e/ou sua sujeição. De maneira que, em grande quantidade de animais quadrúpedes, como aves, e até peixes, os membros anteriores não se ocupam das funções de locomoção com exclusividade, mas colaboram com os órgãos de nutrição (Leroi-Gourhan).

Nos peixes já se encontram exemplos deste tipo. Peixes de fundo utilizam as barbatanas peitorais dianteiras para remover o fundo e alguns inclusive possuem papilas gustativas nessas barbatanas. Muitos dos quadrúpedes, como o cão ou o gato, utilizam as patas dianteiras para agarrar ou sujeitar as suas presas. No ser humano, as mãos herdaram essa relação neurológica com a boca, o uso das mãos condiciona movimentos simpáticos nos órgãos de nutrição. Os sons da fala seguramente têm suas pré-condições no detalhado movimento das mãos para a fabricação de instrumentos.

Neste sentido, existe um duplo efeito da posição erigida. De uma parte, o crânio se vê liberado da atadura muscular que lhe impunha a cabeça do antigo quadrúpede, ao passo que o rosto, ao reduzir-se em funções, libera também o crânio das ataduras musculares da mandíbula. De outra parte, a intensificação do uso das mãos para a elaboração de instrumentos (o que significa movimentos sucessivamente complexos e detalhados) pressiona para a expansão do cérebro tanto em quantidade como em qualidade. No dizer de Leroi-Gourhan: "Tudo se dá em suma como se o cérebro viesse a ocupar progressivamente os territórios anteriores à medida que são liberados dos constrangimentos mecânicos do rosto".

Vários dados da paleontologia e da arqueologia confirmam a relação entre o uso das mãos na fabricação dos instrumentos e o crescimento do cérebro. Uma relação entre ambos foi realizada por Leroi-Gourhan ao medir o comprimento de fio por quilo de silex do instrumento e relacioná-lo com a capacidade cerebral para cada uma das espécies.¹⁴ O resultado pode ser visto na seguinte sessão:

Relação perfeição do instrumento com tamanho do cérebro

Espécie	Antigüidade	Fio por kg	cérebro-cm ³
Habilis	2.000.000	10 cm	800
Erectus	500.000	40 cm	900
Sapiens	50.000	200 cm	1.400
Sapiens	20.000	2.000 cm	1.400
Sapiens	10.000	7.000 cm	1.400

Fonte: elaborado a partir de Coppens, 1991

O quadro anterior é só um grosseiro indicativo. Temos que ter em conta que os registros fósseis são escassos e as variações individuais, muitas. Além disso, como cada geração herda de seus antepassados um nível de desenvolvimento tecnológico dado, se não há intercâmbios favoráveis com outras sociedades, ou não existem pressões, certas técnicas podem perfeitamente ficar estancadas enquanto outras formas inteligentes se desenvolvem.

Não obstante, tudo tende a indicar que a linguagem, que é o instrumento do pensamento, foi um resultado derivado da fabricação de instrumentos. O que significa que se deu em um contexto isolado de outras intermediações. Quando falamos de fabricação de instrumentos como elemento desencadeante, não estamos negando que para a aquisição da linguagem foi preciso também, por exemplo, a vida social. Os primeiros instrumentos, simples quanto à técnica, bem podiam ser aprendidos por imitação, habilidade que os macacos em geral desenvolveram amplamente. Mas os instrumentos mais detalhados fabricados pelo *homo sapiens* talvez tivessem necessitado de uma bagagem de explicações teóricas, de uma tecnologia, e não apenas de um conhecimento técnico. "Como uma vez sugeriu Haldane, nossos antepassados hominídeos produtores de pontas de pedernal devem ter feito instrumentos em pedra por muito tempo antes de começarem a desenhá-los em suas mentes. Durante a maioria de nossa história evolutiva, a tecnologia, como

um corpo de conhecimento deve ter seguido um caminho retrasado da técnica como um corpo de práticas” (Ingold). Neste sentido, devem ter existido fortes pressões para o processo de falar, derivadas da necessidade de explicar.

O surgimento e desenvolvimento da linguagem articulada é, sem dúvida, o indicador mais claro da função do cérebro. Lamentavelmente, também é o de mais difícil determinação paleontológica e antropológica. Mas resulta significativo que as únicas materializações simbólicas, como as pinturas rupestres, adornos, uso de cores, sepultamento dos mortos etc., surgiram mais ou menos simultaneamente há uns 35 mil anos com o *homo sapiens* moderno, precisamente quando se generalizou a fabricação de variados e detalhados utilitários de pedra. Seria sumamente curioso que, havendo o *homo erectus* fabricado instrumentos materiais, não houvesse cristalizado também materialmente, em forma de ícones ou pinturas rupestres, sua simbologia verbal.¹⁵

V- O aspecto social da fabricação de instrumentos

Vimos a produção de instrumentos como uma atividade técnica, imaginando um trabalhador desempenhando uma atividade que, mediada por instrumentos, gera um produto útil. Mas a produção de instrumentos tem outra face, social.

Suponhamos a caça de um animal por um *homo sapiens* pertencente a uma sociedade de caçadores e coletores.¹⁶ Uma vez capturado, com técnicas de arco e flecha, o animal deve ser distribuído entre o bando. Possivelmente o reparto do animal não seja arbitrário, mas obedeça a determinadas pautas culturais, tal qual ensinam as mais diversas etnografias. Agora imaginemos a caça do mesmo animal realizada por um *homo sapiens* corretor, que vive de apostar¹⁷ na bolsa de Londres, mas que em seu tempo ocioso tem como *hobby* a excentricidade de

caçar, em suas propriedades, com um arco e flecha semelhante ao caçador anterior. Sua atividade também é exitosa, mas nesse caso o animal é, às vezes, guardado no congelador, ou é dado como comida aos cachorros, e em outras oportunidades realiza festas entre os amigos convidados para saborear a carne selvagem. Ambas as caças são semelhantes em termos técnicos: um caçador, um mesmo instrumento (arco e flecha) e um mesmo resultado (o javali). Mas resulta visivelmente diferente a distribuição do produto. Em um caso, a repartição se dá de acordo com regras, em outro, o caçador faz o que quiser. Das relações visíveis não se pode extrair mais nada. Mas, existem relações invisíveis, relações sociais, que condicionam a produção (nesse caso, a caça) e explicam a distribuição. No primeiro caso, a natureza aparece como uma extensão do corpo do bando. Dentro dos limites em que se move, a natureza pertence ao bando. É uma posse – em termos modernos – virtual, mas garante que o javali pertença ao bando em estado livre. Quando um de seus integrantes o caça, deve, forçosamente, distribuir o produto entre seus possuidores. Ao contrário, o moderno *yuppie* caça em seu território privado, de maneira que o javali lhe pertence e ele pode fazer o que desejar.

O simples exemplo mostra que qualquer processo de trabalho (a caça ou coleta também são formas de trabalho) está condicionado por uma pré-distribuição de seus meios e objetos de trabalho. Em nosso exemplo, a apropriação coletiva da natureza, por um lado, e a propriedade privada do solo, por outro. De maneira que, em qualquer momento, uma sociedade não só produz segundo o nível de desenvolvimento tecnológico que herdou das gerações passadas (e que, eventualmente, pôde melhorar), mas também segundo a forma de distribuição dos meios e objetos de trabalho.

Também nessa faceta social existe uma clara diferença entre o uso de instrumentos por animais e por seres

humanos. Nos animais, cada geração deve recomeçar do zero, já que os instrumentos ou meios de produção não são passados de geração em geração. Não existem ali nem história passada nem relações sociais.¹⁸ Então, o ponto de partida, tanto histórico como lógico, para que hajam relações de produção, é que existam coisas que perdurem no tempo, que superem a imediata necessidade. Os instrumentos foram as primeiras dessas coisas. A divisão social do trabalho, isto é, as regulações em torno do reparto dos instrumentos e dos bens herdados das gerações passadas, têm dois sustentáculos. Por um lado, e como requisito, coisas produzidas, bens materiais. Por outro, uma configuração simbólica que respalda um tipo determinado de distribuição dessa riqueza material. A fabricação de instrumentos foi o elemento dinamizador, gerando coisas como requisito para o surgimento de relações sociais.

O elemento da divisão sexual do trabalho é ilustração disso. É quase uma norma, na sociedade de caçadores e coletores, que os homens se dediquem à caça e as mulheres à coleta. A origem dessa divisão sexual do trabalho é difícil de determinar; mas também aqui a fabricação de instrumentos foi o elemento dinamizador. A transição do *australopithecus* ao *homo habilis* (ou ao *homo erectus*) significou um câmbio da dieta, de vegetariana a omnívora. Pois bem, a possibilidade de consumir carne só foi possível com instrumentos de corte que substituíram a incapacidade da mandíbula e dentadura adaptadas a uma alimentação vegetariana.

Como se estabeleceu a divisão sexual do trabalho é objeto de diversas hipóteses. Segundo vários autores (Fox, K. Gough) o passo da dieta omnívora à carnívora foi central. Nos macacos antropóides herbívoros, onde a carne é só circunstancial, o alimento é buscado individualmente, não havendo diferenças entre os sexos. Por sua parte, a alimentação carnívora obriga os machos a perseguir a presa, distanciando-se da fêmea, que por menor

tamanho físico, assim como pelo cuidado com a prole, não tem as mesmas possibilidades.¹⁹ Fox (1987, 1990) e K. Gough (1984) desenvolveram sugestivas hipóteses mostrando condicionamento entre o regresso para compartilhar o produto da caçada e o intercâmbio sexual. Os hominídeos primitivos não tinham essa experiência de divisão sexual do trabalho assimilada geneticamente, de maneira que tiveram que recorrer a soluções inteligentes para estabelecer regras simbólicas que garantiram o respeito à divisão sexual do trabalho: a exogamia e o incesto implicaram repressões individuais para favorecer a reprodução do grupo (Fox).²⁰

Existem outras hipóteses sobre o surgimento da divisão sexual do trabalho. Testart (1994), por exemplo, sustenta que as mulheres não caçam quando para tal se requer objetos perfurantes ou cortantes, e muito menos realizam atividades que impliquem em contato com sangue. A identidade do sangue com a menstruação implicaria tabus que constituiriam a base da divisão sexual do trabalho. Conclui: “A questão da divisão sexual do trabalho entre os caçadores-coletores nos põe, pois, na presença de uma estrutura simbólica muito geral, quase universal.”

Essa argumentação deve se submeter a uma concepção herdada de Levi-Strauss, segundo a qual existem pautas culturais “universais” na espécie humana, impossíveis de explicar. Assim, embora a constatação etnográfica seja muito interessante, fica sem resposta a razão pela qual se organizaram essas regras simbólicas. Que as relações simbólicas sejam o meio de confirmação de uma determinada divisão social do trabalho, é semelhante às leis de nossa sociedade na confirmação da propriedade privada. O que requer explicação é porque é necessária a divisão sexual do trabalho no primeiro exemplo, ou porque propriedade privada no segundo. O problema não se resolve argumentando a existência de “universais”, mas explicando que condições tornaram necessário o seu sur-

gimento. Posto que hoje em dia se defende a origem única do *homo sapiens* moderno numa comunidade africana de, talvez, não mais do que cerca de dez mil pessoas, é bem factível que a partir da caça como causa se desenvolveu uma série de regulações simbólicas, como aponta Testart.

Em qualquer das hipóteses, a fabricação de instrumentos possibilitou a caça e, com isso, a divisão do trabalho baseada em regulações sociais antes que biológicas. Na mesma medida em que adquiriam instrumentos para transformar o meio, nossos antepassados *homo* se transformaram a si mesmos, tanto física como socialmente.

VI- Cultura e Biologia

Poucos duvidariam de que existem características culturais diferentes das biológicas em qualquer sociedade humana. Foi uma tradição em antropologia distinguir a herança biológica da "herança" social (cultura). Entendendo por herança biológica aquelas características que se transmitem geneticamente e construindo a cultura com o resíduo de tudo o que não é genético. Durante mais de um século essa distinção permanece inquestionada. Assim, por exemplo, uma dança é um fato cultural, enquanto a posição erguida que a permite, é um produto biológico da evolução.

Se de alguma forma podem distinguir-se raças humanas, é a partir de diferenças genéticas. Enquanto que com o conceito de étnico se faz diferenças às variações culturais entre os povos. À primeira vista, a raça é produto da herança, o étnico da cultura. Claude Levi-Strauss (1953) foi o primeiro a questionar essa ordem de especificação. Argumentou que, a partir de práticas culturais, as populações tendem a se cruzar segundo certas regras, favorecendo a imposição de diferenças genéticas. Assim, as etnias criariam as raças e não o contrário. Sem ao menos

suspeitar, Levi-Strauss estava estendendo a moderna teoria construtivista ou fenogenética da biologia à antropologia. Que a etnia cria a raça, é como dizer que a prática do fenótipo em interação com seu ambiente condiciona e transforma o fenótipo e a evolução.

A teoria fenogenética na biologia, que considera o fenótipo como um organismo que interage com o meio e o reconstrói ao seu interesse, veio a questionar aquela distinção aparentemente tão nítida entre o biológico e o cultural. O canário aprende a cantar, mas ninguém ousaria sustentar que ele tem cultura. Com o frio e a seca a vegetação cresce mais lentamente, e a mesma cresce mais rapidamente quando aumenta a temperatura e a umidade. Trata-se de câmbios biológicos, embora não genéticos. Mas, se um desportista desenvolve determinados músculos, o câmbio em seu corpo é cultural ou biológico? A identificação do biológico com o genético é um resultado ideológico, dos inquestionáveis avanços da biologia molecular durante o século XX, mas a biologia não pode reduzir-se ao genético. Quando, desde uma perspectiva biológica, se analisa o fenótipo, e consequentemente o meio com o qual interage, as distâncias entre biologia e cultura, ou entre biologia e antropologia, tornam-se difusas.

Tim Ingold (1995) expôs claramente essa contradição. Tomou o caso do deslocamento bípede, que está na base do surgimento dos homínídeos como mudança biológica essencial. Até onde sabemos, argumentou, as crianças não nascem caminhando, mas aprendem a caminhar na medida em que existe um meio (superfícies relativamente planas, força gravitacional, adultos ensinando etc.) que lhes permite fazê-lo. Conclui Ingold: "Estritamente falando, então, o bipedismo não pode ser atribuído ao organismo humano, a menos que o contexto meio-ambiental entre na especificação do que esse organismo é. (...) "Mais ainda, estas habilidades estão literalmente incorporadas ao organismo, no sentido de que seu desen-

volvimento implica modificações específicas em neurologia, musculatura e, ainda, em características básicas da anatomia (...) esta conclusão está confirmada pela mais recente investigação neurológica, que mostra, tal como reportam Kandel e Hawking, que 'nossos cérebros estão constantemente cambiando anatomicamente' inclusive quando aprendemos".

O mesmo argumento pode estender-se à linguagem. A capacidade de falar é um resultado biológico da evolução, enquanto ler e escrever seria um produto da cultura. Não obstante, ambas as coisas não podem ser separadas. Passa-se aqui o mesmo que com o caminhar. As crianças não nascem nem caminhando nem falando, mas desenvolvem essa capacidade na medida em que crescem em um meio adequado. Mas, ao fazê-lo, desenvolvem modificações, adaptam seu organismo a tais efeitos. A conclusão de Ingold é óbvia: "Segue-se que as diferenças culturais – na medida em que surgem dentro do processo de desenvolvimento do organismo humano e seu meio ambiente – são elas mesmas biológicas".

A crítica de Ingold é uma extensão da teoria fenogenética da biologia à antropologia. Os fenogeneticistas criticam a corrente neodarwinista por desconhecer o papel do fenótipo na evolução. Sustentam que o organismo adapta o meio às suas necessidades e, ao fazê-lo, transforma-se a si mesmo. A atividade de desenvolvimento do organismo o modifica biologicamente. Estendendo esse raciocínio à sociedade humana, resulta que todo o aprendido, ou seja, o que geralmente se denomina cultural, é parte integrante do próprio organismo biológico. Não há prática cultural alguma que não tenha repercussões físicas no próprio organismo. Por isso, para Ingold, "Tão pronto introduzimos o conceito ambiental do desenvolvimento em nossa especificação do que um organismo é, segue-se que o ser humano no ambiente A não pode ser o mesmo tipo de organismo que o de um ser humano no ambiente B. Portanto, o homem de *Cro-Magnon* era uma

criatura diferente do caminhante, ciclista urbano ou condutor de automóveis de hoje em dia. Não era 'como nós' nem mesmo biologicamente. Pode ser parecido geneticamente, mas isso é outra questão."

Embora coerente, o raciocínio de Ingold passa ao largo de um elemento central: as coisas produzidas. Para caminhar, basta o contexto, para falar também, mas para andar de bicicleta ou para ler ou escrever fazem falta bicicletas, livros, folhas de papel, lápis ou computadores. A possibilidade de aprender a caminhar não transcende o tempo, não se cristaliza em um objeto independente do corpo. O aprender a falar não está objetivado em coisas separadas do corpo. Mas, a bicicleta, o computador, ou o livro, sim. Essa é uma diferença radical. Quando a aprendizagem se realiza através de utilitários, quaisquer que forem, esses podem ser monopolizados e seu acesso restringido.

A distinção nos retorna às relações sociais. O requisito para que existam relações sociais é que existam coisas que se "herdam" de uma geração a outra. A fabricação de instrumentos tornou possível o primeiro passo nesse sentido. Mas, tão logo o trabalho humano se objetiva em coisas que perduram, essas se tornam factíveis de monopólio, e surgem regulações que estabelecem uma divisão social do trabalho a partir do controle ou posição dessas coisas. A divisão sexual do trabalho, que tem suas bases biológicas, passa a ser governada pelas relações de produção, uma vez que existem instrumentos que podem transferir-se de umas pessoas às outras, de geração em geração. O que começa como uma partilha do trabalho a partir de diferenças biológicas, termina em um repartido do trabalho a partir de regulações sociais estabelecidas pela pré-distribuição dos instrumentos.

Em sua aparência, a fabricação de instrumentos é um processo técnico. Em sua essência, depende de relações sociais baseadas em uma determinada forma de partilha dos meios de produção herdada das gerações passadas. O

conceito de produção engloba tanto a aparência como a essência, tanto a criação de novos produtos como sua distribuição. A produção nunca é um fato individual ou separado no tempo. É um processo que se cria na base de uma distribuição preestabelecida (passada) de meios de produção, com meios e instrumentos do presente e para uma distribuição e consumo no futuro. Todo processo de produção tem, por sua vez, uma base material que reflete o nível técnico alcançado e o tipo de distribuição dos meios de produção, e uma trama simbólica de regras que reconhecem essa distribuição.

Com a fabricação de instrumentos, o *homo* deu um passo revolucionário no comportamento para com seu meio. Por um lado, porque começou a potencializar sua capacidade biológica para adaptar o meio ambiente às suas necessidades. Isso se constituiu em um processo sem fim. O *homo sapiens* se expandiu para todo o globo terrestre ainda sob uma técnica paleolítica – se excetuamos os pólos. E, desde esse começo, teve efeitos devastadores para certas espécies.²¹ Mas, por outro lado, a produção supôs uma revolução no interior da própria espécie humana. Converteu a contradição entre congêneres de biológica em social. A luta pela sobrevivência deixou de ter como resultado a sobrevivência do mais apto, como acontece com os outros seres vivos. Os sobreviventes passaram a ser os que conseguiam a posse dos melhores meios de produção. As relações de produção dominaram as relações biológicas de reprodução no que se refere à evolução humana. Com isso, o comportamento humano para com seu ambiente passou a depender do tipo de relações sociais de produção.

Não é o momento de explicar como as diferentes relações de produção implicam leis específicas de uso do meio ambiente. Basta recordar o exemplo da seção anterior, onde se comparava o caçador da sociedade de caça com o desportista *yuppie*. No primeiro caso, a natureza é o armazém da comunidade como um todo, de maneira

que as decisões sobre o modo de sua utilização, assim como os resultados do trabalho, são decisões coletivas. No segundo caso, a propriedade privada permite a decisão individual sobre o uso dessa parcela da natureza. A contradição entre o interesse individual e o interesse da comunidade é tão somente uma das diferenças que impulsiona a comportamentos diferentes com respeito ao meio ambiente, e que deu lugar à polêmica sobre a “tragédia dos bens coletivos”.²²

VII- Conclusões

A moderna tecnologia, ou a ideologia produtivista que a expressa, são comumente identificados como a causa humana da atual crise ambiental. Entretanto, trata-se das manifestações mais aparentes de uma essência não tão visível, as relações sociais.

Nas páginas anteriores, revisamos criticamente a origem do gênero *homo* e sua evolução. Através dela mostramos que o ser humano aprofunda algumas tendências presentes nas outras espécies, como a liberação do meio. O salto qualitativo que representou a posição ereta, e a conseqüente liberação das mãos, foi o elemento desencadeante de todas as transformações posteriores nos homínidos e no gênero *homo*.

O eixo ou atrativo em torno do qual se organizou toda a vida humana foi a produção da vida material, que teve sua raiz na fabricação de instrumentos. A fabricação de instrumentos permitiu um relacionamento novo com o meio ambiente. Primeiro, desenvolvendo, com sua prática mesma, um conceito do tempo que distingue a ação (presente), dos objetos (passados) com os quais se realiza e do propósito (futuro). Segundo, o fato mesmo de produzir instrumentos sem a pressão da necessidade imediata permitiu a produção de objetos para satisfazer a necessidades não imediatas e, com isso, a criação de inúmeras necessidades espirituais. Terceiro, logrando que o

produto do trabalho, junto à natureza mesma que se emprega na ação, apareça como elementos objetivos, passíveis de serem reordenados e contrastados com o desenho mental. Essa dialética objeto/sujeito permitiria o desenvolvimento tecnológico, assim como a reflexão sobre os limites de seu controle. Por certo, esse relacionamento novo com o meio ambiente implicará, por si mesmo, uma série de conseqüências (transformação de ritmo crescente, amplitude de utilização de materiais, separação de elementos, efeitos imprevistos etc.), resultados que constituem a base objetiva dos que creditam à tecnologia a causa da atual crise ambiental. Não obstante, uma transformação derivada dessas relações técnicas, o câmbio no relacionamento entre congêneres, passou a condicionar as próprias relações técnicas.

Se o relacionamento com o meio ambiente pode ser desagregado em relações com o meio abiótico, com o resto dos seres vivos e congêneres a forma pela qual os seres humanos abarcam esses dois tipos de relacionamento são as relações técnicas. Mas, enquanto no resto dos seres vivos as relações entre congêneres se resolvem basicamente pela via biológica da seleção natural, no ser humano elas aparecem mediadas pelas relações sociais de produção.

Toda atividade humana, qualquer que seja, se realiza sobre a base de mediações com utilitários pré-fabricados, que constituem a base material da sociedade humana. Na medida de seu consumo, esses produtos são reproduzidos por meio de instrumentos e objetos de trabalho. Por isso, a distribuição dos meios de produção são a base e a condição para a reprodução de toda a sociedade. As relações sociais de produção estabelecem, em cada momento histórico, combinações na propriedade/acesso/uso desses meios e, ao fazê-lo, condicionam as próprias relações técnicas, ou seja, a forma de relacionamento com a natureza. Daí se conclui que a principal revolução que ocorreu com o surgimento do gênero *homo* foi, não tanto o

fato técnico de haver acedido a uma transformação formal da natureza mais profunda e ampla, mas o fato social do ser humano haver transformado a si mesmo, gerando relações entre congêneres que condicionam todo comportamento posterior com o meio ambiente.

1- *Las bases del comportamiento humano com su ambiente*. Tradução do original espanhol: Néilton Azevedo, coordenador do Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Energético para a América Latina, IRN/IAEA, e membro da editoria da revista *Práxis*. (NE) Algumas idéias deste texto foram expostas em outro artigo, escrito em colaboração com Javier Taks, em 1995.(NA)

2- Sem vida, reino mineral. (NT)

3- "*liberación del entorno*", no original espanhol. (NT)

4- Desde a semiótica existem os que sustentam que também é uma tendência da vida a evolução dos signos ou sinais para regras de sinais cada vez mais evoluídas. Segundo essa concepção, todos os seres animados são bombardeados por sinais provenientes de seu meio e os reproduzem como sinais exteriores. Esse processo de sinalização se denomina semiose. Assim, o processo de formação de células eucariotas, segundo a conhecida hipótese de Lynn Margulis (1990), encerraria um processo semiótico (Sebeok).

5- Em 1967, os bioquímicos Allan Wilson e Vincent Sarich, da Universidade de Berkeley, Califórnia, sugeriram, com base no relógio molecular, uma antigüidade de cinco milhões de anos para a separação humana/símios. O relógio molecular mede a distância temporal que leva às diferenças genéticas atuais; neste caso, entre chimpanzés e gorilas com respeito ao ser humano.

6- A posterior evolução é objeto dos mais acalorados debates. Existem várias hipóteses sobre a evolução dos hominídeos. Desde a que propõe que os *australopithecus* não evoluíram até ao gênero *Homo*, mas que foram espécies truncadas, até às que propõem uma sucessão bastante linear entre uma ou duas variantes de *australopithecus*, até chegar ao *homo sapiens*. Também existe divergência quanto à origem do *homo erectus*. Alguns sustentam uma origem única africana, enquanto outros propõem a evolução múltipla.

7- Um dos precursores dessa teoria, durante o século XIX foi Engels. Seu artigo *O Papel do trabalho no processo de transformação do macaco em homem*, escrito em 1874, tem, salvo as distâncias informativas, total atualidade. Vejamos, por exemplo como ele destaca o papel da posição erguida: "Estes macacos, em princípio, obrigados provavelmente por seu gênero de vida, que ao trepar, davam às mãos funções distintas que aos pés, foram perdendo, ao descer ao solo, o costume de se servirem das extremidades superiores ao andar, marchando em posição cada vez mais ereta. Havia sido dado, com isso, o passo decisivo para a transformação do macaco em homem."

8- Os descobrimentos de fósseis de *homo erectus* durante a década de noventa retraiu as datas da origem dessa espécie, até torná-la quase contemporânea do *homo habilis*.

9- Os câmbios climáticos afetaram toda a fauna. Para a mesma região onde habitavam os *australopithecus*, escreve Richard Leakey: "Entre os antílopes africanos, cujo registro fóssil é dos melhores no que se refere aos vertebrados terrestres, pode-se observar claramente essa onda de extinção e geração de novas espécies há 2,6 milhões de anos. De repente, desapareceu toda uma gama de espécies existentes e apareceram outras novas (...) Suponho que o mesmo ocorreu com os hominídeos, com a evolução dos

australopithecus robustus e do *Homo*."

10- Veja-se uma vez mais a atualidade do texto de Engels, escrito em 1874: "Até que a mão do homem conseguiu talhar em forma de faca a primeira pedra teve que se passar uma imensidão de tempo, junto ao qual se torna insignificante o tempo que historicamente nos é conhecido. Mas o passo decisivo já se havia dado: havia-se liberado a mão, ficando em condições de ir adquirindo novas e novas aptidões, e a maior flexibilidade conseguida desse modo foi sendo transmitida e aumentada de geração em geração."

11- Talvez tenha existido uma linguagem gestual anterior à articulada. Para uma ampla resenha das diferentes hipóteses sobre a relação entre linguagem e fabrico de instrumentos, ver Tim Ingold, *O uso de ferramentas, sua fabricação e a evolução da linguagem*.

12- "A produção de instrumentos no nível humano implica um ato desenvolvido no presente que não pode dissociar-se de um propósito de uso do objeto em um tempo futuro (...) A produção de instrumentos é psicologicamente muito mais complicada que o uso de instrumentos (...) o homem não só faz o instrumento, independentemente de qualquer conhecimento tecnológico incorporado, ele lhe dá forma e, para isso, deve ter uma imagem na cabeça que necessita de representações intrínsecas" (HALLOWELL, A. I.. "The structural and functional dimensions of human existence". In: *Quarterly Review of Biology*, nº 31, 1956, pp. 98-99). Apud Ingold).

13- Leakey menciona investigações sobre sinais vocais entre os macacos verdes do Quênia, que mostram comportamentos às vezes flexíveis. Gell-Mann faz menção aos pássaros líderes, que enganam o bando para obter vantagens individuais.

14- Ligado ao aumento do volume do cérebro está o seu crescimento em termos de complexidade. As circunvalações próprias do neocórtex, que dão lugar à fala, e particularmente os lóbulos frontais, acento das faculdades que concebem o futuro, vão crescendo sucessivamente de espécie em espécie.

15- A anatomia comparada da laringe dos símios e dos seres humanos mostra nos primeiros sua posição na parte superior da garganta, limitando a gama de sons, enquanto nos humanos sua localização na parte mais baixa amplia a gama de sons. Aparentemente, os *australopithecus* tinham uma localização alta da garganta, semelhante aos símios, e o *homo erectus* uma posição intermediária entre *australopithecus* e *sapiens*.

16- Idéia do exemplo tomada de Tim Ingold (1986).

17- "Jugar", no original espanhol (NT).

18- Muitos biólogos utilizam o termo social para se referir a determinadas espécies ou comportamentos. Aqui, por social nos referimos exclusivamente a comportamentos humanos.

19- Com o surgimento da postura ereta, a fêmea sofre transformações nos quadris que induzem o nascimento de uma cria mais frágil do que a dos primatas.

20- "Sobre isso versa a sociedade humana; a regra do incesto não passa de uma regra entre muitas, mas a verdade é que o processo que nos levou a esse ponto de inibição espontânea do eu em favor da conduta social regeida por regras e que nos permitiu fazer regras contra o incesto, foi o processo pelo qual nos impusemos sobre essas milhares de gerações para inibir e controlar os impulsos 'incestuosos' da horda primitiva: o processo equilibrador em si." (Fox). Ressalte-se que também Marx e depois Freud sustentaram que o ser humano precisou reprimir seus instintos animais (A. Schmidt).

21- Existem interessantes hipóteses sobre o modo pelo qual os caçadores paleolíticos exterminaram os grandes mamíferos da América e da Austrália (Crosby).

22- *The tragedy of commons*, artigo de G. Hardin, 1968.

Poesia:

CASTRO ALVES 150 ANOS

No dia 14 de março de 1847, nascia, na fazenda Cabaceiras, perto da então Curralinho, Bahia, Antônio Frederico de Castro Alves. A lembrança da passagem dos 150 anos desse acontecimento, além de significar uma homenagem ao maior poeta romântico brasileiro, sublinha a importância e a atualidade de sua obra, na qual pulsa uma inspiração democrática e social, profundamente comprometida com a luta anti-escravagista e pelas liberdades públicas, ao seu tempo revolucionária. Hoje, quando muitos intelectuais, embevecidos pelo falso brilho da chamada "globalização" e pela religião neoliberal do mercado, vendam os olhos, obliteram a consciência e cruzam os braços diante da tragédia do mundo do trabalho e dos povos, estes versos lhes relembram de que há deveres e de que o servilismo também tem um preço:

Saudação a Palmares

Nos altos cerros erguido
Ninho d'águias atrevido,
Salve! – País do bandido!
Salve! – Pátria do jaguar!
Verde serra onde os palmares
– Como indianos cocares –
No azul dos colúmbios ares
Desfraldam-se em mole arfar!...

Salve! Região dos valentes
Onde os ecos estridentes
Mandam aos plainos trementes
Os gritos do caçador!
E ao longe os latidos soam...
E as trompas da caça atroam...
E os corvos negros revoam
Sobre o campo abrasador!...

Palmares! a ti meu grito!
A ti, barca de granito,
Que no soçobro infinito
abriste a vela ao trovão.
E provocaste a rajada,
Sôlta a flâmula agitada
Aos uivos da marujada
Nas ondas da escravidão!

De bravos soberbo estádio,
Das liberdades paládio,
Pegaste o punho do gládio,
E olhaste rindo p'ra o val:

“Descei de cada horizonte...
Senhores! Eis-me de frente!”
E riste ... O riso de um monte!
E a ironia ... de um chacal!...

Cantem Eunucos devassos
Dos reis os marmóreos paços;
E beijem os férreos laços,
Que não ousam sacudir...
Eu canto a beleza tua,
Caçadora seminua!...
Em cuja pema flutua
Ruiva pele de um tapir.

Crioula! O teu seio escuro
Nunca deste ao beijo impuro!
Luzidio, firme, duro,
Guardaste p'ra um nobre amor.
Negra Diana selvagem,
Que escutas sob a ramagem
As vozes – que traz a aragem
Do teu rijo caçador!...

Salve, Amazona guerreira!
Que nas rochas da clareira,
– aos urros da cachoeira –
Sabes bater e lutar...
Salve! – nos cerros erguido –
Ninho, onde em sono atrevido,
Dorme o condor ... e o bandido!
A liberdade ... e o jaguar!

Fazenda de Santa Isabel, agosto de 1870

In: ALVES, Castro. *Obra Completa*. RJ, Cia. José Aguilar Ed., 1966, pp. 258-260

Resenhas:

- MARQUES, Xavier. *Vida de Castro Alves*. RJ, Topbooks (Patrocínio da Univ. Católica de Salvador e da Academia de Letras da Ba), 1997. Pp.: 177.

Mário Maestri*

Em 6 de julho de 1871, em Salvador, cercado por familiares e amigos, falecia Antônio de Castro Alves. Na época, apesar dos seus 24 anos e de apenas um livro publicado, era já uma unanimidade nacional. Em 1868, em breve viagem à Corte, fora acolhido, de braços abertos, por José de Alencar e Machado de Assis, os grandes censores do gosto literário do Império.

O renome de Castro Alves se fortaleceria nos anos subsequentes. Em 1881, o decenário da morte do “Poeta dos Escravos”, quando a campanha abolicionista enfuriava, garantiu-lhe a consagração. Em 1821, o cinqüentenário de seu falecimento foi festejado, condignamente, com suas *Obras completas*, organizadas por Afrânio Peixoto. Nesses anos, diversos autores já haviam se debuçado sobre a vida e a obra do poeta.

Porém, logo, ainda que o poeta continuasse cativando o gosto dos leitores nacionais, um corrosivo revisionismo literário tendeu a retirar radicalidade à poesia abolicionista do poeta, apresentada como um olhar branco e formalista sobre a tragédia servil. Em 1934, Arthur Ramos afirmava, em *O negro brasileiro: etnografia, religião e psicanálise*, que a poesia de Castro Alves pertenceria a um ciclo literário “negróide”.

Os “poemas de piedade ‘branca’” do poeta baiano corresponderiam “à imensa choradeira indianista” e fariam parte de uma espécie de “romantismo de mistificação” que escondia “as verdadei-

ras faces do problema sob as capas de um sentimentalismo doentio, sado-masquista, onde a piedade exaltada era (...) o outro pólo de um sadismo negricida, sem precedentes”.

Outros autores, com mais retenção, trilhariam a mesma senda revisionista. O inglês David Brookschaw, em seu instigante livro *Raça & cor na literatura brasileira* (POA, Mercado Aberto, 83), afirma que o poeta “não estava imune ao preconceito contra os negros” e que tratara da questão servil “a partir do ponto de vista da classe a que pertencia: com uma mistura de idealismo ou medo”.

Em 1988, Zilá Bernd, em um livro de valor, *Introdução à literatura negra* (SP, Brasiliense) relativizou a contribuição do poeta, apresentando-a como um “discurso sobre o negro”, realizado “quase que por força do momento histórico em que” vivera. A autora de importantes trabalhos sobre o tema lembrava que *Os escravos* começara a ser redigido em 1865, “pleno período da campanha abolicionista”, quando “já havia sido promulgado o fim do tráfico em 1850”.

Castro Alves teria mantido “sua crítica nos limites aceitáveis pela classe dominante, àquela altura já em grande parte também interessada em ver abolida a escravatura”. Uma historiografia literária interessada em “consagrar um poeta que, embora reformista e crítico, não chegou a subverter, a revolucionar as estruturas do sistema” teria contribuído para o sucesso de Castro Alves.

Nos últimos anos, o movimento negro organizado assumiu um comportamento similar. Ao apoiar a justificada denúncia às condições de vida da população negra, após 1888, em uma injustificada desqualificação da revolução abolicionista, realizou uma sumária desvalorização dos abolicionistas. Portanto,

pouco haveria para celebrar, sobre a ação anti-escravista de Castro Alves.

Na desqualificação histórica do "Poeta dos escravos" certamente contribuíram os atributos que fortaleceram sua consagração inicial. Ele fora aplaudido e consagrado pela sociedade de sua época. Era branco, filho de senhores de escravos, conquistador, vaidoso e elegante. Portanto, um personagem que não combina com a miséria vivida pela população que cantou.

Nesse contexto geral, compreende-se a pouca repercussão da celebração do sesquicentário do nascimento do baiano ilustre, neste 1997. Sobre tudo se considerando que o aniversário concorre com a celebração da morte de um outro baiano honorário célebre — o conselheiro Antônio Vicente Mendes Maciel.

Sob o patrocínio da Univ. Católica de Salvador e da Academia de Letras da Bahia, a Ed. Topbooks, do RJ, acaba de lançar a reedição da *Vida de Castro Alves*, de Xavier Marques, apontada como a "mais equilibrada e bem escrita das biografias clássicas" do poeta. O livro fora publicado em 1911, e rerepresentado, em edição corrigida e aumentada, pelo Anuário do Brasil, em 1924.

Em mais de um momento, a *Vida de Castro Alves* é livro claramente datado. Ao leitor desavisado, surpreenderá a tentativa inicial de Xavier Marques de estabelecer a origem da "genialidade" do poeta a partir da "lei biológica" da transmissão da "herança (...) materna". O preciosismo da linguagem do biógrafo é outro depoimento sobre as idéias e os gostos da República Velha.

São claras as razões da perenidade de a *Vida de Castro Alves*. Nela, o autor se dedica a um equilibrado trabalho de explicação e contextualização da vida e da obra do biografado, onde são constantes as preocupações metodológicas.

O livro foi escrito em uma época em que boa parte dos familiares e dos contemporâneos do poeta ainda se encontrava viva. Entretanto, Xavier Marques

não se furtou a dedicar, com contenção e tato, um capítulo à animada "Vida Amorosa" do poeta, onde estabelece a relação de seus amores com sua poesia.

Talvez o grande merecimento da biografia seja a clarividência com que aborda, em capítulo especial, a importância da poesia abolicionista. O livro registra a convivência de Castro Alves com os cativos, na fazenda paterna, e sua precoce — e ingênua — preocupação com a questão servil, ao escrever, aos 16 anos, a *Canção do africano*.

Em 1911, Xavier Marques ressaltava, com ênfase, um fenômeno histórico essencial que escapa ainda hoje a muitos cientistas sociais. Em 1865, quando "da primeira e mais violenta erupção" das idéias "libertadoras" de Castro Alves, o movimento abolicionista não existia. O biógrafo assinala que, então, sobre a sorte dos cativos, dominava "um estado de conformidade, de inércia dos espíritos, de tolerância e apatia" em "todas as camadas sociais e em todos os centros da vida nacional". Esse sentimento registrava o vigor da produção escravista e o consenso social sobre ela.

Na época — lembra com sensibilidade de Xavier Marques — "abolição" "era palavra execranda, incendiária, sacrílega, que ninguém se animava a proferir em voz alta: não tinha curso no vocabulário do jornalismo", tolerando-se, quanto muito, o "termo emancipação". O emancipacionismo — a extinção lenta, gradual e segura da ordem maldita —, em 1865 e ainda em 1885, foi a estratégia com que os senhores se opuseram, com unhas e dentes, ao fim do cativeiro.

Xavier Marques lembra que Castro Alves esteve, sempre, passos à frente de sua sociedade. Com pertinência, o biógrafo insinua que uma das fontes da indignação do poeta com a escravidão era a consciência da incompletude da nacionalidade brasileira, enquanto um só dos seus membros fosse dela marginalizado. Idéia revolucionária, ainda hoje.

Apesar da clarividência sobre a ação abolicionista do poeta, Xavier Marques incorre em um pequeno lapso — talvez origem de incorreções analíticas posteriores —, ao afirmar que, em 1868, quando Castro Alves escrevia o *Navio Negreiro* e *Vozes d'África*, "já o tráfico de escravos se achava virtualmente extinto". O brasilianista Robert Conrad, em *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil* (SP, Brasiliense, 1985), assinala o caráter talvez mais impiedoso — e igualmente imprescindível à escravidão — do tráfico interprovincial de cativos, que se substituiu ao comércio transatlântico e se manteve até quase o fim do cativeiro, em 1888.

A obra de Castro Alves espera ainda análise sociológica mais profunda. Apenas a partir de 1960, atos como a fuga, o quilombo, o justicamento dos senhores etc. não foram mais vistos como acontecimentos policiais e passaram a ser analisados como formas de resistência social ao escravismo.

Já em 1865, Castro Alves interpretava esses atos servis — tidos pela sociedade da época como explosões de barbarismo — como reafirmação plena de humanidade. Efetivamente, o poeta glorificou em versos o *Bandido negro* e apenas sua morte lhe impediu de escrever um poema histórico-dramático sobre *A república de Palmares*, a quem dedicou, em 1870, o poema *Saudação a Palmares*, onde canta a mulher quilombola e recrimina a pusilanidade dos intelectuais subservientes ao poder:

"Cantem Eunucos devassos
Dos reis os marmóreos paços;
E beijem os férreos laços,
Que não ousam sacudir ...
Eu canto a beleza tua,
Caçadora seminal!
Em cuja perna flutua
Ruiva a pele de um tapir."

* Historiador, professor da UCS e da UPF, membro do coletivo de sócios da Práxis.

- CASTAÑEDA, Jorge G.. *Che Guevara, a vida em vermelho*. SP, Cia das Letras, 1997. Pp.: 517. Trad.: B. Joffily.

- ANDERSON, J. L.. *Che Guevara, uma biografia*. RJ, Ed. Objetiva, 1997. Pp.: 920. Tradução: M. H. C. Côrtes.

Néliton Azevedo*

"O herói de minha história (...) é a verdade", dizia Lev Tolstói. Ao término da leitura do livro *A Utopia Desarmada*, de Jorge Castañeda, uma pergunta se impõe: é possível ao seu autor tornar-se ainda mais conservador e mesmo assim se dizer representante da esquerda? A leitura do livro *Che Guevara, a vida em vermelho* nos dá a resposta: sim. Para muitos de nós que temos acompanhado a evolução do pensamento do aluno de Princeton, é interessante notar como suas idéias liberais tensionam o seu pensamento e o afastam da social-democracia, seu ponto de origem.

No capítulo 1, referindo-se à captura e assassinato do Che, temos a frase: "O Che aniquilado, (...) irreconhecível por seus amigos e adversários jamais teria despertado a simpatia e a admiração que a vítima de Vallegrande despertou", castañérica frase. O cadáver do Che foi preparado para ser fotografado e apresentado ao mundo como presa vencida, banhado, penteado e barbeado. Para o autor, se não o tivesse sido não teríamos o que admirar; admiramos imagens, religiosas imagens. Che, um homem que viveu e lutou toda a sua vida para que outros homens não vivessem de joelhos, é comparado ao Cristo. O autor nos dá duas únicas imagens possíveis, uma, "sombria e destrocada", outra, a 'do Cristo', prevalecente. Che é identificado com sua época, os anos sessenta, turbulenta, "repleta de cólera e doçura"; para o autor, ambos estão encerrados. Perguntas: não há Che na Guerra do Vietnã, em Giap? na Unidad

Popular chilena? no MPLA? na Nicarágua sandinista? em El Salvador? no Congo? na Coreia do Sul? O autor diz que não, só há Che nas camisas *t'shirt*.

Na concepção de Castañeda, Che, idealista e aventureiro, "partiu sempre de um critério: bastava desejar alguma coisa para que ela acontecesse". É apontado como "símbolo de rebeldia e liberdade", a rebeldia conveniente e a liberdade tolerada, como Woodstock, cabelos compridos, calças *jeans*, *marijuana* e "*make love, don't war*". Castañeda repete a afirmação de que o Che era um aventureiro romântico e belicista que morre teimando em reiterar suas idéias sobre os caminhos da revolução. Não considera que a larga experiência revolucionária e militar e o conhecimento sobre a realidade latino-americana em geral e boliviana em particular estavam presentes no Comandante Guevara em 1967. O êxito de uma teoria, sua hegemonia num determinado período, não é condição suficiente para atestar sua correção, ou seríamos todos neoliberais. O fracasso da construção revolucionária, armada ou não, neste ou naquele país, em qualquer número deles, não é condição suficiente para negar uma teoria revolucionária, ou não haveriam mais marxistas. Che analisou e ampliou os estudos sobre o aparecimento e maturação de condições revolucionárias durante épocas de crise, o foco guerrilheiro como fermentador dessas condições, o uso da guerra de guerrilhas como instrumento de emancipação dos povos latino-americanos, asiáticos e africanos. Fiel às idéias, colocou-as em prática.

Os objetivos de Castañeda ultrapassam a exposição de seu biografado: ele afirma, e procura evidências que o comprovem, que o Comandante Guevara já estava encurralado muito antes de Quebrada del Churo (muitos se enganam em chamar Yuro). Isolado politicamente por suas divergências com Fidel Castro e outros dirigentes dentro de Cuba, não lhe restaria alternativa a não ser emi-

grar com destino ao Congo, com o objetivo de ajudar a revolução latino-americana, primeiro na Argentina, onde pretendia se reunir ao grupo de Masetti, depois na Bolívia. Castañeda afirma que lhe são sonegados metódica e premeditadamente meios e condições para realizar seus projetos. Isolado, teria sido abandonado à própria sorte. Castañeda aponta os culpados — Fidel e a URSS. Tese antiga e renovada. Ricardo Rojo, em *Mi Amigo Che*, editado em 67, fala das divergências com Fidel; hoje, de Paris, o comandante Benigno, um dos sobreviventes da guerrilha boliviana, confirma Castañeda. Divergências para R. Rojo, intolerâncias para Castañeda.

O livro tem o grande mérito de ser o que Nelson Werneck Sodré chama de livro-fonte, que se destaca na proporção da importância dos fatos narrados, esse traço, apesar de e contra a intenção do autor, só faz valorizar a obra. Trabalho integrado de jornalista, historiador (ao buscar as fontes) e romancista (ao interpretar-las), Castañeda reuniu nesse livro tudo o que encontrou para traçar o seu perfil do Che. Arquivos oficiais, de Estado, entrevistas e outras obras foram varridos para compor a biografia do Comandante Guevara. Como o personagem-título é parte destacada integrante de toda a história da segunda metade do século, a narrativa é fascinante, quase sempre pelo interesse surgido dos próprios fatos e seus agentes e não das idéias de quem procurou reuni-los e interpretá-los. Castañeda nos fornece as fontes que utilizou, inúmeras, heterogêneas e dispersas — méritos do jornalista e historiador —; a fartura das fontes e a natureza dos acontecimentos conferem ao livro sua importância, cujo valor não está nos critérios e julgamentos de seu autor. Diante do material informativo, de sua abrangência e importância, o autor-intérprete se obscurece — limitações do romancista —, o real supera o imaginário. Muitas vezes, quando narramos

um fato narramos não somente aquilo que foi, mas aquilo que gostaríamos que tivesse sido, preparando o caminho para aquilo que gostaríamos que fosse, e assim damos a pista para encontrar os fundamentos ideológicos que, consciente ou inconscientemente, nos guiam.

O livro persegue uma utopia, desarmada pela vida e remuniada pelo autor, a de que pode manter-se permanente o que é transitório. "¿Por qué será que el Che tiene esta peligrosa costumbre de seguir nasciendo? Cuanto más lo insultan, lo manipulan, lo traicionan, más nace. El es el más nacedor de todos", diz Eduardo Galeano.

O livro de Jon Anderson mantém menor distância entre a interpretação e o fato. Anderson não se diz socialista, nem mesmo de esquerda: qualifica-se por "longe de qualquer ideologia".

Ao contrário de Castañeda, que afirma não ter tido acesso às "fontes cubanas", Anderson, para colher *in loco* os dados necessários às suas pesquisas, se muda para Havana com família e bagagens, onde permanece por quase três anos. Lá conta com a inestimável ajuda de Aleida March, viúva do Che, que lhe abre os diários do marido além das próprias reminiscências. Faz pesquisas em órgãos públicos cubanos e inúmeras entrevistas. Realiza trabalhos de coleta de dados e informações também na Argentina, Bolívia, Paraguai, México, Inglaterra, Rússia e USA. Ancorado em farta documentação e pesquisa, a biografia de Che faz desfilar por nossos olhos a vida de seu biografado, apaixonada e vibrante. Mostra o homem por trás dos bigodes, como diria Drummond. Todas as fases de viragem da vida do Che são expostas à interpretação do leitor: o jovem na Argentina, o amadurecimento permitido pelas andanças pela América Latina, a constatação da necessidade de superar o espontâneo na Guatemala, os preparativos no México, a revolução cubana, o Comandante-Ministro, a opção pela revolução latino-americana via

guerrilha, o fim trágico na Bolívia. Anderson descreve os momentos cruciais na última fase da vida de Che, o dilema do revolucionário e guerrilheiro entre a vida de construção do socialismo em Cuba ou a revolução latino-americana.

Trás de volta a polêmica sobre a difícil, e às vezes subjetiva, escolha entre o "caminho de Allende" e o "caminho de Che" ou entre o "caminho de Moscou" e o "caminho de Pequim". Muitos seguiram pelo caminho escolhido, na África, Ásia, América Latina. O *slogan* criar "um, dois, três, muitos vietnams" correu o mundo. A constatação se impôs em seguida: a opção pela luta armada nos processos revolucionários é uma opção histórica, classista, não pessoal, derivada da correlação das forças que tendem a manter ou assumir o poder. Conhecer a vida do Comandante Guevara nos aproxima da compreensão sobre os caminhos da história e suas leis.

Detalhista, o autor evita ao mesmo tempo o superficial e o circunstancial. Perseguindo a impossível isenção, a sensibilidade e o sentido de equidistância de Anderson abrem caminho para a conquista, percebe que o biografado apaixonou o autor. Conhecer sua personalidade, sua história, entender a evolução de suas idéias, faz parte da necessidade de conhecimento sobre as três Américas, a de cima e as de baixo, e o papel que lhes cabe na transformação-manutenção do mundo em que vivemos. Ajuda-nos a perceber os elos entre o particular, pessoal, e o geral, histórico.

Em *Che Guevara, uma biografia* há o retrato sem retoques de um homem, sem toques demarcatórios, apologeticos ou demonográficos. "Seria lo más justo, desde hoy nuestro deber es defender de ser Dios", diz o poeta Vicente Feliú.

Ambos os autores estiveram no Brasil para o lançamento das versões portuguesas de seus livros. Os motivos que levaram a mídia a dar ampla cobertura a Castañeda, incluindo apresentações nos mais assistidos programas de

entrevistas na TV, são os mesmos que a fizeram silenciar-se sobre Anderson.

* Coord. do Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Energético para a América Latina, IRN/IAEA, membro da Editoria da *Práxis*.

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. SP, Cia das Letras, 1993. Pp.: 362.

- CATANNI, Antonio David. *Trabalho e Autonomia*, Petrópolis, Vozes, 1996. Pp.: 198.

- JAMENSON, Fredric. *Pós-Modernismo – A lógica cultural do Capitalismo Tardio*. SP, Editora Ática, 1994. Pp.: 412.

Agnaldo dos Santos*

Discorrer sobre o *contemporâneo*, o *atual*, apresenta-se sempre como um grande desafio, posto que as transformações são por demais rápidas para definições acabadas (se é que isso alguma vez foi possível) e porque, apesar da resistência a abandonar paradigmas que até então “explicavam” alguma coisa, temos que reconhecer que tudo que é sólido se desmancha no ar. Essa famosa frase do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, reconhecida como uma das melhores definições da sociedade burguesa moderna em contraposição ao regime estamental da Idade Média, bem que poderia ser usada ainda hoje, se considerarmos a velocidade das inovações tecnológicas e culturais, mas o contexto em que tal frase foi lapidada é inegavelmente diverso do nosso, e aí é que se encontra o dilema: o que há de novo e o que ainda se mantém quando comparamos a atualidade com a gênese da sociedade moderna?

Reconhecendo de antemão a complexidade de tal temática e a emergência de discursos ainda pouco consistentes, não pretendo, nesta resenha, fazer um grande levantamento sobre esse debate, mas sim algumas considerações,

balizadas em autores que participam dessa discussão, tendo em vista, contudo, uma perspectiva que acompanha de perto o conceito de pós-modernidade, qual seja, o de *neomodernidade* (que parece confirmar a vocação das ciências sociais para se utilizar de neologismos).

Alguns autores desconfiam de todo discurso que faz sinais de despedida da modernidade, encarando-os ora como modismo, ora como neoconservadorismo, e enfatizando que as incertezas e as contradições do mundo atual estão ainda circunscritas no mundo do ser moderno, onde o aparente estável se esmaça em um piscar-de-olhos. Dois autores que se notabilizaram nessa empreitada foram M. Berman e J. Habermas, ambos entendendo a necessidade de combater desvios irracionaisistas de muitos autores que surgem após a década de 1960. O reconhecimento do caráter volátil da sociedade burguesa não impede que nos utilizemos de um enfoque teórico para apreender essa realidade fluida, porque processual, e criar condições de retomar os fios que nos ligam ao projeto original da modernidade, perdidos nesses saltos de décadas.

Berman, ao dividir em três fases a constituição da modernidade, procura demonstrar que o sentido de público na comunidade moderna sempre foi muito frágil, impossibilitando muitas vezes a partilha de julgamentos e esperanças, o que parecia criar um *tourbillon* social. Mesmo com as grandes jornadas revolucionárias (séc. XVIII e XIX) e a mundialização da modernidade (já no atual século), não foi possível evitar que, na expansão do público moderno, se gerasse uma multidão de fragmentos, levando o projeto moderno a perder sua nitidez, ressonância e profundidade. Berman fala que Marx já percebera, no século XIX, o pacto de Fausto que substituíra o projeto iluminista, onde o reino da felicidade terrena se daria ao preço da alma, ou seja, à sua própria destruição.

Mas, enquanto o filósofo e ativista

alemão visualizava nas energias vitais do moderno (a subversão da ordem imutável, o contraditório) a possibilidade de construção de um sistema mais humano, seu compatriota Max Weber se referia à modernidade com uma inegável resignação, onde a ideologia da acumulação desumana, o progresso técnico sem alma e a extrema racionalização da vida social encarceraram o homem moderno numa gaiola de ferro, através da burocratização do Estado, da esfera privada e dos domínios da vida.

Para Berman, o ensaio de Marcuse, *O Homem Unidimensional*, ao defender que as lutas de classe e as contradições psicológicas foram abolidas pelo Estado de administração total, rejeita uma tradição crítica, presente em Hegel e Marx, de visão da história enquanto atividade incansável, contradição dinâmica, luta e progresso dialéticos, tradição essa que Marcuse diz vincular-se.

Ao tentar criar uma tipologia de posições dos intelectuais quanto à modernidade, Habermas identificará em Adorno e Horkheimer a raiz do movimento autofágico da intelectualidade pós-moderna, pois a desconfiança que esses autores nutrem pela razão (instrumental) acaba por conduzi-los a um canto do cismo do humanismo, em que o controle totalitário da natureza e a dominação incondicional dos homens demonstravam o sacrifício do indivíduo particular à totalidade de um sistema narrativo, filosófico ou científico. Para Habermas, o equívoco desses autores, desde a Escola de Frankfurt (da qual ele é um dos herdeiros mais ilustres) até figuras como Foucault, reside no fato de não identificarem a desconexão entre o projeto moderno e o contexto histórico, em que os processos de modernização deixam de ser concebidos como racionalização; desse modo, a modernização social é esvaziada de uma modernidade cultural, estando agora subsumida às leis funcionais da economia e do Estado. Antes de sufocar e menosprezar o singular, o par-

ticular e o diferente, uma moral baseada no consenso e nos universais criados pelo Iluminismo seria a melhor forma, segundo Habermas, de garantir e preservar a alteridade. Tal consenso poderia ser obtido dentro de um paradigma comunicacional, onde a razão instrumental seria substituída pela razão substantiva, sendo a convergência de interesses o fim último no modelo dialógico. É bom notar que, ao propor uma ordem comunicativa, Habermas reconhece que a centralidade da categoria trabalho e as energias utópicas aí depositadas se volatilizaram, o mundo do trabalho já não é mais o *locus* privilegiado de construção dos ideais emancipatórios.

Segundo Célia Aparecida Tolentino, no seu artigo “Dilemas da Era Fáustica” (In: *Universidade e Sociedade*, revista da Andes, nº 11, junho de 1996), a única coisa consensual com relação ao discurso da pós-modernidade é a negação de “metanarrativas”, de análises que apresentem uma coerência lógico-estrutural sobre a sociedade atual. Para a autora, que reconhece a diferença entre autores tão díspares quanto Lyotard e Jameson, toda atitude nihilista que destrói os paradigmas sem colocar nada em substituição, fazendo apologia do caos, acaba por defender a estrutura dominante por negação, por inércia ou mesmo por adesão acrítica ou entusiasmada.

O pós-modernismo, que no início da década de oitenta ainda era visto, por exemplo por Berman como o aproveitamento estético-cultural mais produtivo das diversas possibilidades da alta modernidade, um movimento estético que se autodenominou, alcança os anos noventa com representantes tanto no campo “conservador” quanto no campo “progressista”, o que significa dizer que é uma vertente acadêmica e cultural que se consolidou, ante a perplexidade do mundo atual. Nesse cenário, a estética triunfa sobre a ética como foco primário de preocupações intelectuais e sociais, onde imagens dominaram narrativas.

Lyotard, contrapondo-se a Habermas, defende uma realidade em que predominam diversos jogos de linguagem, em que a coesão social na sociedade pós-moderna prescinde de qualquer grande narrativa para legitimar as interações comunicacionais. Assim, suspeita de qualquer metanarrativa, suspeita de Marx e Freud (os mestres da suspeita) e desacredita de qualquer distinção entre o relato científico e os relatos cotidianos, não existe uma hierarquia entre as diversas linguagens (religiosa, política, mística etc.). Desse modo, o saber deixa de ser um fim em si mesmo, a ciência se coloca no mundo como mais uma mercadoria, convertida em tecnologia intelectual, que estaria hipoteticamente disponível (no mercado) a quem quiser dela se utilizar. Mesmo sendo alocada pela lógica mercantil, o grau de fragmentação das informações/conhecimentos pulveriza toda ética universal e todo sujeito coletivo, onde a vida social se manteria através dos jogos de linguagem em acordos locais, sendo a sociedade uma grande massa de átomos individuais.

Se o consenso é apenas uma possibilidade do discurso na ordem comunicativa, e não seu fim, então o progresso da invenção se faz sempre no dissenso e na divergência. Pois o saber pós-moderno não é somente, na perspectiva de Lyotard, o instrumento dos poderes: aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável.

Poderíamos atribuir a Lyotard as características que D. Harvey visualiza na perspectiva des-constructivista — ojeira a conceitos generalizantes e unificadores, propondo que as singularidades sejam resgatadas, porém reduzindo o conhecimento e o significado a um monte de significantes, solapando qualquer narrativa que os ordene e criando proposições ainda mais elementares do que as que queria des-construir.

Fredric Jameson, dentro dessa ti-

pologia sugerida por Harvey, poderia talvez ser identificado com uma versão progressista do pós-modernismo, cultivando uma espécie de nicho entre a vida intelectual e política, ainda que negando qualquer metanarrativa (pelo menos nos moldes estruturalistas) e acentuando o poder das localidades, dos movimentos sociais, das resistências locais e regionais, de respeito pela alteridade etc. Para Jameson, que se utiliza do conceito de capitalismo tardio de E. Mandel, o sistema se expandiu mundialmente, desembocando numa nova fase, mais pura e internacionalista que as anteriores. Contudo, dentro dos termos da lógica estético-cultural, o modernismo teria se canonizado e institucionalizado no ambiente acadêmico já na década de cinquenta. Ocorre então uma naturalização do ousado, do transgressor, o experimentalismo se insere na lógica da produção de mercadorias. Para Jameson, os elementos constitutivos do pós-modernismo são “uma nova falta de profundidade, que se vê prolongada tanto na ‘teoria’ contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro (...), e um conseqüente enfraquecimento da historicidade” (p. 32).

A despeito de um estado de “esquizofrenia”, criado pela diluição do indivíduo à burocracia administrativa, deslocando o sujeito em termos lingüísticos e de identidade, Jameson lembra que qualquer obra de cultura, mesmo a mais massificada, é resultado de um tempo histórico real, que cabe ao crítico desvendar; portanto, a esperança de uma utopia estaria em lugares que pouco ousamos divisar.

O debate modernidade X pós-modernidade costuma despertar paixões, quer sejam de ordem narcisista-intelectual ou de ordem política, e muitas vezes as intervenções feitas acabam prendendo-se em posições extremadas — ou tudo mudou ou nada mudou. Talvez uma terceira via possível (sempre possível porque emerge contra um mani-

queísmo muitas vezes irrefletido) possa resgatar o humanismo presente no projeto original moderno e considerar analiticamente todas as mutações que ocorrem na atualidade, abrindo mão de alguns quadros explicativos hoje comprovadamente insuficientes.

No seu livro *Trabalho e Autonomia*, Antonio Cattani, propondo uma sucinta discussão sobre o debate acima citado, procura elementos para a reconstrução de uma ética moderna, refutando as idéias sumárias que insistem na insólita crise dos paradigmas explicativos, classificando-as de “rendição teórica” e “indigência intelectual”. Verifica o autor que o conceito de crise é usado, na maioria das vezes, de forma indiscriminada, o que provoca o seu desgaste. Assim: “Ele é abusadamente empregado para referir-se a qualquer evolução considerada problemática, numa ordem pensada como normal ou estável. Porém, essa ordem raramente é conceituada ou descrita com objetividade” (p. 17).

A crise, identificada com um mal-estar da civilização, pode ser aplicada a qualquer momento histórico do gênero humano, numa espécie de saudosismo de uma ordem “normal” que, particularmente nos tempos modernos, dificilmente poderia ser apontada com precisão.

Para Cattani, a partir dos anos noventa os grandes discursos universais e as noções de estrutura e totalidade passam a ser refutadas. Isso porque o diagnóstico pós-moderno tem bases reais de referência, não se trata meramente de uma ideologia desancorada da realidade das práticas sociais e econômicas. Mas: “A questão é que o diagnóstico enfatiza alguns fenômenos, dissimulando a permanência de graves problemas na ordem social. Foi dado ‘adeus ao trabalho’, ‘adeus ao proletariado’, mas não adeus aos patrões e ao capital” (p. 21).

É observado pelo autor uma tendência à união entre a filosofia pós-moderna e o ideário neoliberal, utilizando-se das novas formas organizativas do

capital para justificar, restaurar ou instaurar um conjunto de valores associados ao desejo de uma ordem social específica. Retomando Habermas, para quem os fundamentos universalistas da moral e do direito são a essência da civilização, garantia à alteridade e à liberdade, Cattani diz: “A renúncia à finalidade representa a rendição ao presente, à sua mediocridade e às suas injustiças. Para os pós-modernos, não cabe mais pensar a produção do futuro, mas apenas o consumo do presente; não há mais criação, apenas repetição” (p. 24). Portanto, a valorização do hedonismo e do individualismo seria o princípio norteador do sujeito da pós-modernidade, encerrado na única realidade que existe para ele — a de seu próprio interesse.

Para compreender o “mesmo renovado”, devemos remeter-nos às bases materiais, nos elementos e manifestações concretas das relações sociais do novo paradigma. É necessário reconhecer que as transformações contemporâneas apresentam um novo modelo produtivo, que inspira metamorfoses em toda vida social, cultural e política; dizer isso significa assumir alguns erros cometidos em nome da modernidade, abandonar crenças que não disfarçam seu ranço evolucionista e determinista. Devemos ter em mente também que, antes de ser uma realidade estática, o capitalismo é um processo, uma contínua transformação dos instrumentos e condições de trabalho, um revolucionamento nas instituições e relações sociais.

Apesar disso, é notório que, sendo um (re)criador de desigualdades, a economia de mercado não equaciona suas contradições básicas; o pensamento pós-moderno, em vez de negar os problemas e contradições, considera-os como inevitáveis. “Trata-se da rendição à lógica capitalista que favorece a apatia ou o colaboracionismo abjeto” (Cattani, p.28).

Citando David Harvey, demonstra Cattani que as mudanças atuais não di-

ferem das regras básicas de acumulação, e que tais mudanças não fazem emergir uma sociedade e práticas econômicas essencialmente inéditas. Reafirma, portanto, a pertinência da categoria trabalho e das classes sociais referenciadas; mesmo quando verifica que o tempo dedicado ao trabalho não é mais contínuo, que as relações se informalizam e se fragmentam, o trabalho ainda possui importância na sociedade pós-industrial, até quando assume uma referência negativa (o desemprego). Para Cattani, "a modernidade é um chamado permanente à criação, à inovação e à ousadia. A construção das alternativas é estimulada por idéias-diretrizes como emancipação, autonomia e autovalorização (...), a privatização das obras coletivas, o triunfo das elites, não são definitivos. Os recursos do ideário moderno podem ser reativados" (pp. 32-4).

Imagino que a leitura dessa modesta resenha crítica por parte dos entusiastas da pós-modernidade venha acompanhada de acusações de ortodoxia e panfletarismo. Nesse caso, pouco posso fazer além de citar pensadores como N. Chomsky ou M. Nicolais, para quem os intelectuais só possuem dois caminhos: ou compactuar com o *status quo* ou denunciá-lo, nesse caso sendo taxado de ideólogo e panfletário. Toda pessoa que busca, de algum modo, interferir na realidade terá que executar a tarefa árdua de compreender seu mundo, pois maximizar a incognibilidade da "coisa-em-si" kantiana conduz, no limite, ao imobilismo e à inoperância política. Concordo com Berman quando afirma que devemos, do mesmo modo que os modernistas do século XIX, tentar compreender a realidade que se apresenta volátil, atitude que exige o reconhecimento de que o novo se coloca no mundo continuamente mas, como nos dizia Goethe, "nada que é humano nos pode ser estranho".

* Bacharel em sociologia pela USP e membro do Núcleo de Estudos d'O Capital - PT/SP.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo. Cia das Letras, 1995. *Idem. Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1996.

*Marianne Reiszewitz e Lincoln Secco**

Nos últimos anos, as editoras paulistas têm relançado as obras do historiador e crítico literário Sérgio Buarque de Holanda. Seria trivial dizer que se trata de uma justa homenagem a um dos nossos maiores pensadores, mas não seria destituído de importância lembrar que Sérgio Buarque sempre foi um homem de esquerda, comprometido com as lutas dos trabalhadores e com a transformação da sociedade brasileira.

Nascido na cidade de São Paulo, em 1902, Sérgio Buarque se aproximou da atividade jornalística e da crítica literária e se incluiu na geração modernista de 1922, atividades que certamente deram um tom mais dialógico e polêmico às suas obras futuras, levando-o a considerar as opiniões contraditórias, o impacto público das suas posturas e, principalmente, o receptor de seus escritos. Politicamente, Sérgio Buarque aproximou-se do Partido Comunista nos anos vinte, manteve discussões com Otávio Brandão e Astrojildo Pereira, mas não concordou com o sectarismo do PCB. Acabou seguindo uma trilha original na explicação da realidade brasileira, absorvendo conceitos de diversos autores, como Weber e Ranke. Sua trajetória sempre foi a do diálogo constante, em todos os sentidos: com seus adversários, com seus pares (os historiadores acadêmicos), com suas fontes documentais, com seus amigos da intelectualidade extra-universitária, incluindo, particularmente, Caio Prado Jr. O fim da sua trajetória de vida foi marcado pela adesão imediata ao movimento grevista do ABC nos anos 78-79 e pela filiação ao Partido dos Trabalhadores, o mais original e inovador projeto político socialista

e pluralista da nossa história.

Essa trajetória multifacetada de Sérgio Buarque, entretanto, não deve apagar os méritos intrínsecos da sua obra e nem desviar os estudiosos da análise minuciosa dos seus escritos que agora começam a ser relançados. Nas obras *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, duas produções marcantes na historiografia brasileira e, embora do mesmo autor, de caráter aparente tão diverso, Sérgio Buarque de Holanda procura desvendar os elementos marcantes e delineadores do tipo de colonização que ocorreu nas terras portuguesas da América. Em cada uma dessas obras encontra um elemento que lhe serve de fio condutor para, justamente, mapear todo o processo de colonização e, ao mesmo tempo, explicar as diferenças em relação às outras formas colonizadoras do Novo Mundo no mesmo período. É a singularidade e a historicidade que lhe importam. Profundamente influenciado pelo historicismo alemão de Ranke, que acentuava o caráter único do evento histórico, Sérgio Buarque evidenciava a preocupação de conhecer o *Zeitgeist* (espírito da época) quinhentista, seja na interpenetração das culturas portuguesa e indígena (*Caminhos e Fronteiras*) ou na cosmovisão que os homens dos quinhentos tinham ao chegar ao Novo Mundo (*Visão do Paraíso*). Com Ranke, a História (*Geschichte*) se "libertou" da filosofia, recusou-se a ser guiada por verdades supraterrâneas e a-históricas (metafísicas) para se tornar, segundo seu contestado ideal, ciência (*Wissenschaft*) ou, mais precisamente, conhecimento científico. É exatamente no que há de atual nas "inaturalidades" de Ranke que Sérgio Buarque de Holanda vai inspirar-se (HOLANDA, Sérgio Buarque. "O atual e o inatural em Leopold von Ranke". In *Idem* (org). *Ranke: História*. SP. Ática, 1979, pp. 54-62).

No primeiro caso, do livro *Caminhos e Fronteiras*, mas mais especificamente do capítulo inicial, "Índios e Mamalucos", Sérgio B. Holanda utiliza os vesti-

gios da cultura material para recuperar a ocupação e transformação pelos europeus da região paulista e seu interior, e concomitantemente demonstrar em que se difere da colonização das áreas do litoral nordestino — a qual se baseia no esquema, já convencional, latifúndio, monocultura e mão de obra escrava africana. A idéia de que o Brasil não se constituía como um todo uniforme durante a época colonial, e precisou ainda de alguns anos após a declaração da Independência política para vencer os seus mais profundos hiatos internos, é desenvolvida pelo mesmo autor em seu artigo, "A Herança Colonial: sua desagregação" (In: *História Geral da Civilização Brasileira*. SP. Difel, 1965, v. 3). Ali expõe as mazelas que se constituíram na antiga colônia luso-americana, dificultando a unificação política.

As razões do autor em buscar a cultura material como base de pesquisa nem de longe se apresentam como arbitrárias, mas se estruturam em motivos bastante específicos, definidos claramente em seu prefácio: "A acentuação maior dos aspectos da vida material não se funda, aqui, em preferências particulares do autor por esses aspectos, mas em sua convicção de que neles o colono e seu descendente imediato se mostraram muito mais acessíveis a manifestações divergentes da tradição europeia do que, por exemplo, no que se refere às instituições e sobretudo à vida social e familiar em que procuraram reter, tanto quanto possível, seu legado ancestral." (*Caminhos e Fronteiras*, p.12)

Através dos indícios materiais, tais como caminhos, objetos, alimentação e medicação, Sérgio Buarque de Holanda busca o que é específico e diferenciado da colonização portuguesa no interior paulista, se comparado ao litoral nordestino, apresentando os resultados do confronto dessas duas culturas, a do colonizador e a do índio, e suas modificações no tempo. No entanto, tal confronto não seria a simples sobreposição dos hábitos de um e de outro, nem a imposi-

ção de técnicas mais avançadas sobre as mais rudes, mas lento processo de transformações decorrentes das necessidades e ambições mais imediatas dos primeiros sertanistas que percorreram a região. Seria a "situação de instabilidade ou imaturidade, que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa" (*Ibidem*, p. 9).

Sérgio Buarque de Holanda refere-se à existência de três momentos na história do interior paulista e adjacências: aquele dos primeiros sertanistas ou bandeirantes; o dos tropeiros; e, por fim, o dos fazendeiros. Mas só os dois primeiros são tratados no capítulo sobre os "Índios e Mamalucos". O levantamento da cultura material pode justamente mapear esses dois momentos iniciais e através deles é possível perceber as mudanças e permanências.

Aqueles homens que se aventuraram em regiões incomuns para o europeu, precisaram certamente de mobilidade, imposta antes pelo meio do que pelas diferenças entre os colonizadores, os quais seriam os mesmos em todas as regiões do Brasil. (p. 10) E o meio, no caso paulista, não permitiria o tipo de sedentarização que ocorreu logo nos primeiros anos no nordeste açucareiro. As necessidades de busca de mão de obra no interior (índios, ou "negros da terra"), forçariam os colonos pioneiros à mobilidade, à percorrer caminhos e estabelecer novas fronteiras. Mas tal mobilidade ultrapassa os limites físicos da locomoção espacial, e atinge as possibilidades de absorção de uma cultura estranha, primitiva, mas totalmente integrada no seu meio, necessária para a sobrevivência. E é através dessas dificuldades iniciais, impellido a desbravar o sertão, a sobreviver na inhóspita região, que o colono português entra em contato com a cultura indígena e é constrangido a incorporá-la, ainda que parcialmente, não sem deixar também as suas próprias marcas. A sedentarização dos paulistas só seria possível quando o meio, e o tipo de cultura que poderia en-

tão ser introduzido, assim o permitisse, através do cultivo do café. Então surge o terceiro momento, o dos fazendeiros.

A reconstrução dos primeiros sertanistas e da sociedade que ali se erigiu traz toda profundidade e complexidade do pensamento dialético de Sérgio Buarque de Holanda, onde se dá um processo lento de confronto entre culturas seminômades, mas totalmente adequadas ao próprio meio, e outra de elevado grau de desenvolvimento técnico, porém possuidora de todo um aparato insólito para a região. Como então extrair as riquezas da terra, objetivo indiscutível da colonização, se nas condições primeiras os recursos técnicos se apresentavam inúteis, fossem esses as armas, os hábitos alimentares, os cavalos, e até os sapatos? Somente quando os próprios colonizadores parecem ter sido capazes de instalar na região paulista uma sociedade mais sólida, com uma agricultura e criação de gado mais bem estruturadas é que surge o tropeiro, neto do bandeirante, e só depois o fazendeiro.

Pode-se dizer também que *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso* se complementariam, posto que o primeiro traria o "suporte material" (*Visão do Paraíso*, p. XVIII) ou cultura material, enquanto o segundo tentaria reconstituir ainda que parcialmente, o Espírito (*Geist*), ou seja, aquilo que em linguagem marxista se denominaria parte da superestrutura. Mas S. B. Holanda não reproduz as ligações mecânicas e esquemáticas de certo economicismo marxista. Não é disso que se trata. Não há correspondência linear entre a produção da cultura material e da atmosfera espiritual, pois ambas constituem o amálgama, de tal forma que a relação não é de causa e efeito (consoante é comum nas visões irônica e antidualéticas de boa parte da produção teórica marxista), mas sim, de complementaridade, na qual tanto uma quanto outra podem assumir a primazia, sabendo-se que essa preponderância é sempre provisória, alterna-se no curso do tempo e nunca pode ser um

princípio causal perene.

Na obra *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda pretende, através da concepção de Éden, aproximar-se dos motivos espirituais da empresa ibérica, particularmente portuguesa, na descoberta e ocupação do Novo Mundo. O autor busca nos cronistas e nos navegadores, nas correspondências e nos contos de larga tradição medieval, nas epopéias e reminiscências da antiguidade, as fontes que podem permitir ao historiador aproximar-se da *Weltanschauung* (mundividência) dessa época conhecida pelos grandes descobrimentos e pelo "Renascimento" artístico e intelectual. *Weltanschauung* essa que é mais do que a consciência do mundo, pois abrange as representações espontâneas.

Inserindo-se conscientemente, portanto, no que denominou "História das Mentalidades" (p. XVI), Sérgio Buarque de Holanda não descarta dos suportes políticos, sociais e até econômicos da empresa colonizadora. Num parágrafo introdutório, mas de notável valor teórico-metodológico, o autor prefere aliar-se a uma concepção que nega o marxismo de matriz economicista, para reafirmar a renovação do instrumental teórico de Marx, embora essa seja praticamente a única menção a uma discussão de natureza eminentemente teórica do livro *Visão do Paraíso*: "Não pretende ser esta uma história 'total': ainda que fazendo cair o acento sobre idéias ou mitos, não fica excluída, entretanto, uma consideração, ao menos implícita, de seu complemento ou suporte 'material', daquilo em suma que, na linguagem marxista, se poderia chamar a infra-estrutura. Mas até mesmo entre os teóricos marxistas vem sendo de há muito denunciado o tratamento primário e simplificador das relações entre base e superestrutura, que consiste em apresentá-las sob a forma de uma influência unilateral, eliminadas assim, quaisquer possibilidades de ação recíproca. Ao lado da interação da base material e da estrutura ideológica, e como decorrência dela, não falta

quem aponte para a circunstância de que, sendo as idéias frutos dos modos de produção ocorridos em determinada sociedade, bem podem deslocar-se para outras áreas onde não preexistam condições perfeitamente idênticas, então lhes sucederá anteciparem nelas, e estimularem, os processos de mudança social. Ora, assim como essas idéias se movem no espaço há de acontecer que também viajem no tempo, e por ventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho". (*Visão do Paraíso*, p. XVIII).

Sérgio Buarque de Holanda parece antecipar, ou ao menos se colocar a par, das alterações que teóricos marxistas, como o polonês Adam Schaff e todos aqueles que, no conjunto da produção do marxismo ocidental, tal qual Lúkcacs e aqueles que se inspiraram em Gramsci, promoveram o resgate da subjetividade contra o fatalismo, das formas artísticas, políticas, culturais e mentais, contra as determinações econômicas ou de classe social. Nesse ínterim, assume importância o fato de que, se é a produção e a reprodução da vida que está no centro do marxismo, faz parte dessa produção, inevitavelmente, a produção das idéias, sejam elas concebidas conscientemente ou inconscientemente, conforme já se ressaltou aqui.

Entretanto, Sérgio Buarque de Holanda não se preocupa em fazer um azeite teórico como introdução à sua obra; não lhe toma o espírito a necessidade, tida por imperiosa não só entre os filósofos estruturalistas que começariam a despontar nos anos sessenta, mas também entre historiadores marxistas ortodoxos, de escrever as famigeradas "reflexões metodológicas iniciais". A exemplo do marxista bastante heterodoxo que foi Caio Prado Jr., Sérgio Buarque não está atrás de definições estabelecidas aprioristicamente, mas sim de compreender no próprio fluir da história a dialética dos conflitos que a tecem. E onde estaria entranhada essa dialética?

Para Maria Odila Dias estaria no próprio estilo narrativo (DIAS, Maria Odila L. S. (org). *Sérgio Buarque de Holanda. Introdução*. SP, Ática, 1985, p. 18).

O estudo da obra de Sérgio Buarque de Holanda talvez devesse inspirar-se na crítica que Antônio Cândido dedicou à poesia: essa crítica deveria ser, fundamentalmente, a pesquisa das suas tensões internas (CÂNDIDO, Antônio. *Na sala de aula*. SP, Ática, 1985). *Visão do Paraíso* é um livro cuja expressão formal já denuncia muito do que é a pretensão explicitada pelo autor no plano do conteúdo. Com uma linguagem que serpenteia pelos meandros quase barrocos de complexas construções frasais, muito do que é tensão e contradição já se anuncia no próprio plano da expressão, antes que se verbalize integralmente.

A história, fluxo e refluxo, é o devir nada linear em que as afirmações se negam, para mais tarde se reafirmarem em sínteses sempre provisórias, frutos de uma *Aufhebung* hegeliana, a superação que, ao mesmo tempo, nega e conserva, algo que lembra a prosa croceana, e igualmente dialética, de Otto Maria Carpeaux, cuja época de crítica literária mais dinâmica conviveu com a fase mais produtiva de Sérgio Buarque de Holanda.

É essa expressão plena de contradições, contida numa escrita sinuosa que se enreda pelas incertas-certezas do mundo quinhentista, que leva o autor a captar os dois fatores que norteiam o seu livro, a mudança e a continuidade, ou melhor dizendo: o autor pesquisa como a mudança se abriga na continuidade. Essa dicotomia constituída de afirmações e negações, idas e vindas, avanços e recuos, fluxos e refluxos, é que compõe a tessitura da processualidade histórica, na qual a ausência de grandes rupturas não esconde a alteração de atitudes, comportamentos, política deliberadas, mentalidades espontâneas etc. Por isso, Sérgio Buarque supera simultaneamente a tese de Burchhardt, para quem o Renascimento seria uma ruptura com a Idade Média e

a antítese, exposta na moderna historiografia da primeira metade do século XX, que construiu a imagem da continuidade ininterrupta. A própria continuidade aparece em *Visão do Paraíso*, para reforçar também os "momentos crepusculares" da Idade Média: "A noção de que existiria uma fratura radical entre a Idade Média e o Renascimento, e é em suma a noção básica de Burchhardt, tende a ser superada em grande parte da moderna historiografia pela imagem de uma continuidade ininterrupta. Mas precisamente a teoria da continuidade vem reforçar a importância desses momentos que se diriam crepusculares, momentos, no caso, em que a tese da produtividade inexaurível, quase orgiástica, do homem e da natureza é ainda, ou já é, sofreada por hesitações e titubeios. É nesses momentos situados na infância, tanto quanto na agonia, de uma era de otimismo, que iremos deparar com expressões indecisas entre a do abatimento da criatura e a de sua exaltação". (*Visão do Paraíso*, p. 188).

Entre infância e agonia, ruptura e continuidade, crepúsculo e dia eterno, tese e antítese, Sérgio Buarque reafirma uma continuidade que não é absoluta, pois contém em si os momentos de imperceptíveis mudanças qualitativas que assinalam uma época de transição, em que nada se afirma definitivamente, e que vai da ascensão de um humanismo quinhentista ao barroco seiscentista.

A tentativa de reconstruir o *Zeitgeist* que dominava as mentes e os corações daqueles que se lançaram às perigosas navegações transoceânicas, enfrentando tormentos concretos e imaginários para conquistar um paraíso terreal, não necessariamente irreal, pois o fantástico e o sobrenatural são tão reais quanto a mais concreta das coisas, desde que inseridos na atmosfera espiritual da época. Os que aportavam nas terras americanas, traziam consigo os códigos culturais que iriam servir para interpretar uma realidade até então incógnita. Daí surgem as distinções entre aqueles

que vindos do mundo anglo-saxão se deparam com terras ao norte da América e os que, ibéricos na origem serão movidos pela exuberância natural de uma terra de feracidades excepcionais. Os primeiros, também movidos por motivos edênicos, irão buscar a terra dos nossos primeiros pais, através da laboriosa construção humana; os segundos trilharão caminhos diversos.

A preocupação central do autor é com espanhóis e portugueses, e mais com estes do que com aqueles. E é no cotejo da descrição das novas terras com o instrumental lingüístico transplantado da Europa, que Sérgio Buarque de Holanda primeiro encontrará os traços de uma atitude mais concreta, pessimista, presa da força da convenção, no que tange aos lusitanos. Desde a carta de Caminha, na qual o escrevente da frota cabralina se detém de maneira temperada na descrição da nova terra, é a curiosidade moderada, sujeita às dúvidas e indagações desconfiadas, é a prosa utilitária, que ressalta a fertilidade da terra ou as chances de encontrar as tão preciosas pedras, que moverão o espírito lusitano. Daí a desproporção entre a insistente atividade dos navegadores portugueses e sua modesta contribuição para a geografia fantástica.

A descrição fantástica das viagens pelos mares nunca antes navegados em busca desse paraíso real se utilizava de um aparato cultural inevitavelmente estranho à nova realidade a ser descrita. Não é sem razão que a paisagem do Haiti, como a viu Colombo, era a realização do mesmo esquema literário de Dante; ou que o *Leitmotiv* de toda a descrição do Éden reconquistado nas terras americanas obedece à célebre síntese de um clima tão agradável que era *ni frio ni caliente*. O fabuloso, nas Índias tão procuradas, tornava às vezes o próprio código lingüístico incapaz de reconstruir as imagens vistas, como notaria com grande acuidade Brunetto Latino, pois nenhum homem vivo conseguiria "representar as figuras / das bestas e

dos pássaros/ tanto são feias e más".

Essa fantasia não estava alheia à cobiça. A ganância terrena por riquezas e honrarias se aliava às sutilezas dos bens do espírito. Essas coisas se conjunjavam de tal sorte que a busca de riquezas minerais era guiada por motivos arquetípicos, trazidos da Europa. No caso dos portugueses, pode-se dizer que a verborragia descomedida dos castelhanos teve uma influência psicológica na prática colonizatória no Brasil. A conquista do Império Incaico e o desvelamento dos tesouros das cordilheiras sul-americanas sob autoridade espanhola, sugere ao rei de Portugal uma política mais definida e imediata na colonização do Brasil. Esses motivos visionários na política de colonização contrastam (e corroboram a tese defendida por Sérgio Buarque) com o retraimento da colonização portuguesa em outras paragens, a partir de 1541.

Essas imagens dos "incalculáveis tesouros" que os castelhanos encontravam no Peru, estimulavam os portugueses a abandonar sua habitual e desconfiada moderação para se lançar à expansão pelo interior das terras brasileiras na busca de um "outro Peru". Lá onde a silhueta se adelgava, para usar a feliz descrição geográfica do autor, pelas bandas da capitania de São Vicente e da vila de São Paulo, e daí para baixo, tornava-se mais fácil empreender as buscas pelo ouro escondido no centro da América do sul. A presença de motivações alheias à realidade concreta do Brasil colonial na busca do paraíso perdido chegou às raíais da ironia, quando um Dom Francisco de Souza, que vivera na corte espanhola e habituado a encarar a atividade colonial segundo a deslumbrante imagem que lhe propunham a Nova Espanha, Nova Granada e o Peru, chegou a tentar obter autorização real e provisões para introduzir lhamas em São Paulo, em 1609, transfigurando as montanhas de Paranapiacaba numa réplica dos Andes (*Visão do Paraíso*, p. 98).

Aqui se observa como a dialética

histórica se instala na narrativa (e será que pode realmente haver dialética que não esteja entranhada no fluir do tempo, no processo da gênese?). As aparências se contraditam e a fantasia, influenciada pelos espanhóis, volta a desaparecer nos portugueses que, embora diante dela não fossem de todo insensíveis, preferem o imediato e o quotidiano ao milagre fantástico (*Ibidem*, p. 104). Onde estão as raízes dessa peculiaridade de histórica portuguesa?

Na Revolução de 1383-85, através da qual a sublevação popular e burguesa inaugura nova dinastia (Casa de Avis), que promove a centralização do reino e abre caminho à expansão ultramarina comandada pela coroa. A precocidade do absolutismo português o coloca à frente de sua época. Essa tese de Sérgio Buarque de Holanda logo é negada por ele próprio, e antes que lhe enderecem as habituais críticas ao caráter "burguês" do 1383. É o próprio Sérgio Buarque que demonstra que os novos homens no poder não deixaram para trás suas virtudes ancestrais, adaptando-se aos padrões da nobreza. As formas modernas encobrem o fundo arcaico e conservador e o absolutismo monárquico que racionaliza o Estado é uma simples fachada de uma *forma mentis* vinculada ao passado (*Ibidem*, p. 134). Faltam, aos lusitanos, as transformações espirituais dos quinhentos, que o separariam do pragmatismo realista e conservador.

Contentando-se com o evidente, o imediato, ou o utilizável, e portugueses, entretanto (eis de novo a contradição) não estará imune ao tema paradisiaco, crendo piamente na realidade física do Éden (*Ibidem*, p. 149). E lembre-se de que o paraíso edênico não era algo absolutamente celestial, sem concretude terrestre; ao contrário, na tradição antiga e medieval, juntando concepções bíblicas e pagãs, era bastante provável que se localizasse em algum ponto do Oriente, onde o sol participava da terra com mais presença, e a vida podia depender menos do esforço a que Adão

fora condenado do que da desejada fertilidade que o *Gênesis* atribui ao Éden.

Visão do Paraíso mostra como as idéias, mesmo sem uma correspondência imediata com a realidade concreta, podem ser móveis do conhecimento prático e das decisões políticas práticas. A História política, para a qual nem sempre é visível essa região do imaginário, muito pode aprender com esse livro. O humanismo relativamente passadista dos portugueses, em tudo contaminado pelo realismo chão de um certo praticismo (de que Gil Vicente é exemplo significativo), podia justificar a busca do conhecimento prático da natureza. O mundo natural e visível, embora vale de lágrimas condenado por Deus, pleno de sofrimento merecido e decadência, podia ser meio para que a mente, um órgão do espírito, pudesse dar luz ao conhecimento daquilo que é invisível, a alma (*Ibidem*, p. 231).

A intenção do autor é explicar "como os descobridores, povoadores, aventureiros, o que muitas vezes vem buscar, e não raro acabam encontrando nas ilhas e terra firme do mar oceano, é uma espécie de cenário ideal, feito de suas experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais" (*Ibidem*, p. 315). Os portugueses quinhentistas não constituiram exceção a essa regra, mas não estiveram livres de traços antiquados, anteriores em tudo ao espírito renascentista. Ao contrário da maioria dos castelhanos é a veia puramente descritivo e o acúmulo de "minúcias justapostas", conforme a tradição dos cronistas medievais, que vai guiar o olhar lusitano. A sua obra colonizadora é eminentemente tradicionalista, daí seu caráter disperso, fragmentário, de feitorização, e não de um Império articulado, como o da Espanha. Presa à faixa litorânea, como já criticava Frei Vicente do Salvador, e sujeita a um objetivo exterior, voltado para fora do país (o "sentido da colonização" de Caio Prado Jr.), é que a colônia vai formar-se social e economicamente.

* Lincoln Secco é da Editoria da *Práxis* e Marianne Reisewitz é pós-graduanda em Hist. Social na USP.

Avisos:

Revistas recebidas

- *Alternatives Sud*, V. III (1996) 4, com o tema "Marchés régionaux ou guerres commerciales". Av. Saint Gertrude, 5, B 1348 Louvain-la-Neuve, Bélgica.

- *Alfaguara*, nº 17, año 6, mayo 1997, destacando "Una asignatura pendiente Conquistar la Democracia" e "Lucien Sève y el comunismo". Casilla de Correo nº 1616, Correo Central, Montevideo, Uruguay.

- *Crítica de Nuestro Tiempo*, nº 17, agosto-septiembre-octubre 1997, año VI, com textos sobre "Paraguay", "Foro de São Paulo", "Cuba", "Tres escenarios de un mismo combate", "Uruguay", "Brasil", "Mujer" e "Acerca de la conyuntura, perspectivas y tareas en Argentina". Casilla de Correo nº 3509, Correo Central; 1000 Buenos Aires; Argentina.

- *Estudos de Sociologia*, nº 2, 1997, com os seguintes temas: "Os socialismos perante o século XXI", "Transformações da sociedade do trabalho e crise do socialismo", "A ironia da modernização — o 'sujeito' capital como estranhamento universal", "Nem tudo se fragmentou: notas sobre um discurso de F. H. Cardoso", "A cidadania democrática e a comunidade política", "Agricultura e progresso técnico: o uso da informação na gestão e na produção", "O código de honra, vergonha e medo em três textos", "Educação e trabalho: perspec-

tivas e impasses no pensamento de Mário Manacorda", "Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira, 1964-1974" e "Capital e moderna propriedade da terra". Depart. de Sociologia, Progr. de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/ UNESP/ Araraquara, Rod. Araraquara-Jaú, km 1, C. P. 174, CEP 14800-901, Araraquara, SP, Brasil.

- *Le marxisme aujourd'hui*, nº 28, juin 1997, com os seguintes textos: "Le monde Brûle-t-il?", "Russie: l'explosion sociale n'a pas eu lieu", "Le Mexique et les narco-trafiquants", "Albanie: révolution et chaos", "Retour sur la Marche de l'Emploi de Clabecq" e "Le mouvement syndical au Québec", dentre outros. LMA BP 9012-64050 Pau Cedex 9; França.

- *Lucha de Clases*, otoño-invierno 1997, año 1, nº 1, com os seguintes temas: "Del Cordobazo al Jujeraño", "El 'Doble Poder' de Filosofía y Letras — 1971", "La izquierda norteamericana ante la crisis" e "La disposición de fuerzas sociales". Casilla de Correo nº 5270, Correo Central (1000), Cap. Fed., Argentina.

- *Política Operária*, nº 61, set/out. 1997, destacando "Desemprego", "Negócios com os nazis", "A segunda descolonização de África", "Histórias de Mulheres" e mais críticas e recensões. Lisboa; Apartado 1682; 1016 Lisboa Codex; Portugal.

- *Tesis 11*, nº 35, julio-agosto 1997, destacando "'Marea Rosa' europea; quando la izquierda Hace Política", "Francia Tricolor; rosa-roja-

verde" e "Quando el Che se llamo 'Tatu'"; e nº 36, setiembre-octubre 1997, destacando "Foro de San Pablo; America Latina en el umbral del siglo XXI", "Relaciones Carnales; Argentina si, Brasil no", "Italia; las 'dos izquierdas'", "Mexico; la derrota del PRI, la victoria de Cárdenas", "España; Por qué se va Felipe Gonzáles?", "Mujer; Sexualidad y religión" e "El Che; un hombre necesario". Avda. De Mayo 1370; Pso. 14 Oficinas 355/356; (1085) BA; Argentina.

Livros recebidos

- ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia* (textos). SP, Ed. Fund. Perseu Abramo, 1997.
- AGUIAR, Flávio. *A palavra no purgatório*. SP, Ed. Boitempo, 1997.
- BENSELER, F. e JUNG, W.. *Lukács 1996. Jahrbuch der Internationalen Georg-Lukács-Gesellschaft* (Anuário da Socied. Intern. G. Lukács). Bern, Ed. Peter Lang, 97.
- FREDERICO, Celso. *Lukács, um clássico do s. XX*. Ed. Moderna, 97.
- GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná*. Campinas, Ed. UNICAMP, 97.
- SADER, Emir. *O Poder, cadê o poder?* SP, Ed. Boitempo, 1997.
- GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento participativo; a experiência de Porto Alegre*. SP, Ed. Fund. Perseu Abramo, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco J. S.. *Economia e Filosofia no pensamento político moderno*. Campinas/ Fortaleza, Pontes/ Univ. Est. Do CE, 95.
- TEIXEIRA, Francisco J. S.; AL-

VES, Giovanni; NETO, José Meneleu; e OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva; as novas determinações do mundo do trabalho*. SPI Fortaleza, Cortez/ Univ. Est. Do CE., 1996.

- Vários. *Versões e ficções: o sequestro da História*. SP, Ed. Fund. Perseu Abramo, 1997.

- Vários (org. do Centro de Estudos Marxistas – CEM/RS). *Luz e sombras; ensaios de interpretação marxista*. POA, Ed. da UFRGS, 97.

Eventos sobre os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista

- Segundo a resolução, inicialmente indicativa, do *IV Encontro das revistas marxistas do Cone-Sul* – no dia 4/5/97, por ocasião do *Seminário Internacional de Florianópolis* –, ficou confirmado o *Seminário Internacional de Buenos Aires*. Data: entre 30 de abril e 2 de maio de 1998. Tema central: *150 anos de Manifesto do Partido Comunista*. Esse seminário é parte integrante de um esforço mais amplo realizado em muitos países, somando-se à iniciativa do *Espaço Marx*, Paris, em torno do mesmo assunto. Estão sendo também preparadas atividades em muitas cidades brasileiras, tais como reuniões, edições especiais, seminários e caravanas aos encontros internacionais. A *Práxis* convida os seus sócios a organizarem, onde residem, fóruns responsáveis por tais programações, ou, caso já existam, neles se integrarem.

informação teoria política formação

signatárias do protocolo de revistas marxistas do cone-sul

ARGENTINA: *Actual Marx* (edição argentina), *America Libre* (latino-americana, editada na Argentina), *Apuntes del mañana*, *Crítica de Nuestro Tiempo*, *Cuadernos del Sur*, *Cuadernos Marxistas*, *Dialéctica*, *Doxa*, *El Rodaballo*, *El Trapo Rojo*, *En Clave Roja*, *La Marea*, *Las Bagaudas*, *Margen Izquierdo*, *Política y Teoría*, *Razón y Revolución*, *Tesis 11*.

BRASIL: *Brasil Revolucionário*, *Crítica Marxista*, *Práxis*, *Princípios*, *Raízes*, *Teoria & Práxis*.

EQUADOR: *Espacios*.

URUGUAI: *Alfaguara*, *Trabajo y Capital*.

CHE 30 ANOS

MANDE UMA CARTA

e receba pelo reembolso postal a *Práxis* e os livros da Ed. Projeto

•Práxis nº 4 (136 pp., R\$ 7,00)

•Práxis nº 5 (124 pp., R\$ 7,00)

•Práxis nº 6 (112 pp., R\$ 7,00)

•Práxis nº 7 (120 pp., R\$ 7,00)

•Práxis nº 8 (136 pp., R\$ 7,00)

•Práxis nº 9 (144 pp., R\$ 7,00)

•Práxis nº 10 (152 pp., R\$ 7,00)

•**Democracia Divina e Democracia Profana**

Ronald Rocha

(apresentação: Florestan Fernandes; 200 pp., 10 R\$)

•**Previdência Social: Diagnóstico e Propostas**

José Prata

(apresentação: Andréa Maria Silveira; 184 pp.)

•**Política, Partido, Representação e Sufrágio:**

A Polêmica entre A. Badiou e R. Rocha

Alain Badiou e Ronald Rocha

(tradução e introdução: Célio Garcia; 156 pp.; 15 R\$)

•**Algaravia** (poemas)

Joana D'Arc Gouvêa

(68 pp.; 10 R\$)

•**Versos à Esquerda** (poemas)

Gabriel Côrtes

(apres.: Leandro Konder, Ronald Rocha e Vital Farias;

60 pp.; R\$ 10)



Projeto

Av. Afonso Pena, nº 748, s/1613; Centro, BH/MG; CEP 30130-002; Tel. (031) 2222493

Impresso nas oficinas gráficas da
EDITORA O LUTADOR
Praça Padre Júlio Maria, 1
Telefax (031) 441-3622
Planalto - Belo Horizonte - MG

Práxis, revista teórica editada por um coletivo do tipo cooperativa, é composta por indivíduos sem partido ou membros de partidos de esquerda, militantes do movimento sindical e popular, estudiosos ou intelectuais em geral — que tenham na obra de Marx o referencial decisivo, nos termos de sua *Carta de Fundação*. Não é um órgão de divulgação ou defesa de qualquer corrente política, mas se propõe a colaborar na luta por um mundo que supere a exploração e a opressão, em busca da emancipação humana. Nesse horizonte, abre-se a contribuições de quaisquer pessoas, associadas ou não. Os artigos deverão ser enviados à Editora *Projeto* ou à Editoria da revista, já digitado em disquete, com no máximo vinte laudas (de vinte linhas por setenta toques) ou 28 mil caracteres e acompanhado por duas cópias impressas, absolutamente iguais ao original. As respostas serão remetidas no prazo mais breve possível. Quando assinados, os textos são da exclusiva responsabilidade dos autores. Os pedidos de admissão ao coletivo de sócios serão encaminhados à Editoria da revista, que os apreciará de acordo com as normas estatutárias, desde que os interessados se coloquem no campo ideológico delineado pela *Carta de Fundação*, enviem um cheque de vinte reais como taxa de inscrição e assumam o dever de distribuir dez revistas em cada número, que serão recebidas por reembolso postal.

Praxis



ProjetO